



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENGENHARIA CIVIL  
CADASTRO TÉCNICO MULTIFINALITÁRIO**

**Luiz Antonio Miotti**

**GRANDE EMPREENDIMENTO EM MUNICÍPIO DE PEQUENO  
PORTE: ESTUDO DE CASO DO FRIGORÍFICO ANHAMBI EM  
ITAJARA D'OESTE – PARANÁ**

**Dissertação de Mestrado**

**Florianópolis  
2009**



**Luiz Antonio Miotti**

**GRANDE EMPREENDIMENTO EM MUNICÍPIO DE PEQUENO  
PORTE: ESTUDO DE CASO DO FRIGORÍFICO ANHAMBI EM  
ITAPEJARA D'OESTE – PARANÁ**

**Dissertação apresentada ao Programa de  
Pós-Graduação em Engenharia Civil da  
Universidade Federal de Santa Catarina  
como requisito parcial para obtenção do  
grau de Mestre em Engenharia Civil, na  
área de Cadastro Técnico Multifinalitário.**

**Orientador: Prof. Dr. Norberto Hochheim**

**Florianópolis**

**2009**



**Luiz Antonio Miotti**

**GRANDE EMPREENDIMENTO EM MUNICÍPIO DE PEQUENO  
PORTE: ESTUDO DE CASO DO FRIGORÍFICO ANHAMBI EM  
ITAPEJARA D'OESTE – PARANÁ**

**Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do  
grau de Mestre em Engenharia Civil no Programa de Pós-  
Graduação em Engenharia Civil da Universidade Federal de  
Santa Catarina**

**Florianópolis, 23 de novembro de 2009.**

**Prof<sup>ª</sup>. Janaíde Cavalcante Rocha, Dr.-Ing  
Coordenadora do Programa**

**Banca Examinadora**

**Prof. Norberto Hochheim  
Dr<sup>o</sup> - Orientador**

**Prof. Emilio Haddad, Dr<sup>o</sup>  
Avaliador Externo - USP**

**Prof<sup>ª</sup>. Dora Maria Orth, Dr<sup>a</sup>  
Avaliador Interno - PPGEC/UFSC**

**Prof. Roberto de Oliveira, Ph.D.  
Avaliador Interno - PPGEC/UFSC**



Dedico este trabalho ao desempenho humano  
na busca de conquistas e de melhores  
condições de vida em coletividade.





## AGRADECIMENTOS

---

A Deus, fonte de amor e de sabedoria, que encaminha o homem no seu cotidiano e o torna capaz de crescer.

Ao Segundo, '*in memoriam*', meu pai, pelos ensinamentos.

À Andresila, minha mãe, exemplo de vida e dedicação.

À Jani, minha esposa, seu carinho e incentivo têm modificado os meus dias.

À Luiza, minha filha, luz de motivação, felicidade e alegria.

Ao Prof. Drº Norberto Hochheim, meu orientador, que divide comigo o conhecimento e me oportuniza contribuir e aprender.

Pela generosidade, altruísmo e cooperação, agradeço imensamente os prefeitos e funcionários de todas as Prefeituras Municipais selecionadas para este estudo. Em especial, agradeço à Prefeitura Municipal de Itapejara D'Oeste, nas pessoas de Celito José Beviláqua, Prefeito da Gestão 2005-2008, e de Agilberto Lucindo Perin, Prefeito da Gestão 2009-2012.

Os agradecimentos se estendem aos Funcionários Municipais: na Divisão de Urbanismo, agradeço a Vilson Garcia Dalsente e Silvana Maycot; na Tributação, agradeço a Eliseu Pereira Antunes e a Valdecir Vieira; no Setor de Finanças, o agradecimento é para Loidir Salvi; no Gabinete Municipal, agradeço a Raquel Zioli. Todos eles tiveram participação relevante neste trabalho, pela colaboração e desprendimento em fornecer os dados e as informações necessárias ao estudo.

Agradeço também, de modo especial, aos Diretores do Frigorífico Anhambí, Srs. Nicolau Neis e Olivo Gonçalves, pela atenção dispensada, pela grandiosidade em abrir a empresa para o meu trabalho de investigação. Por eles este estudo teve seu seguimento e finalização coerente e informativa.

Por fim, agradeço aos empresários e prestadores de serviços, bem como a população, de maneira geral, da cidade de Itapejara D'Oeste, que tão bem souberam receber o pesquisador e auxiliar com as informações que compuseram este trabalho.

Ainda, agradeço a todos que participaram, de alguma forma, da realização deste estudo; lembro que o pesquisador obtém sucesso em seus estudos a partir da resposta buscada no meio em que vive e atua.



*“O ciclo de Kondratieff de cinqüenta anos baseava-se na dinâmica inerente à tecnologia. A cada cinqüenta anos, formam-se cristas numa longa onda tecnológica. Nos últimos vinte anos deste ciclo, as indústrias de crescimento do mais avançado progresso tecnológico parecem estar excepcionalmente bem. Porém, o que parecem ser lucros recordes são, na realidade, repagamentos de capital que não são mais necessários em indústrias que pararam de crescer. Esta situação nunca perdura por mais de vinte anos, surgindo então uma crise repentina, em geral prenunciada por algum tipo de pânico. Daí, seguem-se vinte anos de estagnação, durante o qual novas tecnologias não conseguem gerar empregos suficientes para fazer a economia crescer de novo; e ninguém, muito menos o governo, poderá fazer qualquer coisa nesse sentido”.*

(DRUCKER, 1987, p.6).



**MIOTTI, Luiz Antonio. Grande empreendimento em município de pequeno porte: estudo de caso do Frigorífico Anhambi em Itapejara D'Oeste – Paraná. 2009. 138f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Civil) - Programa de Pós-Graduação em Engenharia Civil, Cadastro Técnico Multifinalitário, UFSC, Florianópolis.**

Grandes empreendimentos influenciam o mercado imobiliário no município onde estão instalados trazendo diferentes repercussões nas áreas econômica, social, cultural e política. Compreendendo que tais empreendimentos podem provocar mudanças, o objetivo geral desta dissertação é verificar a influência da implantação de um grande empreendimento em município de pequeno porte, em diversos setores. Especificamente, objetiva avaliar a evolução dos valores de imóveis abrangendo um período antes e depois da construção do empreendimento, descrever os diversos tipos de prestação de serviços e de comércio no município, oriundos após atividade do empreendimento e caracterizar os aspectos de crescimento populacional e implantação de outros empreendimentos no município após atividade do empreendimento. No estudo de caso é analisada a implantação do Frigorífico Anhambi no município de Itapejara D'Oeste, em um recorte dos anos de 2000 a 2008 sendo que no ano 2003 o empreendimento adquire força total de funcionamento. Como técnica de pesquisa é usada a pesquisa bibliográfica e a observação; para a análise dos dados é usado o método dedutivo. Os resultados confirmam que a influência do empreendimento nos valores dos imóveis foi positiva, com evolução nos valores dos bens imóveis residenciais e lotes urbanos no período de análise de 2000 a 2008 incluindo, além do centro, imóveis localizados em diversos bairros do município. Os resultados também apontam uma evolução nos setores econômico, político, social e cultural do município, que podem ser relacionados à implantação e expansão do empreendimento.

**Palavras-chave:** Influência de grandes empreendimentos, valorização imobiliária, desenvolvimento urbano.



**MIOTTI, Luiz Antonio. Great new development in a small city: a case study in the fridge Anhambi Itapejara D'Oeste - Paraná. 2008. 138f. Dissertation (Master in Civil Engineering) - Post-Graduate in Civil Engineering, Multipurpose Technical, UFSC, Florianópolis.**

Major developments affect the real estate market in the municipality where they are installed as a whole, bringing different repercussions in the economic, social, cultural and political. Realizing that such enterprises can bring about change, the general objective of this dissertation is to examine the influence of the deployment of a large enterprise in a small city in various sectors. Specifically, it aims to evaluate the changing values of properties covering a period before and after the construction of the project, describe the various types of services and trade in the city, coming after the development activity and to characterize aspects of population growth and deployment of other enterprises in the city after the development activity. In the case study analyzes the implementation of the Refrigerator Anhambi the city of Itapejara D'Oeste, in a crop year from 2000 to 2008 and that in 2003 the enterprise acquires full power operation. How search technique is used in literature and observation, for the analysis of the data is used the deductive method. The results confirm that the influence of development on property values was positive, an increase in property values and residential lots in urban analysis period from 2000 to 2008 including, in addition to center properties located in various districts of the municipality. The results also showed an evolution in the economic, political, social and cultural council, which may be related to the implementation and expansion of the enterprise.

**Keywords:** Influence of large enterprises, real estate valuation, urban development.





## *LISTA DE FIGURAS*

---

Figura 1	Localização (A); limites do município de Itapejara D'Oeste (B) .....	60
Figura 2	Região urbana do município de Itapejara D'Oeste A) ano de 2005; (B) ano de 2009 .....	61
Figura 3	Principais ruas da região urbana do município de Itapejara D'Oeste: (A) Avenida Manoel Ribas; (B) Rua Fernando Ferrari .....	61
Figura 4	Estrutura fundiária da região urbana do município de Itapejara D'Oeste .....	62
Figura 5	Pintos de 1 dia .....	68
Figura 6	Fábrica de ração .....	68
Figura 7	Abatedouro do Frigorífico Anhambi em Itapejara D'Oeste .....	69
Figura 8a	Pequena Usina Hidrelétrica construída pelo Frigorífico Anhambi .....	70
Figura 8b	Layout da Pequena Usina Hidrelétrica construída pelo Frigorífico Anhambi .....	70
Figura 9	Vista das instalações do Frigorífico Anhambi.....	71
Figura 10	(A) Vista lateral e (B) Vista fachada do Frigorífico Anhambi .....	71
Figura 11	(A) Estacionamento interno e (B) Guarita do Frigorífico Anhambi .....	72
Figura 12	Frigorífico Anhambi com especificação das construções .....	72
Figura 13	Visão do Frigorífico Anhambi quanto à sua localização geográfica no município .....	73
Figura 14	Localização do Frigorífico Anhambi em relação à Pequena Usina Hidrelétrica .....	73
Figura 15	Evolução da renda média do trabalho em reais de 1998 a 2008 .....	82
Figura 16	Diagrama do impacto na implantação do Frigorífico Anhambi .....	131



## LISTA DE QUADROS

---

Quadro 1	Dados físicos e econômicos do Frigorífico Anhambi em sua evolução considerando o período de 1987 a 2008 .....	74
Quadro 2	Número de consumidores de energia elétrica por classe no município de Itapejara D'Oeste .....	77
Quadro 3	Número de ligações de água no município de Itapejara D'Oeste .....	77
Quadro 4	Evolução da frota de veículos por tipo no município de Itapejara D'Oeste no período de 2000 a 2008 .....	78
Quadro 5	Somatória de todos os veículos nos municípios selecionados no período de 2000 a 2008 .....	78
Quadro 6	Renda média mensal familiar nos municípios selecionados no ano de 2000 .....	81
Quadro 7	Remuneração média mensal de empregos formais nos municípios selecionados em 31 dezembro de 2008 .....	83
Quadro 8	Evolução no valor dos imóveis residenciais no município de Itapejara D'Oeste .....	87
Quadro 9	Evolução no valor de lotes urbanos, dados obtidos em cartório .....	88
Quadro 10	Evolução no valor de lotes urbanos .....	89
Quadro 11	Dados dos loteamentos do município de Itapejara D'Oeste de 2000 a 2008 .....	96
Quadro 12	Comparação das Empresas Prestadoras de Serviços anteriormente e após a implantação do Frigorífico Anhambi .....	98
Quadro 13	Dados territoriais dos municípios de análise .....	99
Quadro 14	Indicadores da população dos municípios em análise ....	105
Quadro 15	Indicadores dos municípios de estudo .....	112
Quadro 16	Indicadores das ligações de água (economias) nos municípios em análise em comparação com o município de Itapejara D'Oeste .....	112
Quadro 17	Indicadores das ligações de energia nos municípios em análise em comparação com o município de Itapejara D'Oeste .....	113

Quadro 18	Indicadores da frota de veículos nos municípios em análise em comparação com o município de Itapejara D'Oeste .....	114
Quadro 19	Demonstrativo de empregos nos municípios da região do estudo no período de 2000 a 2008 .....	115
Quadro 20	Receitas líquidas anuais correntes dos municípios em análise, em reais .....	118
Quadro 21	Receita líquida anual dos municípios em análise em comparação com o município de Itapejara D'Oeste em valores e em percentual .....	122
Quadro 22	Receita Líquida Anual dos municípios em análise em comparação com o município de Itapejara D'Oeste em percentual (base: ano anterior) .....	123
Quadro 23	Síntese dos dados coletados .....	125

## LISTA DE TABELAS

---

Tabela 1	Indicadores do município de Itapejara D'Oeste .....	75
Tabela 2	Dados político-administrativos do município de Itapejara D'Oeste .....	76
Tabela 3	Dados da área social do município de Itapejara D'Oeste .....	76
Tabela 4	Número de empregos formais em 31 de dezembro de 2006 .....	79
Tabela 5	Remuneração média (R\$) de empregos formais em 31 de dezembro de 2006 .....	80
Tabela 6	Números do emprego formal em 31 de dezembro entre 2005 e 2006 .....	84
Tabela 7	Flutuação do emprego formal de janeiro a dezembro de 2007 .....	85
Tabela 8	IDEBS observados em 2005, 2007 e Metas para rede Municipal para o município de Itapejara D'Oeste .....	86
Tabela 9	Alvarás de construção (m <sup>2</sup> ) concedidos no período de 2000 a 2008 .....	91
Tabela 10	Número de alvarás empresariais concedidos pela Prefeitura Municipal de Itapejara D'Oeste no período de 2000 a 2008 .....	94
Tabela 11	Lotes vagos e ocupados no período de 2000 a 2008 no município de Itapejara D'Oeste .....	95
Tabela 12	Arrecadação anual do município de Itapejara D'Oeste no período de 2000 a 2008 .....	97
Tabela 13	Classificação nacional dos municípios do estudo quanto ao IDH .....	101
Tabela 14	Demonstrativo do PIB <i>per capita</i> dos municípios da região do estudo no período de 2000 a 2006 .....	102
Tabela 15	IDEBS observados em 2005, 2007 e metas .....	104
Tabela 16	Número de domicílios permanentes nos municípios de análise .....	107
Tabela 17	Grau de urbanização dos municípios da região do estudo no ano de 2000 e ano de 2007 em % .....	109
Tabela 18	Demonstrativo da taxa de pobreza dos municípios da região do estudo referente aos anos de 2000 e de 2003 ...	110



## LISTA DE GRÁFICOS

---

Gráfico 1	Médias de renda, de homens e de mulheres nos municípios do estudo, para o ano de 2000 .....	81
Gráfico 2	Alvarás de construção m <sup>2</sup> concedidos no período de 2000 a 2008 no município de Itapejara D'Oeste .....	92
Gráfico 3	Totais de investimento em construções referentes a alvarás concedidos no período de 2000 a 2007 no município de Itapejara D'Oeste .....	93
Gráfico 4	Alvarás empresariais concedidos no município de Itapejara D'Oeste de 2001 a 2008 .....	94
Gráfico 5	Percentuais de lotes vagos e ocupados no período de 2000 a 2008 no município de Itapejara D'Oeste .....	95
Gráfico 6	Arrecadação anual do município de Itapejara D'Oeste ..	97
Gráfico 7	Indicadores do IDH dos municípios em análise em comparação com o município de Itapejara D'Oeste no ano de 2000 .....	100
Gráfico 8	Classificação dos municípios no IDH a nível nacional ..	101
Gráfico 9	Indicadores do Índice de Gini dos municípios em análise em comparação com o município de Itapejara D'Oeste para o ano de 2000 e de 2003 .....	105
Gráfico 10	Crescimento populacional da região do estudo no período de 2000 a 2007 em número de habitantes .....	106
Gráfico 11	População da região do estudo no período de 2000 a 2007 em percentual de crescimento .....	106
Gráfico 12	Média de moradores por domicílio nos municípios do estudo .....	108
Gráfico 13	Número de domicílios permanentes nos municípios do estudo .....	108
Gráfico 14	Grau de urbanização dos municípios da região do estudo no ano de 2000 e de 2007 .....	109
Gráfico 15	Índices da taxa de pobreza considerando os anos de 2000 e de 2003 nos municípios de estudo .....	111
Gráfico 16	Média de contratação por estabelecimento nos municípios da região do estudo no período de 2000 a 2008 .....	116
Gráfico 17	Demonstrativo de admissões nos municípios da região do estudo de 2000 a 2008 .....	117

Gráfico 18	Evolução da receitas líquidas anuais dos municípios do estudo no período de 2000 a 2008, em reais .....	120
Gráfico 19	Análise percentual evolução da receita líquida anual no município de Itapejara D'Oeste de 2000 a 2008 (base: ano anterior) .....	121
Gráfico 20	Evolução da receita líquida anual no município de Itapejara D'Oeste de 2000 a 2008, valores em reais .....	121
Gráfico 21	Variação das receitas líquidas anuais de todos os municípios do estudo no período de 2000 a 2008 .....	124



## *LISTA DE SIGLAS*

---

Abecip	Associação Brasileira das Entidades de Crédito Imobiliário
APA	Área de Proteção Ambiental
CAGED	Cadastro Geral de Empregados e Desempregados Ministério do Trabalho
CASAN	Companhia Catarinense de Águas e Saneamento
CBIC	Câmara Brasileira da Indústria da Construção
CNAE	Classificação Nacional de Atividades Econômicas
Copel	Companhia Paranaense de Energia
CTU	Cadastro Técnico Urbano
CTMU	Cadastro Técnico Multifinalitário Urbano
DECOM	Departamento de Defesa Comercial
DETRAN	Departamento de Trânsito do Paraná
EIA	Estudo de Impacto Ambiental
EIV	Estudo de Impacto de Vizinhança
FGV	Fundação Getúlio Vargas
FJP	Fundação João Pinheiro
IAPAR	Instituto Agrônomo do Paraná
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IDH-M	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
INEP	Instituto Nacional de Estudos e de Pesquisas Educação Anísio Teixeira
IPARDES	Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IV CIAM	IV Congresso Internacional de Arquitetura Moderna
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
Nepe	Instituto de Economia e do Núcleo de Estudos de População
Nepp	Núcleo de Estudos de Políticas Públicas
OMS	Organização Mundial de Saúde
ONU	Organização das Nações Unidas
OPAS	Organização Pan-Americana da Saúde
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento

PAD	Programa de Aprimoramento Discente
P.C.H.	Pequena Central Hidrelétrica
PIB	Produto Interno Bruto
PDE	Plano de Desenvolvimento da Educação
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento Humano
RAIS	Relação Anual de Informações Sociais
RIMA	Relatório de Impacto sobre o Meio Ambiente
Sanepar	Companhia de Saneamento do Paraná
SBPE	Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo
SINDUSCON	Sindicato da Construção Civil
SAEB	Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
ZAP	Zona de Adensamento Preferencial

<b>CAPÍTULO 1 - INTRODUÇÃO .....</b>	<b>29</b>
<b>1.1 Considerações Iniciais .....</b>	<b>29</b>
<b>1.2 Problema de Pesquisa .....</b>	<b>30</b>
<b>1.3 Objetivos .....</b>	<b>30</b>
1.3.1 Objetivo geral .....	30
1.3.2 Objetivos específicos .....	30
<b>1.4 Justificativa .....</b>	<b>30</b>
<b>1.5 Estrutura da Dissertação .....</b>	<b>32</b>
<b>CAPÍTULO 2 - REVISÃO DE LITERATURA .....</b>	<b>33</b>
<b>2.1 Ambiente e Desenvolvimento Urbano .....</b>	<b>33</b>
<b>2.2 Mercado Imobiliário .....</b>	<b>39</b>
<b>2.3 Indústria da Construção .....</b>	<b>43</b>
<b>2.4 Qualidade de Vida .....</b>	<b>48</b>
<b>CAPÍTULO 3 - METODOLOGIA .....</b>	<b>53</b>
<b>3.1 Tipo de Pesquisa .....</b>	<b>53</b>
<b>3.2 Procedimentos .....</b>	<b>54</b>
<b>3.3 Técnica .....</b>	<b>54</b>
<b>3.4 Área de abrangência .....</b>	<b>55</b>
3.4.1 Delimitação da pesquisa .....	56
<b>3.5 Seleção dos sujeitos da pesquisa .....</b>	<b>56</b>
<b>3.6 Instrumento da coleta de dados .....</b>	<b>57</b>
<b>3.7 Tratamento dos dados .....</b>	<b>57</b>
<b>CAPÍTULO 4 - RESULTADOS: ANÁLISE E DISCUSSÃO ...</b>	<b>59</b>
<b>4.1 O estudo de caso .....</b>	<b>59</b>
4.1.1 O município de Itapejara D'Oeste: características .....	59
4.1.2 O Frigorífico Anhambi .....	63
<b>4.2 Influências sociais, econômicas, políticas e culturais no município de Itapejara D' Oeste com a implantação do Frigorífico Anhambi .....</b>	<b>75</b>
4.2.1 Dados do mercado imobiliário .....	86
<b>4.3 Comparação entre municípios .....</b>	<b>99</b>

<b>4.4 Discussão dos resultados .....</b>	<b>125</b>
4.4.1 Análises na área econômica .....	126
4.4.2 Análises na área social .....	128
4.4.3 Análise na área cultural e política .....	130
<b>CAPÍTULO 5 - CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES .....</b>	<b>133</b>
<b>5.1 Conclusões .....</b>	<b>133</b>
<b>5.2 Recomendações para trabalhos futuros .....</b>	<b>137</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>139</b>
<b>APÊNDICES .....</b>	<b>149</b>
<b>APÊNDICE A - Questionários .....</b>	<b>151</b>
<b>ANEXOS .....</b>	<b>155</b>
<b>ANEXO A - Localização dos municípios do estudo na região Sudoeste do Estado do Paraná .....</b>	<b>157</b>
<b>ANEXO B - Mapa da cidade de Itapejara D'Oeste .....</b>	<b>159</b>
<b>ANEXO C - Mapa do limite dos bairros .....</b>	<b>161</b>
<b>ANEXO D - Mapa de cidade de Itapejara D'Oeste após loteamento Bem Viver .....</b>	<b>163</b>
<b>ANEXO E - Mapa das amostras referentes aos Quadros 8, 9 e 10 e dos Loteamentos do Quadro 11 .....</b>	<b>165</b>

# CAPÍTULO 1 - INTRODUÇÃO

---

## 1.1 Considerações Iniciais

Cada município possui características diferenciadas devido ao seu contexto regional e devido aos seus aspectos de organização urbana através de edifícios privados e públicos na forma de habitações, equipamentos públicos, frigoríficos, indústrias, comércio, serviços e redes de infra-estrutura que influenciam diretamente na qualidade de vida da população e no valor dos imóveis urbanos, tanto positivamente como negativamente.

Em geral, grandes obras exercem influência diretamente no mercado imobiliário, podendo trazer vários tipos de repercussões para os municípios, já que são ações diretas de investimentos que podem melhorar, entre outros, a qualidade de vida e agregar valor a diversos tipos de negócios.

Caso haja investimentos em grandes obras, no entanto, sem sucesso, ou de investimentos com sucesso inicial mas com evolução inadequada, o entorno poderá ser prejudicado, com possibilidades de retrocessos no crescimento, na qualidade de vida e com desvalorização imobiliária.

Nesta pesquisa pretende-se verificar a influência de um empreendimento de grande porte (frigorífico), construído recentemente na cidade de Itapejara D'Oeste, Sudoeste do Paraná, consoante à agregação ou não, de valor aos imóveis ao seu entorno.

A hipótese do estudo com referência à instalação do Frigorífico Anhambí no município de Itapejara D'Oeste, Estado do Paraná, no ano de 2000, é de que as ações e os resultados gerados por este empreendimento promoveram influência significativa no entorno, considerando que as mudanças realizadas em um determinado ambiente podem se expandir e afetar a sua população.

Tais prerrogativas desencadeiam questionamentos acerca da influência no contexto do município de Itapejara D'Oeste pela implantação do Frigorífico Anhambí e permitem enunciar o problema de pesquisa e os objetivos desta dissertação.

## **1.2 Problema de Pesquisa**

Que influências podem ser identificadas no contexto do município de Itapejara D'Oeste decorrentes do grande empreendimento do Frigorífico Anhambi, no período de 2000 (antes) a 2008 (depois) da implantação?

## **1.3 Objetivos**

### **1.3.1 Objetivo geral**

Verificar as principais influências econômicas, políticas, sociais e culturais de um grande empreendimento num município de pequeno porte.

### **1.3.2 Objetivos específicos**

- a) avaliar a evolução dos valores de imóveis antes e depois da implantação do empreendimento;
- b) analisar a evolução dos principais tipos de prestação de serviços e de comércio no município;
- c) caracterizar os aspectos de crescimento populacional e implantação de novos empreendimentos no município após atividade do empreendimento;
- d) fazer um estudo comparativo com municípios de porte semelhante e situados na mesma região.

## **1.4 Justificativa**

A ideia de que grandes obras agregam valores significativos ao seu entorno e aos imóveis está no pensamento da maioria da população. Estes empreendimentos podem provocar mudanças significativas de desenvolvimento, incrementando no entorno a prestação de serviços, comércio em geral, infra-estrutura e valorização imobiliária.

As mudanças poderão estar próximas do empreendimento ou em vários locais mais distantes, no entanto, ainda precisa de estudos sobre a velocidade de valorização dos imóveis, o período de valorização e o raio de abrangência de sua influência.

Desta forma, esta pesquisa tem por finalidade analisar a influência na valorização imobiliária, de que maneira ela repercute nos imóveis que estão mais próximos e nos que estão mais distantes do empreendimento, quais os aspectos e as características do entorno antes e após o empreendimento em relação a infra-estrutura, crescimento populacional, geração de empregos e equipamentos urbanos.

Espera-se que, nesta pesquisa, a proposta de verificar a influência de grandes obras após o início de suas atividades venha a proporcionar uma visão mais ampla da influência na evolução de uma região. Acredita-se que os resultados possam ser de grande utilidade para futuras implantações, como no caso da Coasul (Cooperativa Agroindustrial de São João), em razão da possibilidade de identificar aspectos relevantes para o entorno e, conseqüentemente, para a cidade. Registram-se trechos de reportagem publicada no Jornal Diário do Sudoeste com relação aos investimentos em atividade frigorífica na região: “O projeto da Coasul, em São João, prevê aportes de R\$ 80 milhões em um frigorífico e uma fábrica de ração. A intenção é começar com o abate de 100 mil aves por dia em 2010 e chegar a 160 mil em 2012” (JORNAL DIÁRIO DO SUDOESTE, 2008, p.A3).

Por conta desse empreendimento, algumas informações sustentam os pressupostos deste estudo, conforme registro no mesmo veículo de comunicação, datado de 2009, do qual se retira um trecho extremamente relevante:

Logo na chegada, no trevo que dá acesso à cidade e também à cooperativa Coasul, já é notável a expansão da construção civil em São João. Perto do trevo, trabalhadores trabalham na construção de um prédio de três andares. À esquerda do trevo, tijolos indicam que ali nasce uma nova obra. E um pouco mais para frente, em um morro, casas aglomeradas de um conjunto habitacional tomam forma (BARZOTTO, 2009, p.A4).

A especulação no crescimento do mercado imobiliário no município após o anúncio da construção do frigorífico da Coasul - Cooperativa Agroindustrial de São João, em 2008, é confirmada pelo presidente da Associação Comercial e Empresarial de São João (ACESJ). Este afirma que o mercado imobiliário urbano passa por uma carência de imóveis e de que os valores pelos imóveis ou terrenos a

serem negociados estão acima dos valores reais de mercado (BARZOTTO, 2009, p.A4).

Alves et al. (2008) comenta sobre a classificação das cidades, informando que, mesmo com o expressivo número de pequenas cidades, não se configura um desenvolvimento seguro de estudos e de elaborações conceitual e metodológica sobre essas espacialidades. Encontram-se resultados de pesquisas sobre cidades que tenderam a privilegiar aquelas que têm mais de 20.000 habitantes.

São notícias desta natureza que impulsionam o pesquisador a realizar investigações sobre a influência que a implantação de grandes empreendimentos em municípios de pequeno porte pode trazer.

## **1.5 Estrutura da Dissertação**

Nesta dissertação, os capítulos foram estruturados de modo a apresentar os assuntos que nortearam a pesquisa, a metodologia usada para sua elaboração, os resultados obtidos e as respectivas conclusões.

Após esta introdução, o Capítulo 2 apresenta a base teórica, discorrendo sobre temas como ambiente e desenvolvimento urbano, mercado imobiliário, indústria da construção e qualidade de vida.

No Capítulo 3 é apresentada a metodologia da pesquisa, indicando os procedimentos do estudo, as fontes da pesquisa, a área de abrangência, os sujeitos da amostra e os instrumentos utilizados para a coleta de dados.

O Capítulo 4 apresenta os dados obtidos com a realização do estudo de caso, da pesquisa de observação e demais informações, apresentando os resultados numa análise comparativa.

Ao final, o Capítulo 5 apresenta as conclusões do estudo, retoma os objetivos e questionamentos propostos e sugere recomendações para futuras pesquisas.



## **CAPÍTULO 2 - REVISÃO DA LITERATURA**

---

Esta pesquisa está relacionada com obras de grande porte; neste caso, frigorífico de aves que, devido às suas concepções econômicas, financeiras e sociais, envolve diretamente cenários de ambiente e desenvolvimento urbano, mercado imobiliário e a indústria da construção. Como primeiro tema de estudo, o ambiente e desenvolvimento urbano, apresentam-se definições, características de desenvolvimento e demais aspectos.

### **2.1 Ambiente e Desenvolvimento Urbano**

Ao tratar do ambiente e desenvolvimento urbano é apropriado relatar trechos da obra de Schickler (1974) a respeito da teoria econômica regional. Inicialmente, é interessante reproduzir o texto de Charles Leven (1956), que confere à exportação regional a importância de traço distintivo da estrutura econômica de uma determinada área.

Schickler (1974) comentou sobre o modelo de base econômica como uma construção teórica criada para o estudo das atividades econômicas de uma região ou área urbana. A essência desse modelo incluía dois enfoques distintos para seu conceito: a chamada base econômica e o multiplicador de renda regional, com sua medida de distinção ancorada na unidade de medida.

Sob esta compreensão, Schickler (1974) apresentara a teoria de base econômica alegando uma dicotomia essencial para as atividades econômicas de uma área: as atividades básicas ou não-locais, e as atividades não-básicas ou locais.

No mesmo estudo, tinha conceito de base econômica a definição das atividades básicas como aquelas que produzem bens e serviços para uso não-local, pois são atividades que vendem seus produtos para exportação, de modo que é atribuída a definição de resíduos às atividades não-básicas (SCHICKLER, 1974).

Para o modelo da base econômica, portanto, propôs um esquema conceitual que predispuesse uma aproximação analítica da estrutura econômica de regiões auxiliando nas projeções quanto ao futuro nível das atividades econômicas ou empregos regionais.

Edmiston (2004) afirma que qualquer renda pessoal que surge da atividade de uma empresa gera efeitos de multiplicador por círculos subsequentes de consumidor, gastos, que gera emprego adicional e renda e mercados maiores, diferencial significativo para os empreendimentos locais.

No momento a evolução das cidades vem se dando em razão da quantidade de pessoas que buscam oportunidade de emprego e melhores condições de vida. Os grandes centros urbanos hoje chamados de metrópoles<sup>1</sup>, cidades ligadas por redes de comunicação informatizadas, vêm apresentando uma qualidade de vida pior, progressivamente (MOURA e ULTRAMARI, 1996 apud GUIMARÃES; GUIMARÃES, 2004).

Santos (2008) assinala registros de processo de criação urbana de M. Marx (1991), que descreveu a geração de cidades: subordinado a uma economia natural, as relações entre lugares eram fracas, inconstantes. A expansão da agricultura comercial e a exploração mineral constituíram a base de um povoamento e a criação de riquezas que redundaram no surgimento de cidades.

Antes disso, em 1921, M. Aurousseau introduziu a expressão *urban economic base*, resultado de trabalhos realizados por geógrafos e planejadores urbanos dos Estados Unidos. Naquele período, formulou um conceito de funções urbanas, a seguir descrito:

É bem conhecido o fato de que as cidades possuem um extraordinário poder de crescimento. Isto parece ser devido à relação existente entre as ocupações primárias e as ocupações secundárias dos seus habitantes. As ocupações primárias são aquelas diretamente associadas com as funções urbanas. As ocupações secundárias são aquelas relacionadas com a manutenção do bem-estar das pessoas ocupadas nas atividades de natureza primária (SCHICKLER, 1974, p.18).

Edmiston (2004) registra as estratégias de governos municipais ao buscarem criar trabalhos, crescimento de renda e aumento de oportunidades econômicas de seus cidadãos, expandindo subsídios e recursos financeiros para empreendimentos empresariais novos. Entretanto, não é desconsiderado o impacto econômico decorrente de financiamentos ineficientes, de modo que o Estado, habitantes e governo

---

<sup>1</sup>Expressão que vem de *net*, rede no idioma inglês mais *pólis*, do grego, cidade.

realizam estudos avaliativos dos efeitos prováveis nas implantações locais ou expansões empresariais.

Interessante o questionamento de Morgan e Lambe (2009) a respeito de implantação de grandes empresas em pequenas cidades:

Que abordagens e estratégias de sucesso em pequenas cidades provocam tendência a confiar na implantação local de economia? Em que medida há um ‘modelo’ de desenvolvimento econômico de cidade pequena que pode ser aplicado em muitas comunidades? (MORGAN; LAMBE, 2009, p.5).

O alerta de Edmiston (2004), porém, é que enquanto se mensuram os impactos econômicos totais de um único local ou da decisão de expansão, é negligenciada a simultaneidade presente entre a decisão de implantar apenas uma empresa local e as variáveis da empresa que se inicia no mercado, ou recoloca-se, expande-se e decide fechar.

Tais significados podem anunciar um trabalho relativamente pobre de cálculo de impacto líquido na decisão de local, constituindo-se em preocupação porque a implantação de grandes empreendimentos nem sempre gera grande número de emprego ou é multiplicador de efeitos e até mesmo em alguns casos os efeitos em rede são negativos (EDMISTON, 2004).

Estudo de Morgan e Lambe (2009) indicou que em lugares nos quais a diferença é feita mediante estratégias de desenvolvimento inovadoras, em função do tamanho do município e com limitações de recursos, o interesse voltou-se para o maior aprendizado sobre o processo de desenvolvimento econômico em pequenas comunidades.

Consoante à gestão urbana, sua execução é apoiada pelo Cadastro Técnico Urbano (CTU), “um inventário público de todas as parcelas de terreno e dos imóveis de uma região” (HOCHHEIM, 2003, p. 1.1). Em sua constituição contém uma parte cartográfica, composta por cartas que indicam a divisão em parcelas de uma área e seus identificadores e uma parte descritiva, contendo registros dos atributos físicos e abstratos referentes às parcelas identificadas.

O CTU faz parte da gestão urbana na execução de todas as suas funções, assim relacionadas: a) planejamento e gestão da ocupação do solo; b) renovação urbana e reabilitação de edificações; c) gestão ambiental e controle da poluição; d) ocupação do domínio público; e)

expedição de alvarás de construção, demolição, loteamentos e de utilização; f) aquisição de terras para desenvolvimento; g) gestão da malha viária que diz respeito às ruas de uso comum, aos corredores de uso exclusivo do transporte coletivo; das ferrovias, das hidrovias e das sinalizações; h) funcionamento dos serviços coletivos, incluindo os transportes, os serviços de combate a incêndios, a coleta de lixo, entre outros; i) serviços de emergência; j) gestão de redes, que compreende a água e os esgotos, a eletricidade, a iluminação, o telefone, entre outros; l) a gestão do patrimônio público; e, m) a educação, turismo e recreação (HOCHHEIM, 2003).

A partir dessas funções o CTU vem agindo como atividade meio no estabelecimento e na manutenção dos padrões de desenvolvimento, regulamentações técnicas e do código de obras permitindo a efetividade da gestão urbana como um todo e a viabilidade da urbanização.

A cidade, segundo Duhl (1963 apud WESTPHAL, 2000, p. 42), “[...] pode ser entendida como uma estrutura geográfica na qual se vive e se trabalha”. Outra compreensão a aponta como uma entidade administrativa, ou como uma estrutura social e comunitária, visto que diferentes sistemas interagem em seu interior, buscando o equilíbrio urbano em um ambiente no qual vigem conflitos de poder e de relações.

Em sua evolução, as cidades possibilitam aos cidadãos que nela habitam ocupar um espaço com características simbióticas e a se organizarem sob a égide de um poder político como uma sociedade civil. Ao assim procederem, os cidadãos passam a ocupar um espaço simbólico, que “[...] integra seus habitantes culturalmente, possibilitando a formação de uma identidade coletiva, que dinamiza as relações, convertendo a cidade ainda em um espaço que responde a objetivos econômicos, políticos e culturais da nossa época” (WESTPHAL, 2000, p.42).

Le Corbusier (1998) ao mimetizar a racionalidade da produção industrial, buscou transpor para o espaço urbano categorias próprias do universo da produção industrial, sinalizando passagens nas quais contempla a criação do espírito de série, quanto a construir, residir e conceber casas em série. Quanto à divisão dos loteamentos, assim se posicionou:

Os loteamentos urbanos serão vastos e ortogonais e não mais desesperadamente disformes; permitirão o emprego do elemento de série e a industrialização da construção. [...] A fatal evolução social terá transformado as relações

entre locatários e proprietários, terá modificado as concepções da habitação e as cidades serão ordenadas em lugar de serem caóticas (LE CORBUSIER, 1998, p. 166 *apud* SOUZA, 2006, p. 126).

O arquiteto acreditava que onde reina a ordem nasce o bem-estar, e que um traçado regulador garante contra o arbítrio, satisfaz o espírito que conduz a busca de relações engenhosas e harmoniosas.

Na verdade, o crescimento das cidades liga-se estreitamente com o aumento do número de pessoas que as escolhem para viver, desencadeando uma crescente concentração populacional no meio urbano, ao qual acompanha a conseqüente deterioração da qualidade de vida. Em todo o planeta as áreas urbanas são consideradas locais privilegiados para a oportunização de trabalho, inovação e ampliação das oportunidades econômicas, sociais e culturais, de modo que os centros urbanos revelam agilidade no desenvolvimento de redes de relações, nos diversos planos que incluem a economia, a política e a cultura por meio de conexão com áreas rurais, pequenas, médias e grandes cidades. “No lado repugnante do espaço urbano estão os excluídos, aqueles que não satisfazem suas necessidades naturais básicas” (RIBEIRO, MENDES e SALANEK FILHO, 2006, p. 54).

Respeitando as proporções individuais, metrópoles do mundo inteiro vêm se deparando com um quadro permanente de inclusão e de exclusão, configurando uma crise simultânea a nível global dos processos de regulação social e de seu possível potencial liberador; o que se confirma, entretanto, é que a pobreza absoluta se associa integralmente à ocupação irregular do espaço. É uma resposta ao modelo neoliberal que acentuou um antigo problema de ocupação dos espaços geográficos, acelerando a ocupação fundiária e de renda com afetação na rarefação demográfica e aprofundando o dualismo estrutural entre o urbano e a fronteira interior. Em razão disso registra-se que:

As migrações internas decorrem das contradições geoeconômicas marcadas pelo regime de propriedade da terra, pela estagnação social e baixíssimo nível de renda. Os deslocamentos do potencial de trabalho para as regiões metropolitanas criaram o fenômeno gangrenado da marginalização – desemprego, subemprego e favelização – produzindo um quadro sociopático de miséria e violência que escapa a qualquer

controle (RIBEIRO, MENDES e SALANEK FILHO, 2006, p. 54).

É um assunto que se torna, pela sua importância, em objeto de reflexão permanente por parte dos governos e da própria sociedade e deve visar à sobrevivência com redução do supérfluo, integração da comunidade na solução dos problemas sociais e união em torno da busca de um bem comum.

Hochheim (2003, p. 2.1) apresenta o Cadastro Técnico Multifinalitário Urbano (CTMU), como um sistema básico de registros disponíveis ao uso de diversas pessoas e organizações com a responsabilidade de realizar diversos serviços. Seu uso implica na colaboração entre diferentes usuários do sistema aos quais compete definição, aquisição e atualização de dados particulares e os que se encontram sob sua responsabilidade.

Dentre as vantagens oferecidas pelo CTMU encontram-se a provisão de informações para os tomadores de decisão, as funções de monitoramento e controle, a descentralização das funções de gestão, o processo de planejamento, a análise de estratégias e ações alternativas e a elaboração de políticas fiscais justas. Fazem parte dele, também, a possibilidade de manter-se apenas uma base cartográfica da cidade, centralizando o quadro técnico especializado e agilizando as ações de planejamento (HOCHHEIM, 2003).

Melo et al. (2007), ao investigarem a dinâmica populacional de municípios do Estado de Goiás na década de 1940 e 1950, encontraram um processo de formação vinculado à expansão agropecuária tradicional e a ferrovia, como principal impulso. Entretanto, nas décadas de 1970-80 verificou-se retração populacional, em razão da opção política pelo padrão de desenvolvimento urbano-industrial e na “modernização conservadora” da agricultura.

Nos estudos de Schickler (1974) são sintetizadas teorias acerca da economia regional com as preocupações que agrega, além da renda regional de equilíbrio, estabelecendo um grande interesse na construção de modelos que incorporam a variável distância e levem em conta a desigualdade na distribuição espacial das atividades econômicas.

São fatos que limitam o uso de modelos macroeconômicos na escala regional, exigindo dos modelos regionais atenção especial para as relações de todo tipo entre áreas subnacionais, justificando a ênfase na teoria de base nas exportações regionais (SCHICKLER, 1974).

O tema seguinte versa sobre o mercado imobiliário, em seu comportamento com relação ao crescimento das cidades e à influência que passa a exercer sobre a qualidade de vida das pessoas.

Entende-se que discorrer sobre o mercado imobiliário como elemento participante do desenvolvimento urbano implica em conhecer seus aspectos e inter-relação com o ambiente urbano e a indústria da construção civil. O mercado imobiliário diz respeito tacitamente ao desenvolvimento urbano, na medida em que realiza as negociações e influencia o meio. No item a seguir a abordagem a este tema tem o propósito de relatar a composição do mercado imobiliário, fatores de influência nas demandas e significância financeira.

## **2.2 Mercado Imobiliário**

O ambiente do mercado imobiliário é composto por arquitetos, engenheiros, empresas de construção, comunicação, e os promotores imobiliários. A estes, entende-se “um conjunto de agentes” que realizam, parcial ou totalmente, diversas operações concernentes aos negócios imobiliários. Um deles é a incorporação, que consiste na operação-chave da promoção imobiliária. Ao agente incorporador cabe realizar a gestão do capital-dinheiro quando esse se transforma em mercadoria, ou seja, em imóvel. Aspectos como a localização, o tamanho das unidades e a qualidade do prédio a ser construído, bem como a empresa responsável pela sua construção, propaganda e venda das unidades também devem ser definidos pelo incorporador (CORRÊA, 2005).

Este conjunto de agentes é, também, responsável pelo financiamento, derivado da formação de recursos monetários provenientes de pessoas físicas e jurídicas, na decisão sobre a compra do terreno e à construção do imóvel.

Outra operação a cargo dos promotores imobiliários é o estudo técnico “[...] realizado por economistas e arquitetos, visando verificar a viabilidade técnica da obra dentro de parâmetros definidos anteriormente pelo incorporador e à luz do código de obras”. Na seqüência desse estudo, há a construção ou produção física do imóvel que se verifica pela atuação de firmas especializadas nas diferentes etapas do processo produtivo, tendo a força de trabalho vinculada às firmas construtoras (CORRÊA, 2005, p. 20).

Como encargo final desses promotores cabe a venda efetiva, ou seja, a comercialização ou transformação do capital-mercadoria em

capital-dinheiro, com os respectivos lucros; trata-se de uma operação realizada pelos corretores, planejadores de vendas e os profissionais de propaganda (CORRÊA, 2005).

“O imóvel, como o nome diz, é um ativo que conjuga segurança com rentabilidade menor, mas constante, aliada a uma liquidez relativa, já que sempre haverá compradores dispostos a adquirir o chamado bem de raiz”; trata-se o imóvel, de um bem que passa de geração para geração (MARIUZZO, 2007, p.2).

Segundo SEBRAE/SP,

Com o crescimento das cidades, comprar um imóvel passou a ser um processo que envolve basicamente muita pesquisa na busca do imóvel ideal. O mercado imobiliário apresenta uma relação muito estreita com a economia do país, ou seja, economia saudável, mercado imobiliário também. Apesar dessas flutuações, o mercado ainda acredita que o comprador potencial está consciente de que o bem imóvel é, ainda, o melhor ativo no qual ele pode investir.

De acordo com Dorigon (2000, p.1),

Os grandes concorrentes dos imóveis, do ponto de vista dos investidores, são as aplicações financeiras para resgate a curto prazo. A principal vantagem do investimento em imóveis é a segurança, uma vez que o imóvel é um bem sólido, que não fica sujeito às mudanças dos planos econômicos lançados pelo governo federal.

Devido à alta competitividade em que análises de riscos devem ser cada vez mais criteriosas no planejamento de investimentos imobiliários, principalmente em grandes obras, torna-se necessário conhecimento amplo do mercado imobiliário, das análises mercadológicas e, principalmente, da identificação e demonstração do potencial de mercado para a atividade.

Pode-se dizer baseado em afirmações, que uma grande obra poderá transferir valorizações para o mercado imobiliário e aos diversos segmentos de uma região, como também poderá influenciar negativamente, se não houve estudos de suas atividades antes, durante e após sua implantação.



Se o mercado imobiliário receber incentivos tributários e reduzir os riscos legais no mercado para locação residencial e comercial, tais incentivos poderiam atrair recursos privados para investimentos de longo prazo, com conseqüente ampliação da oferta de imóveis sem a necessidade de ampliação do financiamento para a sua aquisição (UNIÃO NACIONAL DA CONSTRUÇÃO, 2006).

Lopez (2007) comenta que a evolução do setor imobiliário requer realizar estudos sobre todos os fatores que poderão influenciar o mercado, observação de mercados maduros e indica a presença de diversos atores de influência dos negócios na área imobiliária, agrupando-os em temas principais:

- Fatores macroeconômicos;
- Fatores sócio-demográficos;
- Grau de confiança do consumidor;
- Integração entre os mercados financeiro e imobiliário;
- Maior especialização e competição dos agentes financeiros.

Com um breve relato desses fatores, Lopez (2007, p.9) destaca como fatores macroeconômicos mais importantes aqueles que considera de maior relevância e têm influência direta no consumidor ou no poder de compra do público: a taxa de juros e a renda *per capita*, pelo fato de que “Tanto redução das taxas de juros praticadas nos financiamentos imobiliários quanto o aumento da renda *per capita* proporcionam diretamente um maior poder de compra aos consumidores”.

Quanto aos fatores sócio-demográficos Lopez (2007) vê com otimismo a situação da demanda por habitação, considerando dois grupos importantes no movimento do mercado imobiliário: o grupo de pessoas de 25 a 45 anos de idade, e o grupo na faixa com mais de 45 anos. O primeiro grupo é responsável pela aquisição do primeiro imóvel, e o segundo, para a troca de casa ou apartamento.

Observando-se o crescimento populacional de 1980 a 2004, a fatia da população entre 25 e 45 anos cresceu a uma taxa de 2,7% ao ano, chegando a 73 milhões de pessoas em 2004. Em um crescimento anual desse segmento a taxa de 1% ao ano, o país terá 700 mil potenciais candidatos à aquisição de um imóvel anualmente, nas condições atuais oferecidas pelo mercado ou pela forma subsidiada.

A essa necessidade anual estimada configura-se um *déficit* habitacional de 7,9 milhões de unidades residenciais, especialmente representado por pessoas que vivem em condições inadequadas, por

habitação precária, ou excesso de moradores ou insuficiência de infraestrutura básica (LOPEZ, 2007).

A partir desses fatores é que fica estabelecido o grau de confiança do consumidor, baseado nas condições macroeconômicas ou em suas finanças pessoais, porque decidir comprar um imóvel é promover um impacto na vida familiar que poderá se estender por vinte anos ou mais, sujeito a influências negativas em caso de dúvidas acerca da possibilidade dessa escolha.

Na integração entre os mercados financeiro e imobiliário, há um visível fortalecimento no mercado imobiliário nos dois últimos anos devido ao ingresso de capital sob a forma de dívidas, emissão de ações, fundos de participação, fundos de *hedge* e outros. Além disso, com a abertura de capital os vários agentes do mercado, que inclui os incorporadores, as imobiliárias e os investidores, inseriram cerca de R\$ 10 bilhões de capital nessas empresas. Estas, visando o seu próprio crescimento, buscam explorar novas regiões, na aquisição de outras empresas, associação ou atuação direta no mercado.

Observa-se, também, uma tendência de atuação em segmentos que incluem consumidores cuja renda familiar é de 5 a 10 salários mínimos, um foco que “apresenta as maiores oportunidades de crescimento do setor e deverá mudar não só a cara do mercado imobiliário brasileiro, mas também do país, pois permitirá que muitas famílias passem a ter acesso a melhores condições de moradia” (LOPEZ, 2007, p.10).

Os bancos, a outra parte do mercado, também cumprem a sua parte, com a liberação de cerca de R\$ 18,5 bilhões no ano de 2007 para financiamento da casa própria, por agentes públicos ou privados. Isto pode ter conferido um novo perfil ao mercado imobiliário, porque a falta de recursos financeiros deixa de ser fator restritivo de crescimento, aliás, lhe faculta o crédito de ser o fomentador de crescimento do mercado (LOPEZ, 2007).

Continuando a descrição dos fatores de influência no mercado imobiliário, resta comentar a especialização, tida como crescente aos agentes financeiros nesse mercado, em paralelo ao igual crescimento na integração com o mercado financeiro. É crescente a atuação das instituições financeiras no setor imobiliário, e há perspectiva de aproximação maior dos clientes dos incorporadores e das imobiliárias, de modo que a contratação de crédito imobiliário se tornará simples e fácil, com a promoção de *commodity* e o aparecimento de produtos destinados a este nicho específico de mercado, conclui Lopez (2007).

Mariuzzo (2007) acredita na boa evolução do mercado imobiliário por conta de fatores como a economia estável e medidas do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), lançado em janeiro de 2007, que geram otimismo no setor. Uma das boas notícias indica que os financiamentos imobiliários do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE) atingiram R\$ 9,5 milhões em 2006, um crescimento de 95,5% em relação a 2005, conforme publicação da Associação Brasileira das Entidades de Crédito Imobiliário (Abecip), valor este já superado ainda no primeiro quadrimestre de 2007, quando o volume de empréstimos do SBPE atingiu 90% do volume alocado ao mercado nos 12 meses anteriores.

Outra boa notícia veio com relação à companhia de financiamento hipotecário *Brazilian Mortgages*, especializada em operações financeiras voltadas para construtoras e incorporadoras; ao anunciar sua entrada no mercado de crédito a pessoas físicas e acreditando no bom momento da economia brasileira, a empresa lançou um programa de financiamento de imóveis direcionadas à classe baixa, com prazos de até 30 anos, confirmando que o mercado imobiliário brasileiro vive um bom momento como resultado de uma economia estável.

Ressalta a mesma autora sobre a importância da estabilidade econômica, fundamental para o crédito imobiliário, pois, confere segurança ao tomador e à concedente do crédito.

No item a seguir o tema é a indústria da construção, aspectos de seu surgimento e sua relação com as crescentes necessidades de habitação no contexto nacional. Trata-se de um tema estreitamente ligado ao contexto do mercado imobiliário porquanto corresponde aos preceitos que a demanda dispõe e necessita, e que são diretamente repassados à indústria da construção civil. Assim, as propostas apresentadas pelo mercado imobiliário podem ser indicadores dos desejos e necessidades dos clientes para os quais a indústria da construção deve atuar.

### **2.3 Indústria da Construção**

Habitar não se reduz à simplicidade de um ato isolado, mas considera em seu conceito, três aspectos delimitadores: o âmbito sociogeográfico, a cultura e o período histórico. Sobre o primeiro deles, apoia-se em uma escala que inicia em uma área de contornos pouco definidos, a vizinhança; segue pelo local-abrigo, que significa a

residência, ou alojamento, geralmente fixo; dali se estende ao espaço ou território mínimo, que acompanha a pessoa, tornando-se o seu objeto de cuidados e de proteção; neste espaço a pessoa tem um mínimo de permanência, mas, ao transformá-lo e dele se apropriar, mais se constitui em sua habitação.

Habitar culturalmente requer compreender as múltiplas diferenças culturais que uma cultura mais ampla agregou em si, reconhecida como a cultura ocidental e de inspiração clássica e cristã, evoluída ao efeito de diferentes graus de industrialização.

Cordeiro e Szücs (2003) entendem que morar mal remete ao desempenho ineficiente por parte do trabalhador, surgimento de problemas de cunho socioeconômico que podem incluir a violência urbana em decorrência do crescimento excludente das cidades brasileiras.

O habitar se torna ato de especialização urbana cujo fim busca preservar o homem daquilo que é nocivo na cidade desgastante e poluidora. No caso das políticas de habitação, há várias estratégias para geração de emprego e renda, no entanto a construção civil tem um amplo destaque através do mercado imobiliário, que movimenta grandes montantes financeiros juntamente com uma cadeia de comercialização e serviços.

Segundo a Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC, 2003, p.8),

A indústria da construção tem como característica fundamental o fato de impactar de forma direta e indireta toda uma economia, além de ser fortemente condicionada à trajetória de política econômica do país. Neste sentido, é lícito admitir que a viabilidade e o desempenho dos vários setores econômicos e a melhoria da preservação da qualidade de vida dependem do desempenho da atividade construtora.

Todo grande investimento, além de estudos de viabilidade, deverá atender todas as solicitações das leis vigentes, uma vez que aumentou a preocupação de empreendimentos com sustentabilidade. Diante disso, órgãos financiadores e investidores interessados em evitar riscos em seus negócios, vêm exigindo cada vez mais que empresas construtoras preencham requisitos de garantias para a liberação de créditos.

Muitos empreendimentos são realizados com o intuito de obter principalmente lucratividade, entretanto por outro lado, após a implantação e o início das atividades, geram benefícios à população, ao entorno e a cidade.

Demartini e Szücs (2005) lembram que desde o século XIX, na Europa, já existam preocupações com a habitação de interesse social, com registro das primeiras crises na Inglaterra e na França com a busca de trabalho nas cidades por um grande contingente populacional.

Na segunda metade desse século tem início a segregação das classes e, ao longo dele, deu-se a instituição de leis diversas de apoio à iniciativa privada para construção de habitações populares pelos governos europeus (SZÜCS; DEMARTINI, 2005).

De acordo com a União Nacional da Construção (2006) são intensos os reflexos dos investimentos em construção sobre toda a economia, seja no curto ou no longo prazo, dependendo, especialmente, do estabelecimento de metas pelo governo quanto a incrementar investimentos em setores essenciais de infra-estrutura que compreendem a malha rodoviária<sup>2</sup>, a geração de energia elétrica, saneamento e habitação social. Além disso, caberá também ao Estado, o fortalecimento da iniciativa privada para o atendimento das necessidades futuras de moradia.

Salienta Palermo et al. (2007, p.2) que “O papel do estado na produção habitacional voltada para as populações de menor renda é indiscutível”. A missão essencial da política pública habitacional brasileira é a redução do *déficit* de moradias. Ocorre que, muitas vezes, restringe-se a um olhar quantitativo e reduz a questão habitacional a um problema numérico, sem atentar para os aspectos sociais envolvidos tais como apropriação da moradia, sentimento de pertencimento do morador em relação a casa e à comunidade aonde está inserido, entre outros.

Assim, se o governo estabelecido na gestão de 2007-2010 investir cerca de R\$ 30 bilhões por ano para os setores essenciais referidos, a expectativa é a de que se obtenham os seguintes resultados:

---

<sup>2</sup> Estudos recentes na área de crescimento econômico – GVconsult (2004): O custo social do subdesenvolvimento da infra-estrutura – indicam que o desenvolvimento da infra-estrutura é essencial na determinação do nível de renda *per capita* de um país. De fato, um acréscimo de 10% na disponibilidade de rodovias pavimentadas por habitante de um país eleva em 1,1% o nível de PIB *per capita*, com efeito direto sobre o desenvolvimento humano dado pela melhoria das condições materiais de vida. Isso se deve essencialmente ao aumento da produtividade que se observa quando as empresas e trabalhadores têm à sua disposição uma malha rodoviária maior e melhor (UNIÃO NACIONAL DA CONSTRUÇÃO, 2006, p.12).

- aumento da taxa de formação bruta de capital com relação ao PIB, a qual subirá de 19,9%, valor verificado em 2005, para 21,4%;
- incremento da taxa de crescimento anual do PIB *per capita* de 1 ponto percentual, mais que dobrando o crescimento médio dessa variável, observado desde 1994;
- incremento da taxa de crescimento do PIB de 2,4 pontos percentuais ao ano.

Ao se considerar isoladamente os efeitos diretos e indiretos das atividades da construção sobre a economia, serão observados durante a execução das obras, entre 2007 e 2010:

- um acréscimo de 1,3% no PIB em relação aos valores de 2005;
- criação de 877 mil novos postos de trabalho, ou ainda, expansão de 1,1% do emprego no país;
- incremento de R\$ 10,1 bilhões no valor dos impostos e contribuições arrecadados (UNIÃO NACIONAL DA CONSTRUÇÃO, 2006).

É possível que os efeitos dessa proposta para a construção sejam multiplicados e que obtenha “[...] aumento da esperança de vida ao nascer do brasileiro e aumento da renda *per capita*, com melhora significativa do Índice de Desenvolvimento Humano” (UNIÃO NACIONAL DA CONSTRUÇÃO, 2006, p. 5).

A construção é um setor de atividade importante e ocupa um grande espaço na economia, visível no contexto espacial, dotado de casas, edifícios, escolas e hospitais, indústrias e escritórios, ruas, estradas, pontes e viadutos, redes de telecomunicação, saneamento, entre outras obras, resultados físicos originados pela atividade do setor que reflete uma ação planejada no passado que se concretizou e passando a capital disponível para a geração de renda na sociedade.

Para a execução das obras que compreende uma cadeia da construção é movimentado um conjunto vasto de atividades econômicas que respondem por uma parcela elevada do PIB brasileiro. A Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE) permite agrupar as atividades das construtoras em seis grupos relacionados à preparação de terreno, à construção de edifícios e obras de engenharia civil, às obras de infra-estrutura para engenharia elétrica e telecomunicações, às obras de instalações, às obras de acabamento e ao aluguel de equipamentos de construção e demolição.

Informalmente é possível destacar três ramos de atuação distintos entre si em razão de sua finalidade ou pelo contratante dos serviços: a) obras de manutenção e reparos de edificações residenciais; b) obras de construção e reformas de edificações residenciais; e, c) outras obras informais, que incluem a outra parte da autoconstrução (aquela realizada pelas próprias famílias) e empreitadas subcontratadas por construtoras (UNIÃO NACIONAL DA CONSTRUÇÃO, 2006).

Castelo e Garcia (2007) lecionam que a construção tem como indicador maior o nível de emprego e, que este vem registrando taxas de crescimento expressivas nos primeiros meses do ano de 2007, segundo a pesquisa FGV/Sinduscon-SP:

[...] das 27 unidades da Federação, 21 apresentaram crescimento do emprego com carteira nos quatro primeiros meses deste ano. Em 15 Estados, as taxas de crescimento, quando comparadas com o mesmo período de 2006, são superiores a 5%. Na média do país, o emprego com carteira se elevou 6,4%. Como não há obra sem trabalhador, as altas taxas de crescimento do emprego mostram o dinamismo do setor nesses primeiros meses (CASTELO; GARCIA, 2007, p. 17).

Em conseqüência também foram observadas taxas de crescimento do emprego formal superiores a 5% no acumulado até abril de 2007, em quase todos os segmentos da construção, destacando-se o segmento de preparação de terrenos, com 10,5%, indicando que novos projetos estão em andamento; nestes mesmos meses, o segmento de engenharia e arquitetura já registrara uma elevação de 7,7%, um estágio anterior do processo de construção (CASTELO; GARCIA, 2007).

O item que segue trata da qualidade de vida considerando os seus diferentes entendimentos e interpretações até a sua concretização no complexo habitacional em relação à satisfação das necessidades dos indivíduos.

A qualidade de vida se interliga com a indústria da construção civil no momento em que esta última deve buscar atender as diferentes necessidades e também as oportunidades que o mercado imobiliário na região urbana apresenta.

## 2.4 Qualidade de Vida

De acordo com Guillén Salas (2005, p.17), o termo qualidade de vida tem sido utilizado pelos autores, na literatura, a partir da década de 1960. Na década de 1980, autores como Szalai (1980) e Myers (1987) posicionaram-se diferentemente acerca da expressão qualidade de vida, sendo que o primeiro autor confirmou a falta de clareza sobre o seu surgimento, enquanto que o segundo citou os meados dos anos 1960 como o momento de seu surgimento, associando-a aos estudos científicos que trataram sobre o bem-estar do indivíduo e da sociedade, especialmente no marco do Movimento dos Indicadores Sociais.

Outros autores, porém, apontaram o surgimento da expressão qualidade de vida nas décadas de 1950 e início de 1960, uma época em que foram intensificados os trabalhos no aperfeiçoamento dos indicadores sociais, salientando que essa expressão:

[...] surgiu nesse momento como parte do debate dos administradores das cidades, sobre a formulação de estratégias e políticas destinadas para reduzir os impactos negativos do processo de industrialização no ambiente e, por conseguinte na vida da população no meio urbano (GUILLÉN SALAS, 2005, p.18).

Sob qualquer interpretação, a expressão qualidade de vida se origina paralela ao Movimento dos Indicadores Sociais e à preocupação dos administradores que buscavam o bem-estar do indivíduo e da sociedade em volta dos impactos negativos que a industrialização promovia ao meio ambiente e à população. A partir da década de 1980 essa expressão começou a ser entendida em seu conceito integral, “[...] produto de uma diversidade de fatores, que abrange todas as áreas da vida e faz referência tanto à ‘condição de vida’ como ‘satisfação pessoal’ dos indivíduos”. Sua inclusão nas Revistas *Social Indicators Research* (1974) e *Sociological Abstract* (1979), nos Estados Unidos da América, muito contribuíram para a difusão, assim como para a conceituação e construção das metodologias para o estudo da qualidade de vida (GUILLÉN SALAS, 2005, p.20).

A sua definição tem levado diversos estudiosos de diferentes áreas do conhecimento a apontá-la a partir de três aspectos: satisfação, condição de vida e valores particulares. Assim, é definida como “o nível de satisfação dos indivíduos em relação de sua condição de vida,



avaliada a partir do quadro particular de valores dos mesmos”, constituindo-se em dupla dimensão, objetiva e subjetiva, que se referem à condição de vida do indivíduo e à sua satisfação, respectivamente, relacionando-se a dimensão objetiva com os elementos materiais inseridos no contexto físico na qual o indivíduo desenvolve a sua vida, e, a dimensão subjetiva com os componentes imateriais inerentes ao imaginário do indivíduo (GUILLÉN SALAS, 2005, p. 21).

Estudos realizados por Myers (1988) sobre as relações entre qualidade de vida, crescimento econômico e desenvolvimento urbano permitiram observar que, concomitante ao estudo e avaliação da qualidade de vida por algumas áreas do conhecimento, vantagens dos mesmos podem ser auferidas por planejadores urbanos com a incorporação de seus resultados no processo de desenvolvimento da comunidade. Estes resultados apontaram duas relações do estudo da qualidade de vida com o planejamento urbano: a primeira dela compreende a vida com qualidade, permeada pela atração de negócios e crescimento urbano, “Relação que se reflete como a Qualidade de Vida afeta o desenvolvimento econômico que gera crescimento urbano, o que ao mesmo tempo, altera a Qualidade de Vida” (GUILLÉN SALAS, 2005, p. 40).

Há, nesta relação, uma boa qualidade de vida que estimula altos salários e imigração populacional, incentivando a conformação de centros econômicos. Mas, se houver possibilidade de desenvolvimento dos indivíduos que primam pela qualidade de vida, os salários poderão ser reduzidos, dando azo a novos investimentos econômicos que criam novos postos de trabalho aos imigrantes. A estes novos investimentos agrega-se a expansão das atividades econômicas gerando um crescimento urbano acelerado, muitas vezes isento de planejamento, redundando em alta no custo de vida, demanda por infra-estrutura e serviços, oportunidade de emprego e oportunidade de crescimento individual, modificando a qualidade de vida e desembocando na segunda relação.

Em uma segunda relação, o mesmo autor aponta a qualidade de vida com efeitos negativos do crescimento urbano, uma relação que revela o modo como os estudos sobre essa qualidade de vida podem assistir à área do planejamento urbano na investigação e prevenção das conseqüências desfavoráveis do crescimento das estruturas urbanas. A essa relação os estudos sobre qualidade de vida buscam enfrentar e resolver os problemas concernentes ao transporte urbano, rede de água tratada e de esgoto, moradia, uso do solo urbano e espaços de lazer (GUILLÉN SALAS, 2005).

A qualidade de vida refere-se principalmente aos aspectos de bem-estar social que podem ser instrumentados mediante o desenvolvimento da infra-estrutura e do equipamento dos centros de população, isto é dos suportes materiais do bem estar. Aspectos relacionados às condições gerais da vida individual e coletiva incluem a habitação, a saúde, a educação, a cultura, o lazer, a alimentação etc. (UNIÃO NACIONAL DA CONSTRUÇÃO, 2006).

Inerente à qualidade de vida encontra-se a funcionalidade de um ambiente urbano e esta se relaciona com a distribuição racional das atividades humanas dentro da malha urbana, sendo que os fluxos necessários para o desenvolvimento das mesmas deverão se concretizar de maneira equilibrada. Questões essenciais devem ser observadas no âmbito local, dentre elas, o estabelecimento, dentro de um processo integrado e continuado de planejamento, de uma ordenação destas atividades, efetuando-se o zoneamento de uso do solo, a fixação de padrões adequados de densidade demográfica e de distribuição de equipamentos e serviços comunitários, o controle das edificações e a manutenção da estática no desenho urbano. Por certo, então,

A rotina diária de uma população urbana envolve atividades básicas vinculadas com a habitação, trabalho, recreação e circulação. A ligação racional entre os locais de habitação e trabalho, bem como o fácil acesso às áreas de lazer, diminuindo o tempo gasto em circulação, a disposição e concepção formal destes espaços, serão determinantes para a qualidade de vida do cidadão (ORTH, 2006, p.40).

Mesmo porque, a essas atividades básicas vividas pela coletividade, está implícito o contato social e a perspectiva de uma vivência harmônica e solidária constituindo-se em interesses gerais de fácil consecução dentro de uma área restrita da comunidade, na qual todos usufruem os mesmos serviços de caráter coletivo (ORTH, 2006).

A estruturação proposta para a cidade, portanto, deverá atender às características básicas já defendidas pela técnica urbanística há tempo, de modo que, ao contemplar ligações racionais entre locais de habitação, trabalho e lazer, tenha em foco as unidades planejadas em função da vida social e das necessidades de pleno desenvolvimento da vida coletiva (ORTH, 2006).

Sob essa previsão, complementa a mesma autora, que:

As chamadas unidades de vizinhança retomariam, independente do tamanho da cidade, a escala humana, pelas suas dimensões por critérios de densidade demográfica relacionada com a população em idade escolar, que permitiria o funcionamento de uma escola de primeiro grau. A população total da unidade corresponde também às condições necessárias para funcionamento de outros equipamento comunitários, comércio de uso diário, administração pública local, etc., que estariam estruturados através de um centro (ORTH, 2006, p. 41).

Tal descrição descaracteriza o caráter da moradia individual, em sua qualidade, porquanto algumas condições são essenciais ao cidadão, como a condição de existência, de facilidade ou de comodidades essenciais que são primordiais ao cidadão. É fundamental a proximidade com equipamentos materiais que incluem o abastecimento, os serviços sanitários, a manutenção e a melhoria do corpo, bem como os equipamentos espirituais, que podem incluir a creche, a escola, o maternal, a escola primária e os centros comunitários, entre outros (ORTH, 2006).

Deve, sobretudo, atender ao especificado pelas Nações Unidas, de que “[...] o desenvolvimento humano de um povo se resume à obtenção de condições de uma vida mais longa e saudável, com conhecimento e um nível de renda que garanta certo conforto material” (UNIÃO NACIONAL DA CONSTRUÇÃO, 2006, p.8).

A mensuração para que essa vida seja saudável se dá por meio do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), criado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento Humano (PNUD) com o fim de estabelecer uma comparação de qualidade de vida entre países (CUNHA, 2007).

Dados do IDH sobre o Brasil classificaram-no na 63ª posição, com IDH igual a 0,792, dados do ano de 2006, um valor que colocara o país entre as nações de desenvolvimento humano médio, com desempenho inferior ao de outras economias latino-americanas, como o Chile e México, e da Coréia do Sul (UNIÃO NACIONAL DA CONSTRUÇÃO, 2006, p.8).

A evolução do IDH do país, conforme dados do Pnud no *ranking* de 177 países avaliados anualmente, o Brasil entrou pela primeira vez para o grupo dos países com alto IDH, em 70º lugar, subiu de 0,798 para 0,800 de 2004 para 2005, na escala de 0 a 1 (GLOBO ONLINE, 2007).

Com relação à qualidade da habitação, no entanto, surge um conceito ainda mais refinado: o conforto ambiental.

Uma vez que a política de habitação tenha conseguido tirar as pessoas de baixo das pontes e que as moradias sejam atendidas pelos serviços urbanos básicos, é esperado que as pessoas passem a se importar com o conforto do ambiente. Dependendo do fórum de discussão, isso pode parecer um luxo, mas na verdade é uma necessidade do ser humano (LAMBERTS 2007 *apud* CUNHA, 2007, p.1).

Projetos neste sentido vêm sendo desenvolvidos pelo Laboratório de Eficiência Energética em Edificações, ligado ao Departamento de Engenharia Civil da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), sob a coordenação de Roberto Lamberts.

Para Souza (2006), o desenvolvimento sócio-espacial é latente e crescente em vista da constatação de uma melhoria da qualidade de vida e do aumento da justiça social, e essa mudança será positiva quando contemplar não apenas as relações sociais mas a espacialidade, esta, palco, fonte de recursos, recurso em si, arena, referencial simbólico/identitário e condicionador. Ainda, o espaço é substrato material, lugar e território e, na sua multidimensionalidade tem sido relegado nos estudos sobre a teoria do desenvolvimento.

## CAPÍTULO 3 - METODOLOGIA

---

### 3.1 Tipo de Pesquisa

A pesquisa, quanto aos fins, se constituiu em exploratória e descritiva; quanto aos meios de investigação, em pesquisa bibliográfica e estudo de caso.

Esclarecendo sobre a pesquisa descritiva em sua importância no contexto da ciência, Cervo (1983) ressalta que ela observa, registra, analisa e correlaciona fatos ou fenômenos sem exercer influência sobre eles. Dentre suas funções cabe descobrir a frequência da ocorrência dos fenômenos, sua relação e conexão com outros, natureza e características.

De forma mais enfática, a pesquisa descritiva:

Busca conhecer as diversas situações e relações que ocorrem na vida social, política, econômica e demais aspectos do comportamento humano, tanto do indivíduo tomado isoladamente como de grupos e comunidades mais complexas (CERVO, 1983, p. 56).

Ao se desenvolver, portanto, nas Ciências Humanas e Sociais, a pesquisa descritiva permite a abordagem aos dados e problemas que precisam ser estudados e cujo registro não está documentado.

Para este trabalho a pesquisa descritiva teve a sua função direcionada para a influência exercida no seu entorno e no município pela implantação de um empreendimento de grande porte incluindo a valorização ou desvalorização imobiliária.

Consoante à pesquisa exploratória, é compreendida por Vergara (1998, p. 47) como aquela que: “[...] é realizada em área na qual há pouco conhecimento acumulado e sistematizado. Por sua natureza de sondagem, não comporta hipóteses”.

Tendo como principal objetivo a familiarização com o fenômeno, a pesquisa exploratória não elabora hipóteses a serem tratadas no trabalho, mas busca essencialmente descobrir novas ideias. Neste trabalho a descoberta de variáveis resultantes da influência do

empreendimento em cidades de pequeno porte é papel da pesquisa exploratória.

### **3.2 Procedimentos**

Quanto aos procedimentos da pesquisa, Cervo (1983, p.23) indica que o método escolhido depende do objeto da pesquisa e que “A atual fase é a da técnica, da precisão, da previsão, do planejamento”.

O método, portanto, consiste do dispositivo ordenado, o procedimento sistemático, em plano geral; sua concretização se dá nas diversas etapas que devem ser dadas para solucionar um problema.

Definiu-se para este trabalho o método dedutivo, que, segundo Gil (1999, p. 27) afirma ser “[...] o método que parte do geral e, a seguir, desce ao particular. Parte de princípios reconhecidos como verdadeiros e indiscutíveis e possibilita chegar a conclusões de maneira puramente formal”.

Assim, o levantamento de dados realizado através do estudo de caso sofreu análise dedutiva quanto aos objetivos propostos e quanto ao problema da pesquisa.

Também os dados da pesquisa de observação foram ordenados e analisados, servindo como elementos para análise da influência sobre o contexto e das mudanças ocorridas no entorno do empreendimento e no município.

### **3.3 Técnica**

São denominados de técnicas os procedimentos científicos que uma determinada ciência utiliza em seu quadro particular de pesquisa. Uma dessas técnicas consiste na pesquisa bibliográfica, definida como:

A pesquisa bibliográfica procura explicar um problema a partir de referências publicadas em documentos. Pode ser realizada independentemente ou como parte da pesquisa descritiva ou experimental. Em ambos os casos, busca conhecer e analisar as contribuições culturais ou científicas do passado existentes sobre um determinado assunto, tema ou problema (CERVO, 1983, p, 55).

Ao ser realizada de modo independente, a pesquisa bibliográfica percorre os passos formais do trabalho científico, e constitui parte da pesquisa descritiva ou experimental, ao colher informações e conhecimentos prévios acerca de um problema ou hipótese (CERVO, 1983).

Também Gil (1999, p.65) ao se referir à pesquisa bibliográfica a indica como aquela que “é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”, com a vantagem de possibilitar ao investigador a cobertura de uma vasta amplitude de fenômenos.

Para as pesquisas bibliográficas, emprega-se normalmente, a prospecção de livros, publicações periódicas, fitas gravadas de áudio e vídeo, páginas de *web sites*, relatórios publicados, entre outros (GIL, 1999, p. 65).

A importância da pesquisa bibliográfica nesse trabalho se deu em razão de fundamentar a problemática proposta, investigando assuntos como ambiente e desenvolvimento urbano, mercado imobiliário, indústria e qualidade de vida, em fontes pertinentes aos assuntos referidos.

Também foi atribuição da pesquisa bibliográfica o levantamento de dados sobre o município de Itapejara D’Oeste quanto a indicadores sociais, parâmetros políticos, receitas municipais e demais informações referentes ao período pós-implantação do empreendimento referido.

Da mesma forma foram investigados os mesmos dados sobre 06 (seis) outros municípios da região do estudo resultando municípios com semelhanças quanto ao porte, população, economia e localização. São eles, os municípios de Barracão, Nova Prata do Iguaçu, Santa Isabel do Oeste, São João, São Jorge do Oeste, Verê. A localização dos municípios selecionados para o estudo é mostrada em um recorte do mapa no Sudoeste do Estado do Paraná (Anexo A).

O período da realização do estudo de caso compreendeu os meses de junho a dezembro de 2007; de fevereiro a novembro de 2008.

### **3.4 Área de abrangência**

A área de abrangência do estudo é o Município de Itapejara D’Oeste, localizado na região Sudoeste do Paraná. Tal município apresenta as seguintes características: população 10.537 habitantes; área de 254 km<sup>2</sup>; distância a capital do Estado de 443,86 km.

Explicitando a escolha desse município para a realização do estudo, a justificativa leva em conta a proximidade do domicílio do pesquisador, sua centralização em região conhecida e pelo fato de ser um empreendimento recente.

#### 3.4.1 Delimitação da pesquisa

Há presente na dimensão urbana a ocorrência de problemas que incluem aspectos diversos de habitação, desemprego, entre outros, muitas vezes resultante da ausência de planejamento urbano e mesmo do crescimento desordenado. Este aspecto não será abordado aqui.

O estudo de caso é único, delimitado à influência da implantação de um empreendimento de grande porte, o Frigorífico Anhambi, no município de Itapejara D'Oeste, Paraná; portanto, limita-se apenas para este estudo de caso de município.

Não será analisado o impacto ambiental e nem o impacto de vizinhança.

### 3.5 Seleção dos sujeitos da pesquisa

A população da pesquisa é delimitada ao município de Itapejara D'Oeste, especificamente na implantação do Frigorífico Anhambi no período de 2000 a 2008.

A amostra consistiu de órgãos públicos, cartórios, corretores imobiliários, empresários e moradores.

A escolha dos sujeitos da amostra considerou acessibilidade e intencionalidade, embora “Constitui o menos rigoroso de todos os tipos de amostragem. Por isso mesmo é destituída de qualquer rigor estatístico” (GIL, 1999, p.104).

Desta forma, a pesquisa foi realizada com empresários de diversos segmentos, com a população residente, com funcionários do Departamento de Tributação e Planejamento Urbano da Prefeitura Municipal, com o Prefeito Municipal, com cartórios do Cartório de Registros de Imóveis, com corretores imobiliários e com pesquisa de informações históricas.

Para poder analisar a influência do empreendimento no município focado, escolheu-se comparar os principais indicadores deste com aqueles de outros municípios de porte semelhante e situados na mesma região, muitos deles sem a ocorrência de nenhum grande empreendimento.



Assim, foram selecionados entre os 42 municípios da Região Sudoeste do Paraná com base no critério demográfico, aqueles que tinham população semelhante tendo como base os censos de 2000 e 2007, considerando população de 10% para mais e para menos, resultando em 06 (seis) municípios, conforme já relacionados nesta seção.

### **3.6 Instrumento da coleta de dados**

Como instrumento de coleta de dados foi utilizado questionário com questões fechadas e características numéricas (Apêndice 1). Este instrumento serviu como roteiro ao pesquisador para a realização da investigação, mas não foi efetivamente aplicado a nenhum dos entrevistados.

Sobre o questionário Richardson (1999) indica-o como cumpridor de duas funções, em especial: descrever as características e medir determinadas variáveis de um grupo social.

O tipo de pergunta que compõe um questionário permite a seguinte classificação: a) questionários de perguntas fechadas, no qual as perguntas apresentam categorias ou alternativas de respostas fixas e preestabelecidas; b) questionários de perguntas abertas, caracterizados por perguntas ou afirmações às quais o respondente deverá citar frases ou orações; c) questionário misto, que inclui os dois tipos de perguntas (RICHARDSON, 1999).

O questionário serviu como roteiro ao pesquisador na abordagem e solicitação para a realização da investigação a 22 (vinte e duas) empresas selecionadas pela data mais antiga de fundação. Nesta abordagem, ao empresário selecionado foi apresentado o objeto da pesquisa e solicitada autorização para a realização do estudo de caso.

Para a pesquisa de observação o material utilizado consistiu de bloco para anotações e registros.

Também, paralelamente, como material de apoio utilizou-se do cadastro e base cartográfica da prefeitura, plantas urbanas, recurso fotográfico e de satélites, informações para possibilitar evidências das situações antes e depois do entorno do empreendimento.

### **3.7 Tratamento dos dados**

Após obtenção dos dados por meio da pesquisa bibliográfica e pelo estudo de caso, todos foram ordenados e processados. Os dados da

pesquisa bibliográfica descreveram questões do ambiente e desenvolvimento urbano, aspectos do mercado imobiliário, abordagem à indústria da construção e à qualidade de vida.

Para apresentar características do município selecionado para o estudo, os dados foram coletados por meio da pesquisa bibliográfica e apresentados em forma de quadros, tabelas e gráficos e revelam indicadores, parâmetros sociais e políticos dos municípios relacionados.

Dos resultados do estudo de caso, os dados coletados por meio da aplicação de questionário e dos demais levantamentos de dados numéricos, permitiram a elaboração de tabelas, quadros, gráficos, planilhas e relatórios para distribuição e cruzamento das informações coletadas pela pesquisa bibliográfica.

Da pesquisa de observação, os dados coletados e registrados receberam ordenação e análise, passando a compor a seção dos resultados da pesquisa. Todos os resultados foram analisados e interpretados, obtendo-se as conclusões às propostas do estudo.

## **CAPÍTULO 4 - RESULTADOS: ANÁLISE E DISCUSSÃO**

---

### **4.1 O estudo de caso**

Nesta seção pretende-se, primeiramente, apresentar características do município de Itapejara D'Oeste, estado do Paraná, local da implantação do empreendimento de grande porte, o Frigorífico Anhambi.

Também são apresentados dados sobre o próprio empreendimento, Frigorífico Anhambi, com relação aos aspectos estruturais e de investimento no período considerado para o estudo de caso, de 2000 a 2008.

Na seqüência, os dados coletados na pesquisa bibliográfica são mostrados através de tabelas, quadros e gráficos, informando o caráter contemporâneo do município de Itapejara D'Oeste.

Continuando, a intenção do estudo consistiu em elaborar uma análise comparativa dos dados que fazem parte da realidade do município, com outros 06 (seis) municípios já relacionados na seção anterior.

Na análise sobre os resultados encontrados na pesquisa bibliográfica e no estudo de caso são realizadas inferências a partir dos dados coletados na pesquisa de observação.

#### **4.1.1 O município de Itapejara D'Oeste: características**

O município de Itapejara D'Oeste localiza-se na região Sudoeste do Estado do Paraná, limitando-se com Bom Sucesso do Sul, Coronel Vivida, Francisco Beltrão, São João, Pato Branco e Verê. Segundo o Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES, 2007), a distância à Capital do Estado é de 443,86 km.

A localização (A) e os municípios limítrofes (B) podem ser visualizados na Figura 1, a seguir.

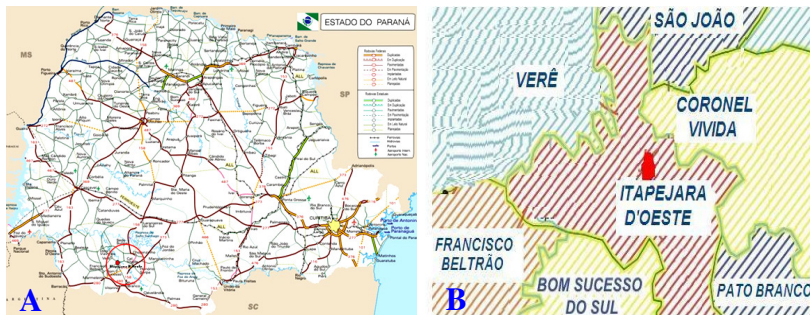


Figura 1 Localização (A); limites do município de Itapejara D'Oeste (B)  
 Fonte: IAPAR, 2008; Cadernos Municipais IPARDES, 2008, p.3.

O município de Itapejara D'Oeste tem altitude geográfica de 632 metros acima do nível do mar, situa-se na latitude  $25^{\circ}57'55''S$  e longitude  $52^{\circ}48'59''W$ . Limita-se, ao Norte com os Municípios de São João e Verê e com os Rios Chopim e Santana; ao Sul com o município de Bom Sucesso do Sul; ao Leste com os municípios de Coronel Vívda e Pato Branco; ao Oeste com o município de Francisco Beltrão. Possui uma área total de  $254,207\text{km}^2$ ; dessa área,  $3,16\text{km}^2$  correspondem ao perímetro urbano.

Itapejara D'Oeste situa-se em uma das cinco unidades geológicas do Estado do Paraná, exatamente na quarta unidade constituída por rochas ígneas extrusivas de composição predominantemente básica da idade jurássica-cretácica, com formação decorrente de derrames basálticos, o que explica a existência de minas de cascalho, utilizado esse no revestimento primário de estradas municipais (MAYCOT, 2001).

Surgido como Lageado dos Guedes, em 1937, a vila de colonizadores se transformou em Itapejara D'Oeste, em 1950. Foi comandada e fiscalizada por um inspetor, Olívio Brabo, que era responsável para evitar intrigas e desentendimento entre as pessoas. Em 1958, diante da evolução da localidade e do aumento no número de habitantes, da produção e consumo de produtos oriundos dos setores primários e terciário da economia, a população reivindicou junto à Câmara Municipal de Pato Branco, o direito de emancipar a vila, objetivo alcançado em 1961, pela Lei nº 27 de 30 de dezembro daquele ano, com a elevação à categoria de Distrito (MAYCOT, 2001).

A criação do município ocorreu com a garantia da Assembléia Legislativa do Estado através da Lei nº 4.859 de 28 de abril de 1964 e instalado em 14 de dezembro daquele mesmo ano, desmembrando o

então Distrito de Itapejara D'Oeste de Pato Branco e de Francisco Beltrão. Instituiu-se, em seguida, a organização da campanha para as eleições municipais, sendo eleito o único candidato a prefeito, Victor Getúlio Piassa e seu vice João Oldoni, assumindo o poder municipal pelo período de 1965 a 1968 (MAYCOT, 2001).

Imagens de alguns pontos do município de Itapejara D'Oeste são apresentadas nas figuras a seguir. Na Figura 2, a região urbana em duas posições, comparativamente:



Figura 2 Região urbana do município de Itapejara D'Oeste: (A) ano de 2005; (B) ano de 2009

Fonte: (A) Prefeitura Municipal de Itapejara D'Oeste, 2008; (B) Google Earth, 2009.

Na seqüência, são mostradas as principais ruas na região urbana do município, na Figura 3: (A) Avenida Manoel Ribas; (B) Rua Abilon de Souza.



Figura 3 Principais ruas da região urbana do município de Itapejara D'Oeste: (A) Avenida Manoel Ribas; (B) Rua Fernando Ferrari.

A estrutura fundiária da região urbana do município é mostrada na Figura 4.

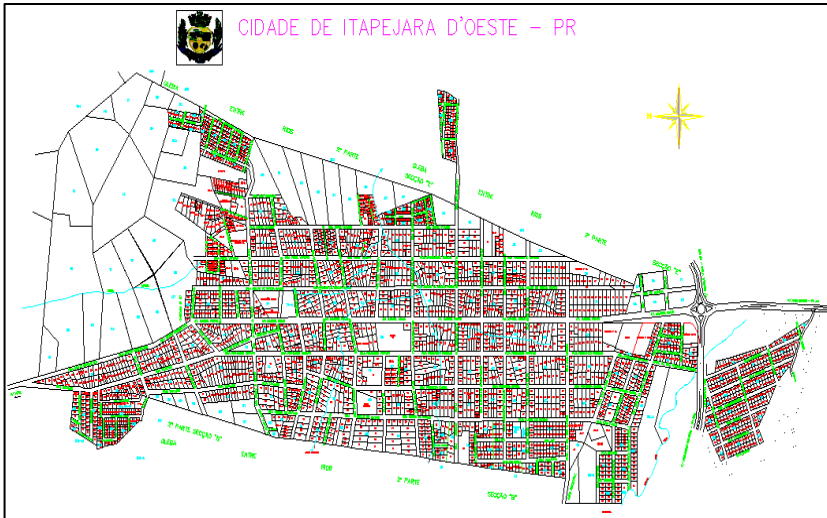


Figura 4 Estrutura fundiária da região urbana do município de Itapejara D'Oeste

Fonte: Prefeitura Municipal de Itapejara D'Oeste, 2007.

Com diferenças significativas entre si, as pequenas cidades apresentam diversidade pela própria formação espacial do país, bem como pelos processos locais de cada espacialidade, atuação dos agentes sociais e do Estado e particularidades sócio-culturais. Contam também a localização geográfica, condições de acessibilidade, e maior ou menor inserção dos lugares na economia globalizada, entre outros (ALVES et al., 2008).

Braga (2004, p.1) questionou: “O que é uma cidade grande, uma cidade média, ou uma cidade pequena?”.

E assim identificou:

No Brasil, pesquisas realizadas no âmbito do IPEA mostram uma evolução nos critérios demográficos para a classificação do porte das cidades. Na década de 1970, Andrade e Lodder (1979) apresentaram a seguinte classificação (conforme o senso de 1970): pequenas, até 50 mil

habitantes; médias, de 50 mil a 250 mil habitantes; grandes: de 250 mil a 2 milhões de habitantes; metrópoles, acima de 2 milhões de habitantes. Em estudo mais recente, de Amorim Filho e Serra (2001), consideram-se como cidades médias o conjunto de municípios com população urbana entre 100 mil e 500 mil habitantes (BRAGA, 2004, p.1).

Em ensaio, Medeiros e Carvalho (2008) citam Correa (2007) e os apontamentos de cinco padrões funcionais que atribui às pequenas cidades acreditando serem essas características dos três primeiros decênios do século atual: – prósperos lugares centrais ocorrendo em áreas submetidas à industrialização do campo; pequenos centros funcionalmente especializados, produzindo tecidos, confecções, calçados, cerâmica, papel, móveis, equipamento para as atividades agrárias, tapetes, entre outros bens; – pequenas cidades transformadas em subúrbios-dormitório; focos de concentração de trabalhadores agrícolas e, – núcleos dependentes de recursos externos.

No Brasil, a classificação das cidades não está especificada em lei e, em contato com o Ministério das Cidades por meio eletrônico (*e-mail*), a indicação de fontes para consultas sobre identificar critérios de porte incluiu os seguintes *sites*: Informações do IBGE sobre os municípios: <http://www.ibge.gov.br>; Associação Brasileira dos Municípios: <http://www.abm.org.br/>; e Confederação Nacional dos Municípios: <http://www.cnm.org.br> (BRASIL, 2009b).

A seguir são apresentadas algumas informações sobre o Frigorífico Anhambi, considerando a sua fundação, no ano de 2000 e as modificações que se seguiram até o ano de 2008.

#### 4.1.2 O Frigorífico Anhambi

A descrição do Frigorífico Anhambi tem como fonte de consulta o site da empresa; fotografias da empresa são oriundas também do site e algumas de autoria do pesquisador.

De acordo com a Lei nº 123 de 14 de dezembro de 2006 são determinados no artigo 3º os critérios de classificação de empresas para Microempresa e Empresa de Pequeno Porte (EPP):

Art. 3º Para os efeitos desta Lei Complementar, consideram-se microempresas ou empresas de

pequeno porte a sociedade empresária, a sociedade simples e o empresário a que se refere o art. 966 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, devidamente registrados no Registro de Empresas Mercantis ou no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, conforme o caso, desde que:

I – no caso das microempresas, o empresário, a pessoa jurídica, ou a ela equiparada, aufera, em cada ano-calendário, receita bruta igual ou inferior a R\$ 240.000,00 (duzentos e quarenta mil reais);

II – no caso das empresas de pequeno porte, o empresário, a pessoa jurídica, ou a ela equiparada, aufera, em cada ano-calendário, receita bruta superior a R\$ 240.000,00 (duzentos e quarenta mil reais) e igual ou inferior a R\$ 2.400.000,00 (dois milhões e quatrocentos mil reais). (BRASIL, 2006).

De acordo com a Carta-Circular Nº 64 de 14 de outubro de 2002, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) estabelece classificação de porte de empresas, para efeito de enquadramento nas condições de financiamento de todos os Programas. Nesta Carta, são verificadas as seguintes categorias de empresas:

- Microempresas: receita operacional bruta anual ou anualizada inferior ou igual a R\$ 1.200 mil (um milhão e duzentos mil Reais);
- Pequenas Empresas: receita operacional bruta anual ou anualizada superior a
- R\$ 1.200 mil (um milhão e duzentos mil Reais) e inferior ou igual a R\$ 10.500 mil (dez milhões e quinhentos mil Reais);
- Médias Empresas: receita operacional bruta anual ou anualizada superior a R\$ 10.500 mil (dez milhões e quinhentos mil Reais) e inferior ou igual a R\$ 60 milhões (sessenta milhões de Reais);
- Grandes Empresas: receita operacional bruta anual ou anualizada superior a R\$ 60 milhões (sessenta milhões de Reais). (BNDES, 2002).

Também considerando como critério o número de empregados da empresa, dados do IBGE indicam que para a indústria a empresa pode apresentar os seguintes dados:



- micro empresa: até 19 empregados;
- pequena empresa: de 20 a 99 empregados;
- média: 100 a 499 empregados;
- grande: mais de 500 empregados.

O Frigorífico Anhambí possui 727 empregados.

Observa-se que este critério não possui fundamentação legal, de modo que para fins legais, vale o previsto na legislação do Simples, disposto na Lei nº 123/06, já referida (SEBRAE, 2009). Atualmente o Frigorífico Anhambí é definido como grande empreendimento.

Ainda que não seja encontrada uma estimativa do ciclo de vida de um frigorífico, algumas informações sobre a atuação desse tipo de empresa são relevantes em seus registros: o Frigorífico BB, instalado no Brasil desde o ano de 1960, fundado por Laszlo Braun, tem sua origem na Hungria, como resultado de uma tradição que vem desde 1780 através de várias gerações de uma mesma família.

Fundado em 1976 o Goiás Carne se originou de uma Cooperativa de pecuaristas do Estado de Goiás; em julho de 2007 a empresa é vendida para o Grupo Independência de São Paulo assim descrita essa negociação: “O Grupo Independência de São Paulo assume uma das melhores plantas do país com capacidade instalada de 1.200 reses por dia e 900 funcionários diretos, encerrando-se um ciclo desta planta de mais de 30 anos e iniciando-se uma nova fase” (WIKYMAPIA, 2008).

Com respeito a essa aquisição, cabe citar:

Goiás Carne foi fundado em 1976. Emprega 900 funcionários na unidade localizada no município de Senador Canedo, com capacidade de abate de 1.200 cabeças por dia. No ano passado a empresa faturou perto de R\$ 30 milhões, com 60% da produção exportada. [...] Com a compra do Goiás Carne, o Independência pretende terminar 2007 com a capacidade de abate de 7.000 cabeças por dia. A empresa planeja figurar entre os três maiores exportadores de carne *in natura* do País. Fundado em 1977, o grupo tem a sede em Cajamar, região metropolitana de São Paulo. O Independência emprega 7.000 pessoas em 10 unidades, espalhadas por cinco estados. No ano passado faturou cerca de R\$ 1 bilhão. As exportações representaram 60% desse valor (RURAL NOTÍCIAS, 2007).

Entretanto, interessante mostrar os rumos tomados pela empresa, em menos de dois anos, Pazini (2009) assim publicou: “O Independência Alimentos foi a empresa que mais demitiu no País, com cerca de 8 mil demissões. Só no Estado [Goiás], o frigorífico dispensou 1.020 funcionários”.

O acréscimo e a conclusão sobre este fato foram publicados no Portal do Agronegócio:

O Frigorífico Independência, o antigo Goiás Carne em Senador Canedo, demitiu todos os 1.100 funcionários na manhã de ontem. [...] A medida deve afetar indiretamente cerca de 3 mil moradores da cidade, que desde ontem estão à procura de novo emprego, quase um sonho em meio à crise financeira (PORTAL DO AGRONEGÓCIO, 2009).

Continuando, apresenta-se o Frigorífico Anhambi. Segundo dados da Anhambi (2008), o início de suas atividades deu-se em janeiro de 1987, na cidade de Itapejara D'Oeste, Paraná, com o nome de Anhambi Agroindustrial Ltda, CNPJ 78.569.688/0001-12. Foi criada uma sociedade que teve como membros um grupo de distribuidores de rações que atuavam na região sudoeste do Paraná e profissionais provenientes de outra empresa fabricante de rações, fundando uma nova indústria de alimentação animal.

A escolha para a localização da empresa foi motivada pelo grande consumo de rações na região, em decorrência de atividades como a suinocultura e avicultura, como também pela disponibilidade das principais matérias-primas para a industrialização de rações animais, quais sejam, o milho e farelo de soja.

A viabilidade na implantação do Frigorífico Anhambi se deu em razão de que a fábrica de rações já se encontrava em atividade há mais de 20 anos, bem como pela realização de parcerias com empresários para construções das granjas matrizes e com os agricultores para construção de aviários.

O Frigorífico Anhambi teve sua construção física e estrutural iniciada no ano de 2001. Para o levantamento dos dados deste estudo o ano base adotado foi 2000, anterior ao início das atividades de construção do Frigorífico Anhambi, porque se compreende que a partir dessa construção física no ano de 2001 já pode ter havido incremento no

comércio local. Também este é o ano no qual foi realizado o último Censo pelo IBGE.

O ano de 2003 foi o ano inicial de funcionamento do Frigorífico Anhambi, e serve como referência para a análise da evolução econômica do município até o ano de 2008 e comparativamente aos demais municípios selecionados, a serem apresentados na sequência deste trabalho.

O Frigorífico Anhambi está localizado em uma área rural de 290.400,00m<sup>2</sup>, denominado lote nº 72 A, da Gleba Entre Rios, cadastrado no INCRA sob nº 722.235.018.554-0. Desta área, 20% foram destinados para reserva legal, ou seja, 5,808 hectares, averbada no imóvel cedente o lote nº 122 em Barra do Vitorino, constante no Registro Geral de Imóveis, Matrícula nº 8.846, datada de 20 de julho de 2001, distante 2,5 km do centro da cidade, na Rodovia PR 439, km 32.

A construção da área atual existente do Frigorífico Anhambi teve início em 2001 e foi gradativa ao longo dos anos, sendo construído o refeitório, em 2005, e a fábrica de rações em 2006, revelando um empreendimento evoluindo de forma planejada.

O Frigorífico Anhambi foi pioneiro no uso de automatização, utilizando tecnologia de ponta na produção de rações. Em 1991 a empresa passou a atuar na atividade de produção de pintos de um dia, com a construção de um incubatório, passando a produzir ovos férteis em regime de integração (ANHAMBI, 2008).

Em agosto de 1991, foi instalada uma indústria de rações e concentrados, a empresa Anhambi Norte, no município de Tangará da Serra, Estado do Mato Grosso.

Paralelamente, foi sendo implantado o projeto de avicultura com a construção pelos parceiros avícolas de galpões necessários para o alojamento e engorda de frangos; confirmou-se, também, o direcionamento dos investimentos na construção de um complexo industrial de abate de aves, incorporados ao projeto o secador de grãos e os silos para armazenamento de matérias primas e cereais (ANHAMBI, 2008).

Em 14 de abril de 1994 foi iniciada a atividade frigorífica; em novembro de 1996 iniciaram as atividades do incubatório que possui atualmente capacidade instalada de produção de 2.000.000 pintos de um dia/mês (ANHAMBI, 2008).

Na Figura 5 são mostrados os pintos de 1 dia.



Figura 5 Pintos de 1 dia  
Fonte: Anhambí, 2008.

Ocorreu, também, ampliação da fábrica de rações em Itapejara D'Oeste visando atender a crescente demanda pelas rações Anhambí e nas modernizações necessárias para atender as exigências do mercado e inovações na nutrição animal.

Além dos produtos peletizados e triturados que eram fabricados desde o início da empresa, a partir de 1999, a Anhambí passou também a fabricar rações extrusadas, inicialmente produzindo rações para peixes, cães e gatos.

Uma foto aérea mostra a fábrica de rações, na Figura 6.



Figura 6 Fábrica de ração  
Fonte: Anhambí, 2008.

Visando a expansão dos seus negócios a Anhambí inicia a construção de um abatedouro de aves no seu município de origem, Itapejara D'Oeste. Assim, em 2003, a empresa passou a se chamar Anhambí Alimentos Ltda, evidenciando a produção de alimentos, sejam frangos e cortes para alimentação humana, seja uma nutrição balanceada para a alimentação animal (ANHAMBI, 2008).

A Figura 7 mostra o abatedouro do Frigorífico Anhambí:



Figura 7 Abatedouro do Frigorífico Anhambí em Itapejara D'Oeste  
Fonte: Anhambí, 2008.

No ano de 2002, a Anhambí construiu uma Pequena Central Hidrelétrica (P.C.H.); sua produção de energia elétrica atende a demanda exigida pelos empreendimentos da empresa, além de vender para outras empresas seu excedente de produção de energia. Parte da viabilidade do projeto de abate de frangos, na região de Itapejara D'Oeste, foi obtida devido à geração própria de energia elétrica (ANHAMBI, 2008).

Uma foto área da P.C.H. é mostrada nas Figuras 8a e 8b.

Alguns dados da Pequena Usina Hidrelétrica: em operação comercial desde setembro de 2002, juntamente com a inauguração do Frigorífico Anhambí, possui uma potência instalada da usina de 5,2 MW, energia firme de contrato de 2,85 MW e consumo das turbinas de  $9,25 \text{ m}^3/\text{s}$ .



Figura 8a Pequena Usina Hidrelétrica construída pelo Frigorífico Anhambi

Fonte: Anhambi, 2009.

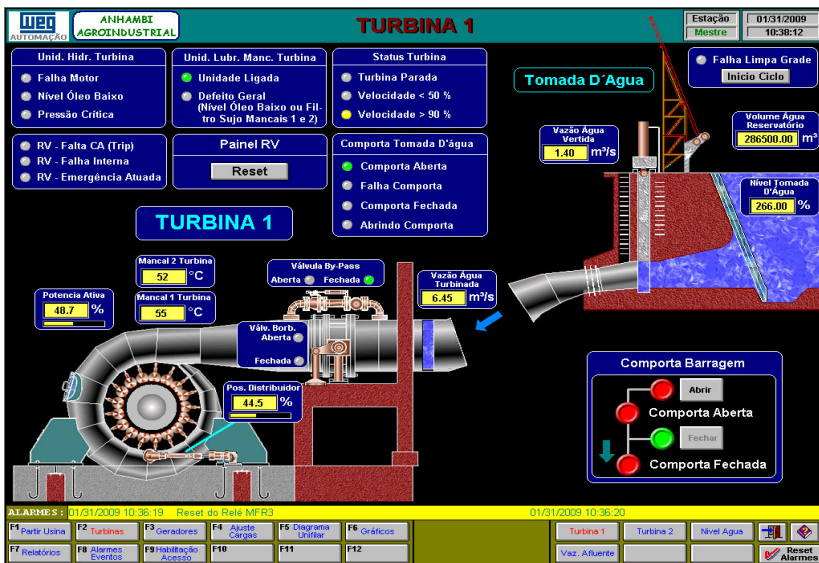


Figura 8b Esquema do controle da atividade de uma turbina da Pequena Usina Hidrelétrica construída pelo Frigorífico Anhambi

Fonte: Anhambi, 2009.

A altura da barragem é de 7 mts, o comprimento do túnel é de 384 mts, com uma queda de 34 m e subestação de elevação para 34,5 kV.

Quanto à tensão nominal dos geradores é de 4160V ou 4,16kV, tamanho da rede de transmissão 4,25 km e turbinas modelos *francis* caixa aberta fdhs 85.

As empresas envolvidas na Pequena Usina Hidrelétrica do Frigorífico Anhambi são a Hacker Industrial, Flessak, Grameyer, Weg, Automatic e Patoeste.

Na Figura 9 pode ser visualizada a sede do Frigorífico, em vista aérea e frontal.



Figura 9 Vista das instalações do Frigorífico Anhambi  
Fonte: Frigorífico Anhambi, 2008.

Mais detalhes são mostrados na Figura 10: (A) Vista lateral; (B) Vista da fachada.



Figura 10 (A) Vista lateral e (B) Vista fachada do Frigorífico Anhambi  
Fonte: Frigorífico Anhambi, 2008.

Na Figura 11 são mostrados (A) o estacionamento interno da empresa e (B) a guarita de recepção.

Apresenta-se uma fotografia do Frigorífico Anhambi, vista aérea, com especificação de todas as construções, na Figura 12.





Figura 11 (A) Estacionamento interno e (B) Guarita do Frigorífico Anhambi.

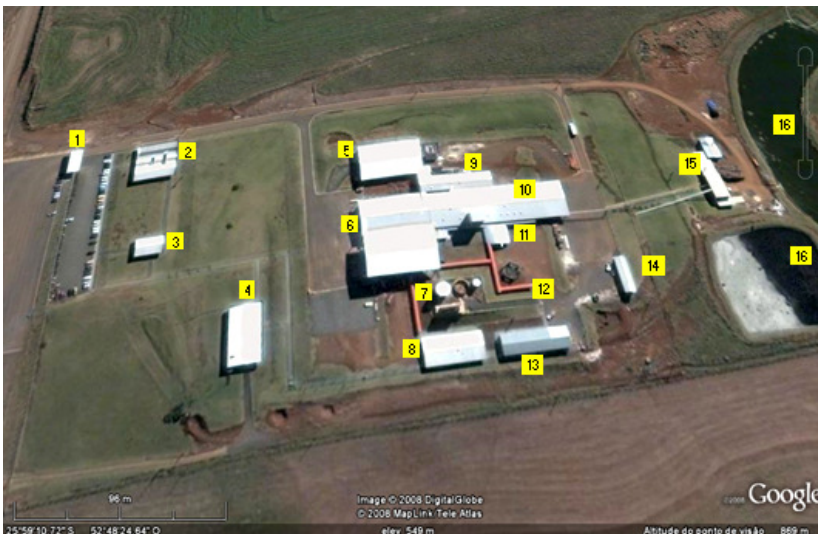


Figura 12 Frigorífico Anhambi com especificação das construções  
Fonte: Google Earth, 2008.

Legenda – Figura 12

1 -	Guarita	9 -	Casa de máquinas
2 -	Escritório	10 -	Abatedouro
3 -	SIF	11 -	Hall entrada funcionários
4 -	Refeitório	12 -	Circulação coberta
5 -	Fábrica de embutidos	13 -	Oficina
6 -	Expedição e câmara fria	14 -	Lavagem caminhões
7 -	Reservatório e tratamento	15 -	Graxaria
8 -	Vestíário	16 -	Lagoas



Na Figura 13, a seguir, é mostrada a localização do Frigorífico Anhambi:



Figura 13 Visão do Frigorífico Anhambi quanto à sua localização geográfica no município  
Fonte: Google Earth, 2009.

A Figura 14 mostra a localização do frigorífico em relação à usina:



Figura 14 Localização do Frigorífico Anhambi em relação à Pequena Usina Hidrelétrica  
Fonte: Google Earth, 2009.

Com referência à evolução da empresa, os dados são mostrados no Quadro 1, a seguir:

	Construções	Inauguração	Atividade	Funcionários	Área Const [m <sup>2</sup> ]	Produção	Maq. e Equip. [R\$]	Construção [R\$]
1	Fábrica de Rações	1987	21 anos	200	4.469,00	8 mil ton / mês	7.000.000,00	3.000.000,00
2	Incubatório	1993	1994 14 anos	22	1.729,90	1 milhão e 700mil ovos/mês 1 milhão e 400mil pintos/mês	1.300.000,00	700.000,00
3	Granjas Matrizes (Terceirizadas)	2002	6 anos	51	42.160,00	2 milhões e 100 mil ovos férteis/mês	1.650.000,00	2.520.000,00
4	Frigorífico	2001	2002 6 anos	450	7.000,00	Abate 50 mil frangos/dia 1600 t carne / mês 160 t embutidos/mês	10.000.000,00	3.000.000,00
5	Usina	2001	7 anos	4	200,00	5,2 MW/h	2.000.000,00	500.000,00
6	Totais	-	-	727	55.558,90	-	1.950.000,00	9.720.000,00

Quadro 1 Dados físicos e econômicos atuais do Frigorífico Anhambi considerando o período de 1987 a 2008

Fonte: Valores informados pelo Diretor do Frigorífico Anhambi, 2008.

## 4.2 Influências sociais, econômicas, políticas e culturais no município de Itapejara D' Oeste com a implantação do Frigorífico Anhambi

No que diz respeito ao município do estudo são apresentados dados relativos aos indicadores, informações sobre a área político-administrativa do município, sobre a área social, aumento demográfico, ligações de água e de energia elétrica, frota de veículos, níveis de emprego, evolução no valor de imóveis residenciais e lotes urbanos e arrecadação anual municipal.

A densidade demográfica, Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), Produto Interno Bruto (PIB) renda *per capita*, índice de Gini, dentre outros indicadores, foram obtidos no IPARDES (2008); IBGE (2000; 2005); PNUD/IPEA/FJP (2000).

Na Tabela 1 são mostrados indicadores referentes aos anos de 2000, 2005 e 2007.

Tabela 1 Indicadores do município de Itapejara D'Oeste

<i>Informação</i>	<i>Fonte</i>	<i>Data</i>	<i>Estatística</i>	
Densidade Demográfica	IPARDES	2007	41,45	hab/km <sup>2</sup>
Índice de Desenvolvimento Humano - IDH-M	PNUD/IPEA/FJP	2000	0,786	-
PIB <i>Per Capita</i>	IBGE/IPARDES	2005	11.152	R\$ 1,00
Índice de Gini	IBGE	2000	0,540	-
Grau de Urbanização	IBGE	2000	54,15	%
Taxa de Crescimento Geométrico	IBGE	2000	0,14	% a.a.
Taxa de Pobreza (2) <sup>3</sup>	IBGE/IPARDES	2000	25,62	%

Fonte: IPARDES, 2009.

Com relação à área político-administrativa, dados relativos ao ano de 2007 são mostrados na Tabela 2.

<sup>3</sup> Pessoas em situação de pobreza é a população calculada em função da renda familiar *per capita* de até 1/2 salário mínimo. Os dados referentes a Situação de Pobreza são provenientes dos microdados do Censo Demográfico (IBGE) e das Tabulações especiais feitas pelo IPARDES.

Tabela 2 Dados político-administrativos do município de Itapejara D'Oeste

<i>Informação</i>	<i>Fonte</i>	<i>Data</i>	<i>Estatística</i>	
Número de Eleitores	TSE	2007	7358	peessoas
Prefeito	TRE	2007	Celito José Beviláqua	

Fonte: IPARDES, 2009.

As informações sobre a área social de Itapejara D'Oeste também foram fornecidos pelo IPARDES (2008), conforme mostrado na Tabela 3.

Tabela 3 Dados da área social do município de Itapejara D'Oeste

<i>Informação</i>	<i>Fonte</i>	<i>Data</i>	<i>Estatística</i>	
População Censitária - Total	IBGE	2000	9.162	habitantes
População - Contagem <sup>4</sup>	IBGE	2007	10.537	habitantes
Pessoas em Situação de Pobreza <sup>5</sup>	IBGE/IPARDES	2000	2.734	-
Famílias em Situação de Pobreza <sup>6</sup>	IBGE/IPARDES	2000	683	-
Número de Domicílios - Total	IBGE	2000	2.728	unidades
Número de Domicílios - Total	IBGE	2007	3184	domicílios
Matrículas na Pré-escola	MEC/INEP	2007	240	alunos
Matrículas no Ensino Fundamental	MEC/INEP	2007	1.485	alunos
Matrículas no Ensino Médio	MEC/INEP	2007	461	alunos

Fonte: IPARDES, 2009.

No Censo Federal de 2007 o total da população passou a 10.537 habitantes (IBGE, 2007), sendo 6.563 urbana e 3.974 rural, apresentando um crescimento de 13,05% em relação ao Censo de 2000, que apresentou uma população de 9.162 habitantes.

O município de Itapejara D'Oeste apresenta infra-estrutura com atendimento da Companhia de Saneamento do Paraná (Sanepar) e da Companhia Paranaense de Energia (Copel). Os dados são apresentados na seqüência deste trabalho, Quadros 2 e 3.

<sup>4</sup> Resultados da contagem feita pelo IBGE da população residente em 1º de abril de 2007, encaminhados ao Tribunal de Contas da União em 14 de novembro de 2007.

<sup>5</sup> Idem N.R.7.

<sup>6</sup> Idem N.R. 9.

Com relação ao consumo de energia elétrica, os dados fornecidos pela Copel revelam o número total de consumidores no município de Itapejara D'Oeste de 2000 a 2008, conforme Quadro 2.

<b>Ano</b>	<b>Residencial</b>	<b>Industrial</b>	<b>Comercial</b>	<b>Rural</b>	<b>Poder Público</b>	<b>Ilum. Pública</b>	<b>Serviço Público</b>	<b>Próprio</b>	<b>Total</b>
2000	1.427	33	179	752	42	6	8	3	2.450
2001	1.503	37	192	762	42	6	8	1	2.551
2002	1.584	38	189	758	41	6	9	1	2.626
2003	1.692	43	199	750	31	6	9	1	2.731
2004	1.809	32	199	750	32	7	10	1	2.850
2005	1.895	51	212	747	30	7	10	1	2.953
2006	1.987	47	215	747	31	7	10	1	3.045
2007	2.112	53	221	789	31	11	9	1	3.227
2008	2.230	56	229	824	37	12	10	1	3.304

Quadro 2 Número de consumidores de energia elétrica por classe no município de Itapejara D'Oeste

Fonte: Copel, 2009.

Quanto ao número de ligações de água, a Sanepar informou os dados referentes ao período de 2000 a 2008, conforme Quadro 3.

<b>Ano</b>	<b>Residencial</b>	<b>Comercial</b>	<b>Industrial</b>	<b>Utilidade Pública</b>	<b>Poder Público</b>	<b>Total</b>
2000	1.277	119	11	17	26	1.450
2001	1.323	123	14	14	27	1.501
2002	1.386	127	14	14	26	1.567
2003	1.508	123	11	15	17	1.684
2004	1.626	118	9	13	27	1.793
2005	1.691	125	9	13	27	1.865
2006	1.764	140	11	16	28	1.959
2007	1.864	159	10	18	29	2.080
2008	911	120	10	13	27	2.420

Quadro 3 Número de ligações de água no município de Itapejara D'Oeste

Fonte: Sanepar, 2008.

No mesmo período de análise, anos de 2000 a 2008 verifica-se considerável aumento na frota de veículos, conforme informações fornecidas pelo Departamento de Trânsito do Paraná (DETRAN) e mostrado no Quadro 4.

<b>Tipo de Veículo/Ano</b>	<b>2000</b>	<b>2001</b>	<b>2002</b>	<b>2003</b>	<b>2004</b>	<b>2005</b>	<b>2006</b>	<b>2007</b>	<b>2008</b>
Automóvel	1.037	1.156	1.303	1.485	1.631	1.745	1.834	1.979	2.114
Caminhão	134	150	173	191	218	231	231	242	244
Caminhão trator	40	41	44	51	64	95	78	74	82
Caminhonete	4	11	36	52	73	78	102	114	168
Camioneta	159	156	165	177	191	194	193	211	183
Ciclomotor	0	0	1	1	1	1	2	2	2
Micro ônibus	3	3	3	3	5	6	7	6	6
Motocicleta	154	200	248	313	351	415	464	544	653
Motoneta	10	22	29	57	80	108	164	232	279
Ônibus	14	16	12	12	14	15	17	17	18
Reboque	7	9	11	15	15	16	20	20	20
Semi-reboque	49	61	69	93	102	175	135	148	154
Utilitário	0	0	0	0	1	1	1	4	9
<b>Total</b>	<b>1.611</b>	<b>1.825</b>	<b>2.094</b>	<b>2.450</b>	<b>2.746</b>	<b>3.089</b>	<b>3.248</b>	<b>3.593</b>	<b>3.932</b>

Quadro 4 Evolução da frota de veículos por tipo em Itapejara D'Oeste no período de 2000 a 2008

Fonte: DETRAN/PR, 2009.

Um somatório de todos os tipos de veículos no período analisado de 2000 a 2008, nos municípios selecionados, é mostrado no Quadro 5.

<b>Municípios</b>	<b>Total de Veículos/Ano</b>									<b>Evol. %</b>
	<b>2000</b>	<b>2001</b>	<b>2002</b>	<b>2003</b>	<b>2004</b>	<b>2005</b>	<b>2006</b>	<b>2007</b>	<b>2008</b>	
Barracão	2.761	2.972	3.112	3.279	3.543	3.749	3.939	4.259	4.605	66,78
<b>Itapejara D'Oeste</b>	<b>1.611</b>	<b>1.825</b>	<b>2.094</b>	<b>2.450</b>	<b>2.746</b>	<b>3.089</b>	<b>3.248</b>	<b>3.593</b>	<b>3.932</b>	<b>144,07</b>
Nova Prata do Iguaçu	1.843	1.913	2.049	2.311	2.646	2.869	2.995	3.255	3.582	94,35
Santa Isabel do Oeste	1.671	1.841	2.021	2.286	2.520	2.681	2.904	3.272	3.652	118,55
São João	2.233	2.384	2.588	2.914	3.147	3.208	3.325	3.563	3.841	72,01
São Jorge D'Oeste	1.502	1.595	1.815	2.046	2.288	2.492	2.667	2.892	3.166	110,78
Verê	1.261	1.363	1.562	1.802	1.978	2.146	2.265	2.545	2.795	121,64

Quadro 5 Somatória de todos os veículos nos municípios selecionados no período de 2000 a 2008

Fonte: DETRAN PR, 2009.

Analisando os resultados do Quadro 5 verifica-se que, tendo por base o ano de 2000, o aumento total da frota de veículos com relação ao ano de 2008 foi de 144,07% no município do estudo. Considerando o ano de 2003, verifica-se um acréscimo de 60,49%.

Comparativamente aos demais municípios do estudo, a evolução percentual nos veículos, de 2000 a 2008, ocorreu também de modo significativo em Verê, com índice de 121,64%; em Santa Isabel do Oeste, com índice de 118,55% e, São Jorge D'Oeste, com 110,78% de aumento na frota, sendo esses os índices mais expressivos.

Não sem menos importância, classificam-se os municípios de Nova Prata do Iguaçu, com aumento de 94,35% na frota de veículos de 2000 a 2008; de São João, com índice de 72,01% e, Barracão, que aumentou em 66,78% a sua frota.

Quanto às informações para o Sistema Público de Emprego e Renda - Dados por Município, obtidos no site do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) são apresentadas nas Tabelas 4 e 5 os dados do município de Itapejara D'Oeste:

Tabela 4 Número de empregos formais em 31 de dezembro de 2006

<i>Indicadores</i>	<i>Masculino</i>	<i>Feminino</i>	<i>Total</i>
Total das Atividades	1.200	640	1.840
Indústria de Transformação	584	271	855
Serviços Industriais de Utilidade Pública	7	0	7
Construção Civil	89	4	93
Comércio	160	118	278
Serviços	69	68	137
Administração Pública	127	157	284
Agropecuária	164	22	186
Idade de 16 a 24 anos	341	165	506
Ocupações com maiores estoques	Masculino	Feminino	Total
Magarefe	199	138	337
Alimentador de linha de produção	120	3	123
Motorista de caminhão (rotas regionais e internacionais)	100	0	100
Carregador (armazém)	60	18	78
Vendedor de comércio varejista	19	48	67

Fonte: RAIS/2008 - MTE

O número de empregos formais que são gerados indiretamente pelo Frigorífico Anhambi compreende os funcionários de aviários que são contratados em sistema de parceria, ou seja, as pessoas da família trabalham em sua propriedade com a produção de aves para o Frigorífico, alimentação, limpeza e retirada de camas de aviários, por exemplo.

Há ainda a terceirização de motoristas, responsáveis pelo transporte de produtos, aves, ração e contratação de pessoas que atuam na atividade rural para carregamento de aves; há também aumento de funcionários em empresas prestadoras de serviço.

Tabela 5 Remuneração média (R\$/mês) de empregos formais em 31 de dezembro de 2006

<i>Indicadores</i>	<i>Masculino</i>	<i>Feminino</i>	<i>Total</i>
Total das Atividades	846,84	622,05	768,65
Extrativa Mineral	0,00	0,00	0,00
Indústria de Transformação	738,64	587,40	690,70
Serviços Industriais de Utilidade Pública	1.745,40	0,00	1.745,40
Construção Civil	1.118,67	856,33	1.107,39
Comércio	701,45	506,43	618,67
Serviços	1.370,86	709,31	1.042,50
Administração Pública	1.240,30	759,29	974,39
Agropecuária	662,94	377,39	629,16
Idade de 16 a 24 anos	640,36	505,88	596,51
Ocupações com maiores estoques	Masculino	Feminino	Total
Magarefe	672,28	619,66	650,73
Alimentador de linha de produção	719,94	400,00	712,14
Motorista de caminhão (rotas regionais e internacionais)	993,94	0,00	993,94
Carregador (armazém)	487,69	395,62	466,44
Vendedor de comércio varejista	611,70	458,54	501,97

Fonte: RAIS/2008 – MTE.

Dados publicados pelo IBGE (2001) revelam a renda média da população brasileira para o ano de 2000 considerando como critério cidades, população e domicílio.



Especificamente com relação à região em estudo, o Quadro 6, a seguir, mostra as rendas médias por município, considerando renda média, de homens e de mulheres.

Renda mensal família	Renda média	Renda homens	Renda mulheres
Barracão	502,12	619,44	327,38
Itapejara D'Oeste	425,16	505,87	295,01
Nova Prata do Iguaçu	424,39	529,09	249,48
Santa Isabel do Oeste	437,69	555,67	264,79
São João	468,96	591,61	300,16
São Jorge	406,41	506,18	267,04
Verê	430,51	555,08	246,69

Quadro 6 Renda média mensal familiar nos municípios selecionados no ano de 2000

Fonte: IBGE, 2001.

Esses dados são mostrados no Gráfico 1, a seguir:

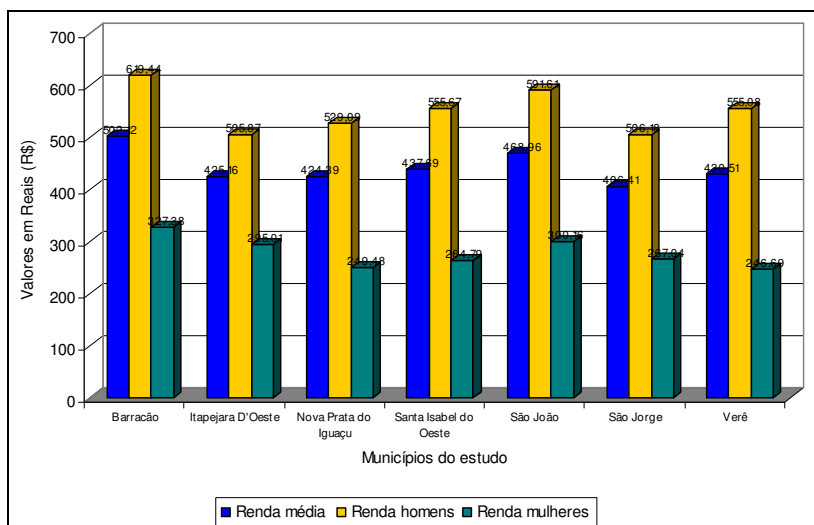


Gráfico 1 Médias de renda, de homens e de mulheres nos municípios do estado, para o ano de 2000

Fonte: IBGE, 2001.

Analisando os dados do Quadro 6 e mostrados no Gráfico 1, verifica-se que a renda média mensal, em 2000, informada pelo Censo do IBGE (2001), totalizava R\$ 425,16 para o município de Itapejara D'Oeste; a renda média do total das atividades informada pela RAIS – MTE (2008), de R\$ 768,65 para o ano de 2006 mostra uma evolução de cerca de 80,79% sobre o valor de 2000.

Segundo Carneiro (2009), dados coletados pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD)<sup>7</sup> e divulgados pelo IBGE, em 2009, informam que continua em alta o rendimento médio do trabalhador brasileiro desde 2005, embora o nível ainda esteja abaixo do registrado no ano de 1998, em cerca de 3,07% com relação ao ano de 2008.

A renda média do trabalhador representou R\$ 1.041,00 (Hum mil e quarenta e um reais) mensais, em 2008, valor superior aos R\$ 1.024,00 (Hum mil e vinte e quatro reais) registrados em 2007, mas ainda está 3,07% abaixo de 1998, quando era de R\$ 1.074,00 (Hum mil e setenta e quatro reais). Considerando o rendimento, em 2008 o valor foi 1,7% superior ao de 2007, que foi de 3,1% acima de 2006 (CARNEIRO, 2009).

Na Figura 15, a seguir, é mostrada a evolução da renda média ao longo do período de 1998 a 2008.



Figura 15 Evolução da renda média do trabalho em reais de 1998 a 2008  
Fonte: IBGE, 2009.

<sup>7</sup> A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio - PNAD é uma pesquisa feita pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em uma amostra de domicílios brasileiros que, por ter propósitos múltiplos, investiga diversas características socioeconômicas da sociedade, como população, educação, trabalho, rendimento, habitação, previdência social, migração, fecundidade, nupcialidade, saúde, nutrição etc., entre outros temas que são incluídos na pesquisa de acordo com as necessidades de informação para o Brasil. A pesquisa é feita em todas as regiões do Brasil, incluindo as áreas rurais de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá (excluídas até recentemente).

O gráfico representado na Figura 15 não traz a média da renda nacional do ano de 2000, por não ter sido realizada a PNUD em razão do Censo Demográfico (CRESPO, 2009).

De acordo com Crespo (2009), verifica-se aumento da média de renda no Brasil desde 2004, embora esse ritmo de crescimento tenda a diminuir a partir de 2006, apresentando a menor alta desde 2005, cuja expansão foi de 4,4%, passando de R\$ 883,00 para R\$ 922,00. Em 2006, apresentou a elevação de 7,1%; em 2007, o crescimento foi de 3,1%, conforme referido também por Carneiro (2009).

De 2004 a 2008, a renda média dos brasileiros com remuneração subiu 17,3%; nesse mesmo período verificou-se um aumento acima da média no rendimento dos 10% mais pobres, de 34%, passando de R\$ 91,00 para R\$ 122,00; em contrapartida, os 10% mais ricos expandiram sua renda em 12,4%, passando de R\$ 3.937,00 para R\$ 4.424,00 (CRESPO, 2009).

A renda média no Paraná, entre aqueles que têm remuneração em Reais (R\$), foram apresentadas pelo PNAD para os anos de 2007, em R\$ 1.161,00 (Hum mil, cento e sessenta e um reais) e em 2008, de R\$ 1.156,00 (Hum mil, cento e cinquenta e seis reais), verificando-se queda na média de renda no ano de 2008 (IBGE, 2009).

Dados mais recentes sobre a renda média do total das atividades por município são apresentados pela RAIS – MTE (2009), considerando a remuneração média de empregos formais em 31 de dezembro de 2008 e mostrados no Quadro 7, a seguir:

<b>Remuneração média de empregos formais (R\$) em dez. 2008</b>	<b>Masculino</b>	<b>Feminino</b>	<b>Total</b>
Barracão	866,25	752,98	809,78
Itapejara D'Oeste	908,34	700,03	826,79
Nova Prata do Iguaçu	783,95	868,73	732,86
Santa Isabel do Oeste	842,75	752,13	799,86
São João	1.123,62	869,85	1.020,44
São Jorge	786,61	664,43	726,09
Verê	823,97	790,80	808,11

Quadro 7 Remuneração média mensal de empregos formais nos municípios selecionados em 31 dezembro de 2008

Fonte: RAIS – MTE, 2008.

Observa-se no Quadro 7 que, comparativamente ao ano de 2006, a remuneração média de empregos formais em Itapejara D'Oeste, disposta na Tabela 5, foi de R\$ 768,65, representando uma evolução percentual de 18,17% nos dois anos subsequentes.

Em uma análise dos demais valores mostrados no Quadro 7, verifica-se que as maiores médias correspondem aos municípios de São João, seguido por Itapejara D'Oeste, Barracão e Verê. A diferença entre os valores médios de Itapejara D'Oeste e de São João corresponde a 23,42% a maior para o último município.

A Tabela 6 mostra a variação do emprego formal.

Tabela 6 Números do emprego formal em 31 de dezembro entre 2005 e 2006

<i>Indicadores</i>	<i>Masculino</i>	<i>Feminino</i>	<i>Total</i>
Total das Atividades	1.200	640	1.840
Indústria de Transformação	584	271	855
Serviços Industriais de Utilidade Pública	7	0	7
Construção Civil	89	4	93
Comércio	160	118	278
Serviços	69	68	137
Administração Pública	127	157	284
Agropecuária	164	22	186
Idade de 16 a 24 anos	20	17	37
Ocupações com maiores variações	Masculino	Feminino	Total
Carregador (armazém)	16	8	24
Magarefe	2	19	21
Servente de obras	20	-1	19
Vendedor de comércio varejista	7	11	18
Calceteiro	15	0	15
Ocupações com menores variações	Masculino	Feminino	Total
Padeiro	-4	0	-4
Mestre (indústria de borracha e plástico)	-3	-2	-5
Professor de ensino superior na área de didática	0	-12	-12
Alimentador de linha de produção	-21	-4	-25
Embalador, a mão	-7	-32	-39

Fonte: RAIS 2008 - MTE.

Quanto à flutuação de emprego formal no ano de 2007, os dados são mostrados pelo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados Ministério do Trabalho (CAGED), na Tabela 7.

Tabela 7 Flutuação do emprego formal de janeiro a dezembro de 2007

<i>Indicadores</i>	<i>Adm.</i>	<i>Desl.</i>	<i>Saldo</i>
Total das Atividades	766	768	-2
Indústria de Transformação	445	413	32
Construção Civil	20	76	-56
Comércio	165	135	30
Serviços	67	73	-6
Agropecuária	69	71	-2
Ocupações com maiores saldos	Adm.	Desl.	Saldo
Magarefe	196	178	18
Trabalhador da manutenção de edificações	23	5	18
Costureira de peças sob encomenda	54	37	17
Salsicheiro (fabricação de lingüiça, salsicha e produtos similares)	34	19	15
Operador de máquinas ferramenta convencionais	18	8	10
Ocupações com menores saldos	Adm.	Desl.	Saldo
Motorista de caminhão (rotas regionais e internacionais)	21	43	-22
Servente de obras	6	23	-17
Calceteiro	2	16	-14
Costureiro, a máquina na confecção em série	2	15	-13
Faxineiro	5	16	-11

Fonte: CAGED/MTE, 2008.

Um novo dado apresentado pelo Ministério da Educação, o Índice de Desenvolvimento da Educação (IDEB) foi criado pelo Instituto Nacional de Estudos e de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) em 2007, como parte do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE).

Ele é calculado com base na taxa de rendimento escolar (aprovação e evasão) e no desempenho dos alunos no Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB) e na Prova Brasil. Os dados

do IDEB para o município de Itapejara D'Oeste, contemplados os anos base de 2005 e de 2007 são apresentados na Tabela 8:

Tabela 8 IDEBs observados em 2005, 2007 e Metas para rede Municipal para o município de Itapejara D'Oeste

<i>Ensino Fundamental</i>	<i>IDEB Observado</i>		<i>Metas Projetadas</i>							
	2005	2007	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
Anos Iniciais	5,0	4,7	5,1	5,4	5,8	6,0	6,3	6,5	6,7	6,9
Anos Finais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: Prova Brasil e Censo Escolar, 2008.

#### 4.2.1 Dados do mercado imobiliário

Dados obtidos nas empresas imobiliárias do município de Itapejara D'Oeste na realização do estudo de caso indicam evolução no valor de imóveis residenciais e de lotes urbanos.

No Quadro 8, a seguir, são apresentados os dados dessa valorização com base em dados coletados junto às imobiliárias do município. Na última coluna os valores são ajustados com base no IGP-M para junho de 2007, que variou em até 500% neste mesmo período.

Observa-se no Quadro 8 que as valorizações nominais dos bens imóveis residenciais no município de Itapejara D'Oeste vão de 100% a 400% de mês de 2002 até junho de 2007. A variação real dos valores apresentada na última coluna mostra índices de 23% até o máximo de 206% no período analisado. Para analisar a variação nos valores dos lotes urbanos, foram pesquisadas duas fontes: o cartório de registro de imóveis e a única imobiliária local.

No Quadro 9 é mostrada a evolução no valor dos lotes urbanos, considerando valores de transação obtidos no cartório. A atualização destes valores para valores de mercado de 2008 foi feita consultando-se a imobiliária. Na última coluna é mostrada a variação real baseada no IGP-M, com índices variando de 10% até 95%.

O Quadro 10 mostra a evolução dos valores dos imóveis tendo como fonte a imobiliária local, abrangendo o período de mês de 2002 até junho de 2007.

Dado	Bairro	Lote	Quadra	Casa (m <sup>2</sup> )	Tipo material	Lote (m <sup>2</sup> )	Valores (R\$) 2002	Valores (R\$) Jun 07	Varição Nominal %	Atualização R\$ IGP-M-Jun.07	Valorização R\$	Varição Real %
1	Centro	1	15	120	Madeira	790	15.000,00	60.000,00	300%	24.473,80	35.526,20	145%
2	Centro	8	38	100	Madeira	640	14.000,00	50.000,00	257%	22.842,22	27.157,78	119%
3	Centro	3	30	110	Mista	630	17.000,00	60.000,00	252%	27.736,98	32.263,02	116%
4	Guarani	12	10	80	Madeira	435	12.000,00	60.000,00	400%	19.579,04	40.420,96	206%
5	Guarani	9	3	80	Madeira	765	14.000,00	40.000,00	185%	22.842,22	17.157,78	75%
6	Guarani	16	6	110	Alvenaria	710	25.000,00	50.000,00	100%	40.789,67	9.210,33	23%
7	Guarani	13	6	70	Mista	572	13.000,00	40.000,00	207%	21.210,63	18.789,37	89%
8	Guarani	2	5	70	Madeira	440	9.000,00	20.000,00	122%	14.684,28	5.315,72	36%
9	Centro	8	30	80	Madeira	520	12.000,00	40.000,00	233%	19.579,04	20.420,96	104%
10	Centro	7	30	100	Madeira	675	18.000,00	60.000,00	233%	29.368,56	30.631,44	104%

Quadro 8 Evolução no valor dos imóveis residenciais no município de Itapejara D'Oeste  
Fonte: Escarmossin Imóveis, 2007.

Dado	Bairro	Lote	Quadra	Lote (m²)	Ano Transação <sup>1</sup>	Valor (R\$) Transação <sup>1</sup>	Valores (R\$) Mar 2008 <sup>2</sup>	Varição Nominal	Atualização (R\$) IGP-M-Mar 08	Valorização (R\$)	Varição Real
1	Água Verde	5	1	384,89	2002	8.500,00	20.000,00	135%	12.036,62	7.963,38	66%
2	Água Verde	9	1	376,32	2002	8.500,00	20.000,00	135%	12.036,62	7.963,38	66%
3	Industrial	3	117	380,25	2003	9.000,00	22.000,00	144%	11.725,69	10.274,31	88%
4	Industrial	6	117	534,00	2003	11.000,00	28.000,00	155%	14.331,40	13.668,60	95%
5	Água Verde	4	4	371,25	2003	8.000,00	18.000,00	125%	10.422,84	7.577,16	73%
6	Água Verde	9	4	342,47	2003	10.000,00	22.000,00	120%	13.028,55	8.971,45	69%
7	Água Verde	4	2	453,74	2003	9.000,00	18.500,00	106%	11.725,69	6.774,31	58%
8	Água Verde	7	1	380,60	2003	8.500,00	18.000,00	112%	11.074,27	6.925,73	63%
9	Industrial	1	117	478,00	2004	12.000,00	22.000,00	83%	13.907,01	8.092,99	58%
10	Água Verde	10	4	361,67	2005	12.000,00	25.000,00	108%	13.742,10	11.257,90	82%
11	Água Verde	5	4	371,25	2005	10.000,00	22.000,00	120%	11.451,75	10.548,25	92%
12	Guarani	1	2	441,20	2006	10.000,00	18.500,00	85%	11.028,27	7.471,73	68%
13	Guarani	5	5	436,12	2006	12.000,00	18.000,00	50%	11.028,27	6.971,73	63%
14	Guarani	4	5	362,00	2006	12.000,00	20.000,00	67%	13.233,92	6.766,08	51%
15	Centro	9	24	261,00	2007	15.000,00	22.000,00	47%	15.354,00	6.646,00	43%
16	Bem Viver	1	14	367,50	2007	18.000,00	22.000,00	22%	18.424,80	3.575,20	19%
17	Bem Viver	13	8	362,50	2007	16.000,00	18.000,00	13%	16.377,60	1.622,40	10%

Quadro 9 Evolução no valor de lotes urbanos, dados obtidos em cartório

<sup>1</sup>Ano de transação fornecido pelo Cartório de Registro de Imóveis do município

<sup>2</sup>Valores fornecidos pelo Cartório de Registro de Imóveis de Itapejara D' Oeste, 2007.



Dado	Bairro	Lote	Quadra	Local na quadra	Lote (m²)	Valores (R\$) 2002	Valores (R\$) Jun 07	Varição Nominal	Atualização R\$ IGP-M-Jun.07	Valorização R\$	Varição Real
1	Centro	1	99	Esquina	474,60	11.000,00	25.000,00	127%	14.323,59	10.676,41	75%
2	Centro	2	99	Meio	474,60	9.000,00	22.000,00	144%	11.719,30	10.280,70	88%
3	Centro	4	99	Esquina	481,50	10.000,00	20.000,00	100%	13.021,44	6.978,56	54%
4	Centro	5	99	Meio	485,25	8.000,00	18.000,00	125%	10.417,16	7.582,84	73%
5	Centro	1	98	Meio	463,00	9.000,00	20.000,00	122%	11.719,30	8.280,70	71%
6	Centro	2	98	Esquina	463,00	11.000,00	25.000,00	127%	14.323,59	10.676,41	75%
7	Centro	3	98	Meio	465,00	9.000,00	20.000,00	122%	11.719,30	8.280,70	71%
8	Centro	4	98	Esquina	465,00	10.000,00	20.000,00	100%	13.021,44	6.978,56	54%
9	Industrial	6	102	Meio	438,00	7.000,00	19.000,00	171%	9.115,01	9.884,99	108%
10	Centro	5	100	Meio	480,00	8.000,00	21.000,00	163%	10.417,16	10.582,84	102%
11	Clisa	1	94	Esquina	450,00	6.500,00	15.000,00	131%	8.463,94	6.536,06	77%
12	Clisa	2	94	Meio	450,00	5.000,00	14.000,00	180%	6.510,72	7.489,28	115%
13	Clisa	15	92	Meio	430,00	7.000,00	15.500,00	121%	9.115,01	6.384,99	70%
14	Clisa	16	92	Esquina	450,00	9.000,00	16.500,00	83%	11.719,30	4.780,70	41%
15	Clisa	7	92	Meio	450,00	7.000,00	18.000,00	157%	9.115,01	8.884,99	97%
16	Clisa	5	93	Meio	450,00	7.000,00	16.000,00	129%	9.115,01	6.884,99	76%
17	Clisa	1	93	Esquina	500,00	10.000,00	20.000,00	100%	13.021,44	6.978,56	54%
18	Á. Verde	1	1	Meio	326,00	8.000,00	16.000,00	100%	10.417,16	5.582,84	54%
19	Á. Verde	2	1	Esquina	383,00	9.000,00	18.000,00	100%	11.719,30	6.280,70	54%
20	Á. Verde	4	1	Meio	387,00	7.500,00	16.000,00	113%	9.766,08	6.233,92	64%

Quadro 10 Evolução no valor de lotes urbanos

Fonte: Escarrossin Imóveis, 2007.

Os valores dos lotes urbanos fornecidos pela imobiliária do município de Itapejara D'Oeste indicam uma valorização real que vai de 41% até 115%.

Confrontando-se os valores fornecidos pelo cartório com aqueles fornecidos pela imobiliária, constata-se que os primeiros indicam uma valorização menor. Isto pode ser explicado pela tendência de sub-declaração de valores, notória em documentos oficiais.

De qualquer maneira, todas as análises feitas mostram uma significativa valorização real nos imóveis urbanos (lotes e casas) no período considerado.

Em anexo são apresentados mapas da região urbana do município de Itapejara D'Oeste: mapa da cidade (Anexo B); mapa apresentando os limites dos bairros (Anexo C); mapa da cidade de Itapejara D'Oeste após loteamento Bem Viver (Anexo D); mapa das amostras e dos loteamentos (Anexo E).

Com relação ao número de construções no município de Itapejara D'Oeste, dados obtidos junto ao Departamento de Planejamento Urbano revelam a evolução na solicitação e concessão de alvarás de construção, mostrados na Tabela 9.

Os dados da Tabela 9 revelam um grande crescimento na concessão de alvarás para construção concedidos no período de análise, de 2000 a 2008, considerando os diferentes setores: residencial, comercial e público. Observa-se um incremento na construção de imóveis residenciais nos anos de 2001 e 2002, com maior proporção de concessão de alvarás no setor residencial percebida após o ano de 2003 e o dobro com relação aos imóveis comerciais considerando os anos de 2007 e 2008.

Tabela 9 Alvarás de construção (m<sup>2</sup>) concedidos no período de 2000 a 2008

Tipo/Ano	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
<b>Residencial</b>									
Privados Unifamiliar	778,83	2.207,45	1.963,53	910,83	2.321,68	3.430,37	4.127,30	4.935,01	5.925,25
Conjunto Habitacional	-	-	21 un COHAPAR 693,00	-	56 un CEF 1.671,04	-	57 un COHAPAR 1.856,00	-	-
Privados	1.201,14	2.024,20	2.360,00	843,33	1.417,45	3.694,52	1.177,12	1.765,20	3.618,24
<b>Comercial</b>									
Anhambi	-	Incubatório 1.736,65	-	-	Refeitório Embutidos 1.847,02	-	-	Amp. Fáb. de Ração/ Moega/ Barracão 2.235,53	Base Caldeira 308,00
<b>Prefeitura</b>									
Industrial	-	-	Barracão 2.324,30	Barracão 1.159,23	Barracão 1.159,23	-	Barracão de Leite 2.760,00	Depósito/ caldeiras 183,25	Plataforma Leite 234,00
Públicos	Salas de aula 314,00	-	Lab. Amp. e Reforma Salas 438,57	Quadra de Esportes 780,00	Salas de aula 130,73	Sala de aula 98,00	Bombeiros 203,71	-	Posto de Saúde, quadra, reservatório e biblioteca 2.155,50
Total (m <sup>2</sup> )	2.293,97	5.968,00	7.779,40	3.693,39	8.547,15	7.222,15	10.124,13	9.118,99	12.240,99

Fonte: Prefeitura Municipal Itapejara D'Oeste, 2009.

No Gráfico 2 são mostradas as áreas em m<sup>2</sup> de construção concedidos pelos alvarás no período selecionado.

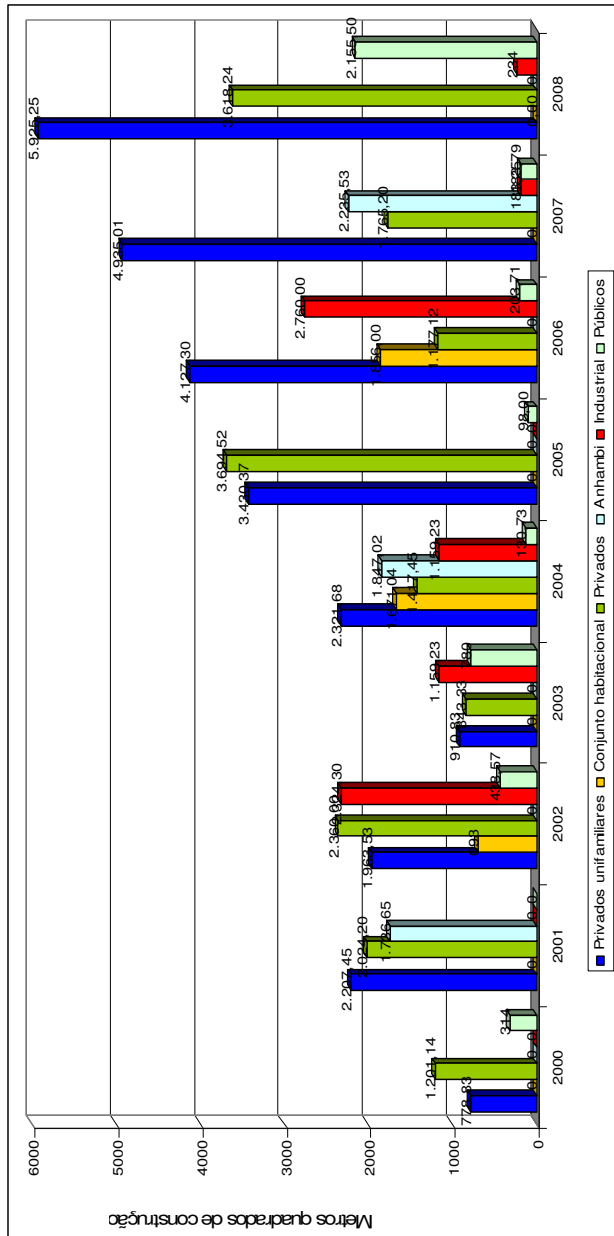


Gráfico 2 Alvarás de construção m<sup>2</sup>, concedidos no período de 2000 a 2008 no município de Itapejara D'Oeste  
 Fonte: Prefeitura Municipal Itapejara D'Oeste, 2009.

Os valores totais dos investimentos em construções, em reais, de cada período analisado são mostrados no Gráfico 3:

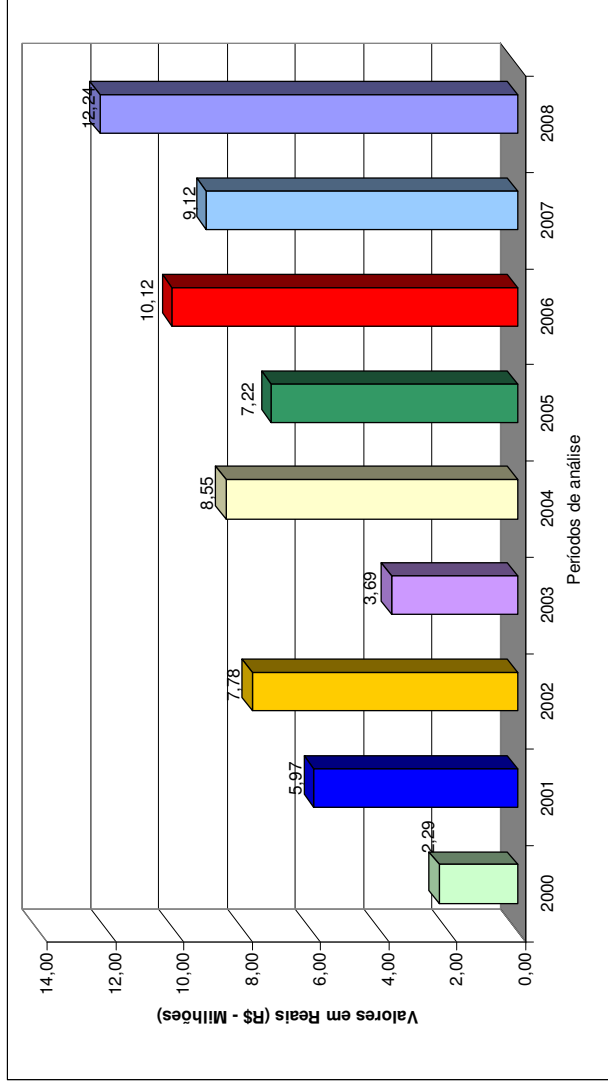


Gráfico 3 Totais de investimento em construções referentes a alvarás concedidos no período de 2000 a 2008 no município de Itapejara D'Oeste  
Fonte: Prefeitura Municipal Itapejara D'Oeste, 2009.

Com relação a alvarás empresariais concedidos no mesmo período de análise, os dados são mostrados na Tabela 10.

Tabela 10 Número de alvarás empresariais concedidos pela Prefeitura Municipal de Itapejara D'Oeste no período de 2000 a 2008

<i>Ano</i>	<i>Novos alvarás empresariais</i>
2000	-
2001	53
2002	62
2003	60
2004	55
2005	77
2006	150
2007	68
2008	60

Fonte: Prefeitura Municipal de Itapejara D'Oeste, 2009.

O número de alvarás empresariais concedidos do ano de 2001 a 2008 é mostrado no Gráfico 4:

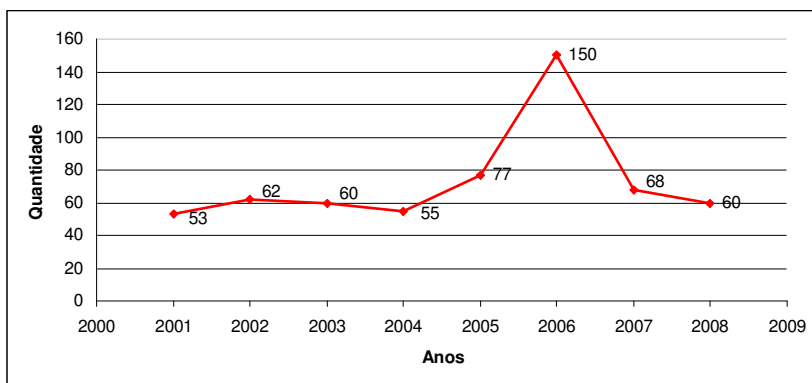


Gráfico 4 Alvarás empresariais concedidos no município de Itapejara D'Oeste de 2001 a 2008

Fonte: Prefeitura Municipal de Itapejara D'Oeste, 2009.

O estoque de lotes vagos quase não variou durante o período analisado, mas os lotes ocupados tiveram um aumento significativo em seu número, passando de 1106 em 2006 a 1518 em 2009, como pode ser observado na Tabela 11.

Tabela 11 Lotes vagos e ocupados no período de 2000 a 2008 no município de Itapejara D'Oeste

<i>Lotes</i>	<i>2000</i>	<i>2001</i>	<i>2002</i>	<i>2003</i>	<i>2004</i>	<i>2005</i>	<i>2006</i>	<i>2007</i>	<i>2008</i>	<i>2009</i>
<b>Territorial Vagos</b>	827	743	644	694	712	702	684	697	689	896
<b>Predial Ocupados</b>	1106	1197	1302	1331	1314	1345	1366	1435	1450	1518
<b>Total</b>	1933	1940	1946	2025	2026	2047	2050	2132	2139	2414

Fonte: Cetil, 2009.

Os percentuais referentes aos lotes vagos e as ocupações são mostrados no Gráfico 5, com relação a quantidade:

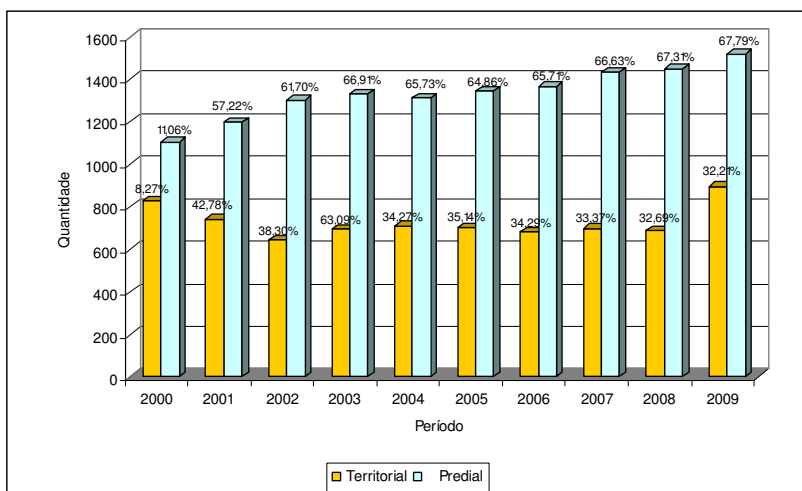


Gráfico 5 Percentuais de lotes vagos e ocupados no período de 2000 a 2008 no município de Itapejara D'Oeste

Fonte: Cetil, 2009.

Analisando os dados da Tabela 11 verifica-se que a disponibilidade de 896 lotes para o ano de 2009, número bem acima do informado para 2008, em razão da abertura de mais um loteamento.

Pode-se afirmar, então, que a oferta de imóveis vagos cresceu ao longo do período analisado, seja em razão do desmembramento de imóveis de tamanho grande ou pela criação de novos loteamentos.

No Quadro 11, a seguir, é mostrada a evolução dos loteamentos no período de 2000 a 2008.

	<b>Loteamentos</b>	<b>Ano Aprovação</b>	<b>Área ocupada (m<sup>2</sup>)</b>	<b>Número de lotes</b>
1	Maurício Gnoatto	2001	21.945,34	33
2	Guzzo	2002	48.216,12	65
3	Pantanal	2002	17.462,00	32
4	Kichel	2002	10.050,00	21
5	Amoreira <sup>1</sup>	2003	24.894,00	78
6	Mysak <sup>2</sup>	2003	24.842,30	22
7	Vila Verde <sup>1</sup>	2005	18.760,60	57
8	Água Verde	2005	60.735,15	61
9	Domingos Gnoatto	2006	23.138,50	39
10	Alto da Colina	2007	21.764,12	28
11	Lopes	2007	18.623,24	59
12	Bem Viver	2008	133.780,00	225
Total Geral			424.211,37	720
Total após 2003			326.537,91	569

Quadro 11 Dados dos loteamentos do município de Itapejara D'Oeste de 2000 a 2008

Fonte: Prefeitura Municipal, 2009.

Prefeitura forneceu área para Conjunto Habitacional<sup>1</sup>

Prefeitura loteou e doou para famílias com baixa renda<sup>2</sup>

Analisando os dados do Quadro 11, estes mostram a ocupação de áreas cada vez maiores para os loteamentos. Os novos loteamentos somaram 720 lotes ao longo de 9 (nove) anos, com especial atenção ao loteamento aprovado pela Prefeitura Municipal em 2008, com maior número de lotes.

Os loteamentos feitos pela Prefeitura Municipal destinaram-se ao atendimento da demanda por falta de moradia, com um total disponibilizado de 157 lotes. Quanto à arrecadação anual do município de Itapejara D'Oeste, tem-se os dados mostrados na Tabela 12. Os valores são atualizados pelo IGP-M até 2008.



Tabela 12 Arrecadação anual de Itapejara D'Oeste no período de 2000 a 2008

<i>Ano</i>	<i>Valor em Reais (R\$ - Milhões)</i>	<i>Atualizado IGP-M 2008</i>
2000	4,04	8,49
2001	4,72	8,98
2002	5,43	8,20
2003	5,75	8,04
2004	5,80	7,21
2005	7,80	9,59
2006	9,88	11,69
2007	11,28	12,38
2008	13,63	13,63

Fonte: Prefeitura Municipal de Itapejara D'Oeste, 2009.

Os dados da Tabela 12 são representados no Gráfico 6, a seguir:

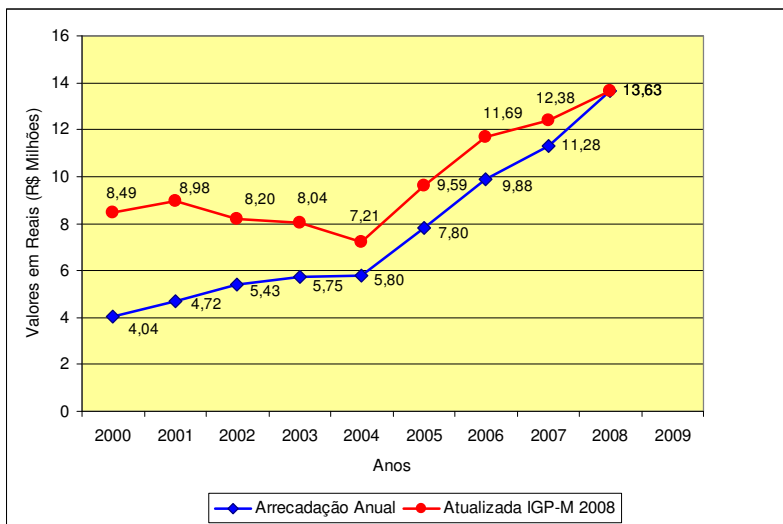


Gráfico 6 Arrecadação anual do município de Itapejara D'Oeste

Fonte: Prefeitura Municipal de Itapejara D'Oeste, 2009.

Com relação às empresas prestadoras de serviços do município de Itapejara D'Oeste, os dados obtidos permitem realizar comparação antes e depois da instalação do Frigorífico Anhambi, ou seja, no ano de 2000 e em 2008, conforme mostrado no Quadro 12, a seguir:

	Empresa	Emp. mesma atividade <sup>1</sup>		Funcionários <sup>1</sup>		Consumidor atual <sup>2</sup> 2008 (%)		Aumento <sup>3</sup> faturamento mensal (%)
		Antes	Depois	Antes	Depois	Rural	Urbano	
1	Posto de Gasolina	4	5	7	9	45	55	35
2	Material de Construção	2	4	5	11	30	70	45
3	Supermercados	4	4	20	25	50	50	10
4	Veterinária	2	6	3	3	80	20	-30
5	Panificadora	2	5	3	5	40	60	75
6	Mecânica	9	8	6	4	20	80	50
7	Veículos	9	7	7	6	20	80	50
8	Floricultura	1	2	2	5	20	80	50
9	Calçados	1	10*	3	5	30	70	20
10	Confecções	12	20	3	3	30	70	30
11	Alfaiataria/ Locação	1	1	4	3	80	20	15
12	Relojoaria / Ótica	1	1	3	6	40	60	25
13	Eletrodomésticos	3	5	5	16	30	70	100
14	Barbeiro	5	5	1	1	50	50	20
15	Salão de Beleza	5	4	5	8	10	90	20
16	Fisioterapia	1	3	2	2	30	70	35
17	Farmácia	3	5	4	6	35	65	40
18	Borracharia	5	5	2	2	30	70	25
19	Posto de Lavagem	3	6	2	3	30	70	50
20	Rest.-Lanch. urbana	3	10	4	5	50	50	50
21	Metalúrgica	3	9	9	11	20	80	50
22	Refrigeração	1	4	1	3	40	60	30
	Médias	3,64	5,67	4,59	6,45	36,82	63,18	38,41

Quadro 12 Comparação das Empresas Prestadoras de Serviços anteriormente e após a implantação do Frigorífico Anhambi Lojas com confecções e calçados\*

<sup>1</sup> Antes e após o ano de 2003

<sup>2</sup> Anteriormente a este período os consumidores mantinham uma incidência de 50% urbano e de 50% rural.

<sup>3</sup> Aumento no ano de 2003, influência imediata mensal.

Na seqüência o item 4.3 apresenta as comparações entre os diversos indicadores, dados e informações sobre o município de Itapejara D'Oeste com relação aos demais municípios relacionados para a análise, no período anterior a 2002 e após, até 2008.

### 4.3 Comparação entre municípios

Apresentados os dados do município de Itapejara D'Oeste com relação a diversos indicadores, ligações de energia, esgoto, água, população, frota de veículos e demais dados e informações já referidos, neste subitem são realizadas comparações entre os dados deste município e os demais municípios selecionados para o estudo.

Com o propósito de analisar possíveis evoluções populacionais nesses municípios da região no qual se localiza o município de Itapejara D'Oeste, utilizam-se critérios baseados no Censo de 2000 e de 2007. As informações constantes no Quadro 13 referem-se ao território dos municípios em análise.

Municípios	Desmembrado	Instalação	Área Terrestre (SEMA) km <sup>2</sup>	Distância à Capital (SETR) km
Itapejara D'Oeste	Francisco Beltrão e Pato Branco	14/12/1964	254,207	443,86
Barracão	Clevelândia	14/12/1952	162,804	551,70
Nova Prata do Iguaçu	Salto do Lontra	01/02/1983	351,115	514,41
Santa Isabel do Oeste	Ampére e Realeza	14/12/1964	322,217	517,71
São João	Chopinzinho	15/11/1961	389,041	417,81
São Jorge do Oeste	São João	23/11/1963	379,252	449,32
Verê	Dois Vizinhos	26/10/1963	312,495	460,14

Quadro 13 Dados territoriais dos municípios de análise

Fonte: IPARDES, 2009.

O IDH foi analisado e comparado entre os municípios de Barracão, Nova Prata do Iguaçu, Santa Isabel do Oeste, São João, São Jorge do Oeste e Verê com o município de Itapejara D'Oeste no ano de 2000 mostrado no Gráfico 7.

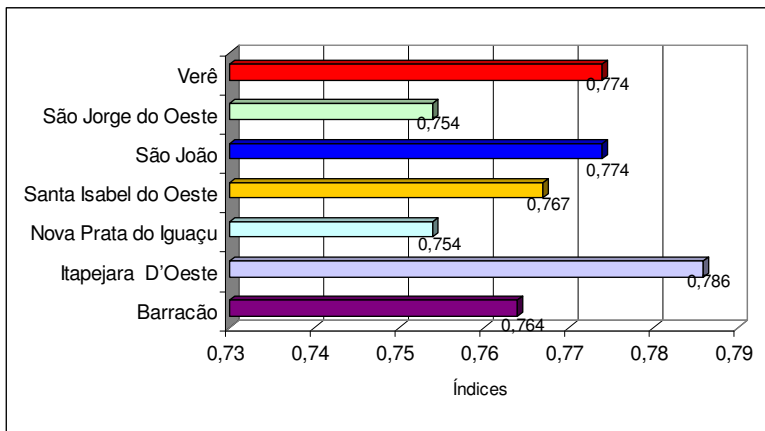


Gráfico 7 Indicadores do IDH dos municípios em análise em comparação com o município de Itapejara D'Oeste no ano de 2000  
Fonte: IBGE/PNUD, 2009.

De acordo com os dados do Gráfico 7, o IDH do município de Itapejara D'Oeste está acima dos demais índices analisados, com 0,786. Aproximam-se desse índice os municípios de Verê e de São João, com 0,774. Municípios como São Jorge do Oeste e Nova Prata do Iguaçu apresentaram em 2000 IDH de 0,754. Santa Isabel do Oeste apresentou índice de 0,767 e, Barracão, de 0,764. Em nível de Estado, o IDH do Paraná apresentou no ano de 2000, um índice de 0,787 (ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL, 2008).

Ainda, no Estado do Paraná o IDH salta de 0,804 em 2002 para 0,820 em 2005, ano de referência mais recente da pesquisa. Ocupando a sexta posição no ranking nacional, atrás dos Estados de Rio Grande do Sul (0,832), Rio de Janeiro (0,832), São Paulo (0,833), Santa Catarina (0,840) e Distrito Federal (0,874), o Paraná conquista 16 pontos na escala, sendo a melhor conquista obtida entre os primeiros colocados (IPARDES, 2008).

Observando a Classificação Nacional com relação ao número total de 5.507 municípios brasileiros (PNUD/IDH, 2000) ou considerando o Censo de 2007, que registra 5.564 municípios (IBGE, 2007), quanto ao IDH dos municípios deste estudo, a colocação de cada um é apresentada na Tabela 13, a seguir:

Tabela 13 Classificação nacional dos municípios do estudo quanto ao IDH

<i>Municípios</i>	<i>Classificação</i>
Barracão	1471
Itapejara D'Oeste	915
Nova Prata do Iguaçu	1761
Santa Isabel do Oeste	1420
São João	1251
São Jorge do Oeste	1776
Verê	1226

Fonte: PNUD, 2000.

Analisando-se os dados da Tabela 13, verifica-se que o município de Itapejara D'Oeste está colocado na classificação número 915, distanciando-se em cerca de 311 classificações do próximo colocado dentre os municípios deste estudo, Verê, com classificação de 1226 e de São João, classificado em seu IDH com 1251.

O município de Nova Prata do Iguaçu apresenta a maior classificação dentre os municípios da análise, de 1761 em seu IDH, seguido por São Jorge do Oeste, com 1776.

Estas colocações são mostradas no Gráfico 8, a seguir.

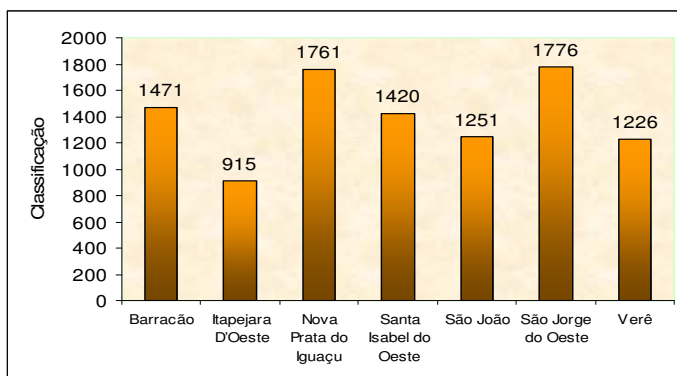


Gráfico 8 Classificação dos municípios no IDH a nível nacional

Fonte: PNUD, 2000.

Na Tabela 14, os dados do PIB *per capita* são apresentados de forma detalhada, considerando cada um dos municípios do estudo, no período delimitado de 2000 até 2006.

Tabela 14 Demonstrativo do PIB per capita dos municípios da região do estudo no período de 2000 a 2006

Grandes Regiões, Unidades da Federação e Municípios	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006 (1)	Varição % no período								
	A preços corren tes (1000 R\$)	A preços corren tes (1000 R\$)	A preços corren tes (1000 R\$)	A preços corren tes (1000 R\$)	A preços corren tes (1000 R\$)	A preços corren tes (1000 R\$)	A preços corren tes (1000 R\$)	A preços corren tes (1000 R\$)								
Barracão	31 492	3 406	31 613	3 436	40 612	4 436	50 308	5 522	56 362	6 217	61 310	6 796	59 619	6 642	89,31	95,00
Itapejara DOeste	62 774	6 846	69 158	7 532	67 193	7 307	94 628	10 276	106 223	11 518	104 225	11 286	105 435	11 401	67,96	66,53
Nova Prata do Iguaçu	54 251	5 258	57 165	5 613	53 402	5 315	74 451	7 513	78 163	7 999	70 229	7 290	74 448	7 839	37,22	49,08
Santa Izabel do Oeste	57 007	4 889	60 278	5 209	60 548	5 273	79 951	7 019	82 733	7 321	83 363	7 436	80 914	7 276	41,93	48,82
São João	61 455	5 562	65 819	6 107	81 038	7 716	115 141	11 261	28 367	12 904	109 650	11 339	108 478	11 549	76,51	107,64
São Jorge DOeste	38 464	4 162	36 726	4 023	45 034	4 995	59 806	6 719	63 912	7 274	59 222	6 829	63 188	7 384	64,27	77,41
Verê	54 105	6 273	55 501	6 560	43 920	5 296	62 742	7 723	70 896	8 911	54 887	7 049	69 634	9 140	28,70	45,70

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais, Produto Interno Bruto dos Municípios 2000-2006.

Nota: Inclui dados do Distrito Estadual de Fernando de Noronha e do Distrito Federal.

(1) Dados sujeitos a revisão, conforme o IBGE.

Analisando os dados da Tabela 14, observa-se que o PIB *per capita* do município de Itapejara D'Oeste se sobrepõe aos demais municípios nos anos de 2000 e 2001. A partir de 2002 há uma elevação de valores para o município de São João, que vai se mantendo até o ano de 2006. Em comparação com o município de Barracão o PIB *per capita* de Itapejara D'Oeste representa quase o dobro do valor, ou seja, a evolução deste índice no período considerado foi de 45,70%. Interessante destacar que a evolução no PIB *per capita* do município de Itapejara D'Oeste foi de 66,53% de 2000 a 2006, enquanto que no mesmo período o município de São João apresentou uma elevação de 107,64% neste mesmo índice. Essa evolução no PIB *per capita* pode ser explicada em razão do crescimento que a Coasul vem apresentando no município, repercutindo também nas demais atividades do município.

Ressalta-se que o município de Itapejara D'Oeste possui o maior IDH, segunda colocação no PIB *per capita*, taxa de crescimento geométrico positivo e menor taxa de pobreza comparativamente a seus vizinhos, para o ano de 2000.

Quanto ao PIB *per capita* dos demais municípios do estudo, o município de Barracão obteve evolução no índice referente ao período analisado de 95,00%, valor que se aproxima mais do percentual apresentado pelo município de São João.

Ainda, importante referenciar a evolução do município de São Jorge do Oeste, de 77,41%. Com percentuais menores e aproximados, os municípios de Santa Izabel do Oeste e Nova Prata do Iguaçu cresceram em PIB *per capita* 48,82% e 49,08%, respectivamente. Por último se classifica o município de Verê, registrando uma evolução no PIB *per capita* do período de 2000 a 2006, de 46,70%.

Com respeito ao IDEB<sup>8</sup>, na Tabela 15 é feita a comparação entre os índices do município de Itapejara D'Oeste e demais municípios desta análise:

---

<sup>8</sup> O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) foi criado pelo Inep em 2007 e representa a iniciativa pioneira de reunir num só indicador dois conceitos igualmente importantes para a qualidade da educação: fluxo escolar e médias de desempenho nas avaliações. Ele agrega ao enfoque pedagógico dos resultados das avaliações em larga escala do Inep a possibilidade de resultados sintéticos, facilmente assimiláveis, e que permitem traçar metas de qualidade educacional para os sistemas. O indicador é calculado a partir dos dados sobre aprovação escolar, obtidos no Censo Escolar, e médias de desempenho nas avaliações do Inep, o Saeb – para as unidades da federação e para o país, e a Prova Brasil – para os municípios. O novo indicador utilizou na primeira medição dados que foram levantados em 2005. Dois anos mais tarde, em 2007, ficou provado que unir o país em torno da educação pode trazer resultados efetivos (BRASIL, 2009a).

Tabela 15 IDEBs observados em 2005, 2007 e metas

<i>Ensino Fundamental/ Anos Iniciais</i>	<i>IDEB Observado</i>		<i>Metas Projetadas</i>							
	2005	2007	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
Itapejara D'Oeste	5,0	4,7	5,1	5,4	5,8	6,0	6,3	6,5	6,7	6,9
Barracão	4,3	5,4	4,4	4,7	5,1	5,4	5,7	5,9	6,2	6,4
Nova Prata do Iguaçu	4,5	5,4	4,6	4,9	5,3	5,6	5,8	6,1	6,3	6,6
Santa Isabel do Oeste	5,1	4,8	5,2	5,5	5,8	6,1	6,3	6,6	6,8	7,0
São João	4,9	5,5	5,0	5,3	5,7	5,9	6,2	6,4	6,6	6,9
São Jorge D'Oeste	5,1	5,2	5,1	5,4	5,8	6,0	6,3	6,5	6,7	7,0
Verê	4,9	5,1	4,9	5,3	5,6	5,9	6,1	6,4	6,6	6,8

Fonte: Prova Brasil e Censo Escolar, 2008.

Analisando-se os resultados da Tabela 15, observa-se que o IDEB do município de Itapejara D'Oeste, de 5,0 em 2005, e de 4,7 em 2007, ultrapassa as médias nacionais e projeções para o Brasil, observadas em 3,8 em 2005 e em 4,2 em 2007, com metas de 3,9 para 2007 e de 6,0 para 2021 (PROVA BRASIL e CENSO ESCOLAR, 2008).

O índice de Gini foi criado pelo matemático italiano Conrado Gini; trata-se de um instrumento para medir o grau de concentração de renda em determinado grupo. Aponta a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos. Numericamente, varia de zero a um, ou pode apresentar-se de zero a cem.

O valor zero representa a situação de igualdade, ou seja, todos têm a mesma renda. O valor um (ou cem) está no extremo oposto, isto é, uma só pessoa detém toda a riqueza. Na prática, o índice de Gini compara os 20% mais pobres com os 20% mais ricos.

Dados do IBGE (2007) indicam que em 2004, o Gini nacional foi de 0,547; em 2005, o Gini foi de 0,543; em 2006, de 0,540, e, em 2007, de 0,528. No Estado do Paraná, o Gini foi de 0,590 no ano de 2000, ficando o Estado no 11º lugar no ranking nacional e, em 2006, o Gini de 0,515 deixou o Paraná no 10º no ranking nacional.

Para o ano de 2000, o município de Itapejara D'Oeste apresentou índice de Gini de 0,540. Para o ano de 2003, verifica-se queda significativa nos índices Gini de todos os municípios, mantendo-se a



maioria em 0,38. Os índices de Gini correspondentes a todos os municípios da região do estudo constam no Gráfico 9.

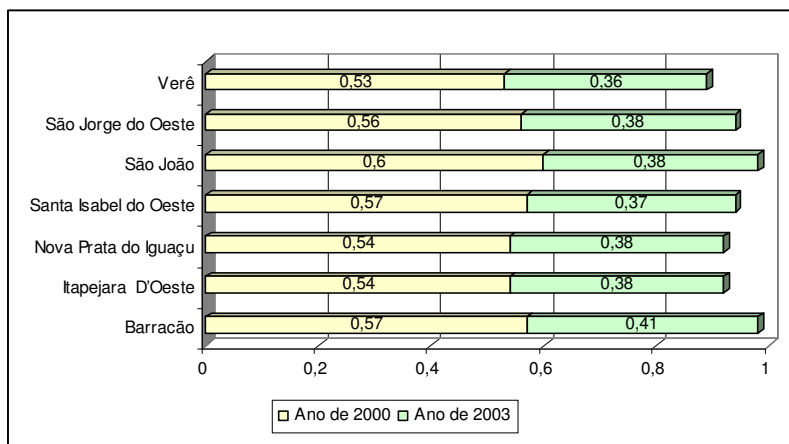


Gráfico 9 Indicadores do Índice de Gini dos municípios em análise em comparação com o município de Itapejara D'Oeste para o ano de 2000 e de 2003

Fonte: IPARDES, 2008.

A população dos municípios de Barracão, Nova Prata do Iguaçu, Santa Isabel do Oeste, São João, São Jorge do Oeste e Verê foi também comparada com o município de Itapejara D'Oeste no período de 2000 e 2007, conforme o Quadro 14.

Municípios/Períodos	2000	2007	Crescimento	%
Barracão	9271	9027	-244	-2,63
Itapejara do Oeste	9162	10537	1375	15,01
Nova Prata do Iguaçu	10397	10465	68	0,65
Santa Isabel do Oeste	11711	11523	-188	-1,61
São João	11207	10902	-305	-2,72
São Jorge do Oeste	9307	8979	-328	-3,52
Verê	8721	8002	-719	-8,24

Quadro 14 Indicadores da população dos municípios em análise

Fonte: IBGE, 2008.

O Gráfico 10, a seguir, mostra o crescimento populacional da região do estudo no período de 2000 a 2007, em número de habitantes:

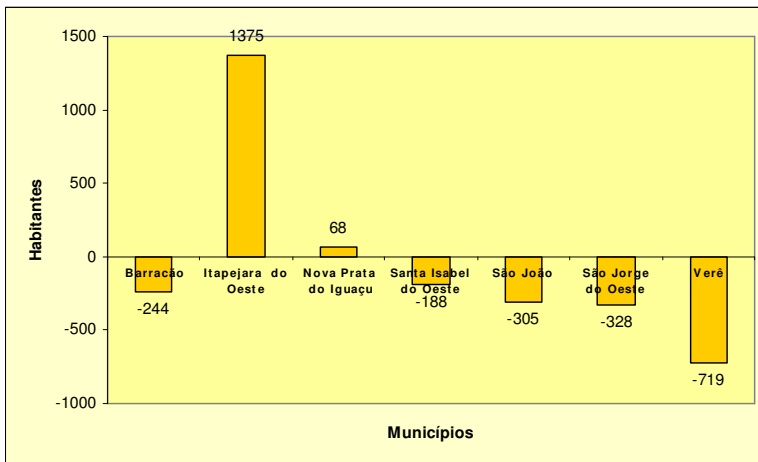


Gráfico 10 Crescimento populacional da região do estudo no período de 2000 a 2007 em número de habitantes

Na seqüência, o Gráfico 11 mostra os percentuais de crescimento da mesma população e mesmo período analisado.

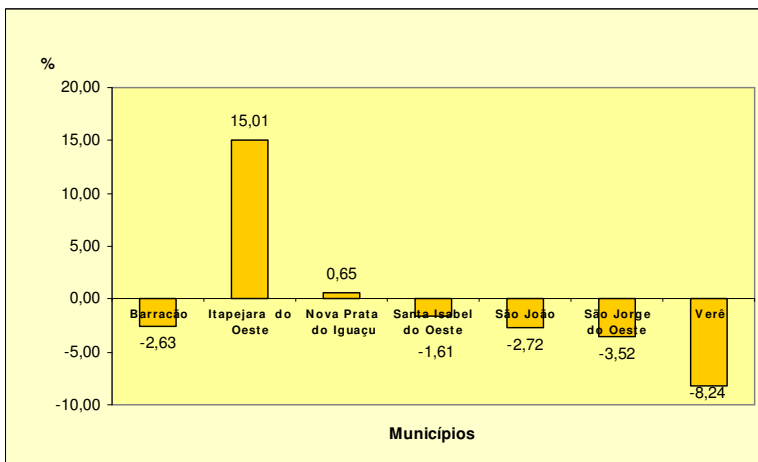


Gráfico 11 População da região do estudo no período de 2000 a 2007 em percentual de crescimento

Analisando-se os resultados quanto ao crescimento populacional é evidente a evolução no número de habitantes do município de Itapejara D'Oeste com relação aos demais municípios no período de 2000 e de 2007, com um aumento real de 15,01%, em detrimento de significativos decréscimos apresentados por cinco outros municípios.

Continuando, foram analisados os números de domicílios dos municípios considerados, no ano de 2000 comparativamente ao ano de 2007, conforme dados do IBGE, mostrados na Tabela 16.

Tabela 16 Número de domicílios permanentes nos municípios de análise

Anos	2000						2007					
	Domicílios			Média Morador/ Domicílio			Domicílios			Média Morador/ Domicílio		
	Total	Urb.	Rural	Total	Urb.	Rural	Total	Urb.	Rural	Total	Urb.	Rural
Barracão	2 507	1 668	839	3,69	3,48	4,10	2706	1952	754	3,33	3,24	3,55
Itapejara D'Oeste	2 541	1 413	1 128	3,60	3,51	3,72	3184	2002	1182	3,29	3,27	3,33
Nova Prata do Iguaçú	2 795	1 494	1 301	3,67	3,49	3,88	3023	1747	1276	3,41	3,34	3,50
Santa I. do Oeste	3 132	1 583	1 549	3,69	3,52	3,86	3470	1994	1476	3,28	3,16	3,43
São João	3 120	1 668	1 452	3,59	3,46	3,73	3275	1950	1325	3,31	3,24	3,40
São Jorge do Oeste	2 551	1 294	1 257	3,62	3,45	3,80	2772	1522	1250	3,23	3,17	3,31
Verê	2 288	852	1 436	3,77	3,54	3,92	2376	997	1379	3,35	3,21	3,46

Fonte: IBGE 2009, Contagem da População 2007.

Nota: Inclusive os domicílios fechados, os domicílios provenientes de setores censitários cujos arquivos foram danificados e a estimativa de suas populações.

Verifica-se que o município de Itapejara D'Oeste apresenta maior número de domicílios na zona urbana, tendo uma ocupação média de 3,29 moradores por domicílio. Observa-se que nos demais municípios do estudo os índices de ocupação são similares aos do município em análise.

Analisando os dados do município de Itapejara D'Oeste, verifica-se aumento no número de domicílios total de 2000 a 2007, passando de 2.541 a 3.184. O aumento médio no número de domicílios nos municípios comparados foi de 205 domicílios no período; Itapejara D'Oeste se destacou com um aumento de 643 domicílios no mesmo período.

A média de morador, no entanto, apresenta queda, baixando de 3,60 em 2000 para os 3,29 já referidos em 2007, confirmando queda em todos os municípios quanto a esse critério de análise naquele ano. Os dados médios dessa ocupação por domicílio são apresentados no Gráfico 12.

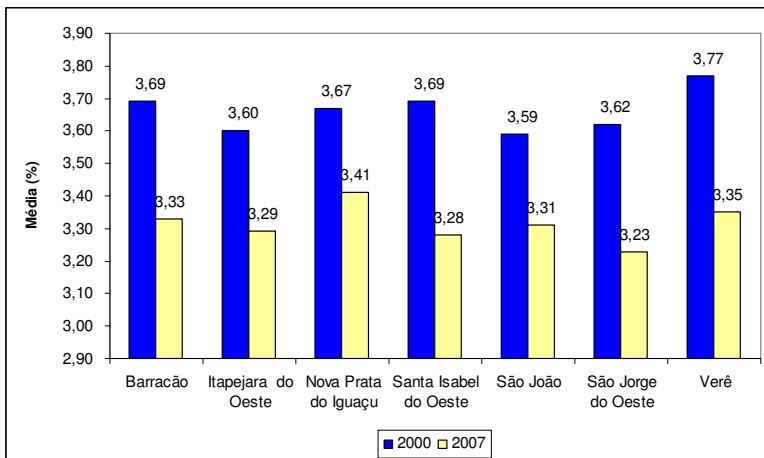


Gráfico 12 Média de moradores por domicílio nos municípios do estado

Os dados relativos aos domicílios permanentes são apresentados no Gráfico 13:

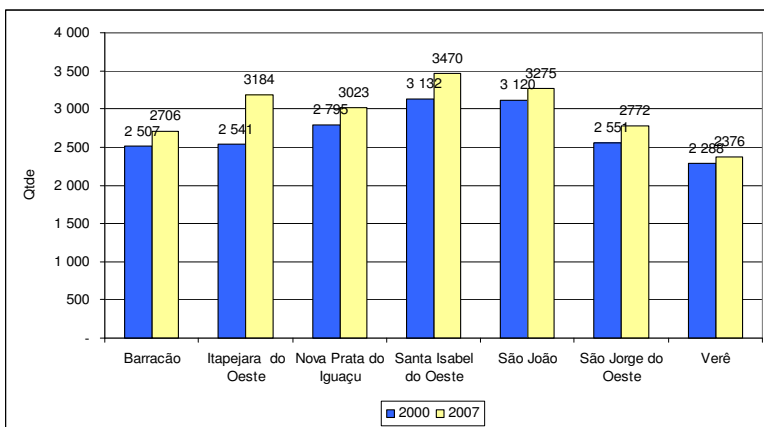


Gráfico 13 Número de domicílios permanentes nos municípios do estado

Seguem-se os dados sobre o grau de urbanização referente ao ano de 2000 e ao ano de 2007, considerando os mesmos municípios da região do estudo, mostrados na Tabela 17.

Tabela 17 Grau de urbanização dos municípios da região do estudo no ano de 2000 e ano de 2007 em %

<i>Municípios</i>	<i>2000</i>	<i>2007</i>
Barracão	62,83%	70,3%
Itapejara D'Oeste	54,15%	62,3%
Nova Prata do Iguçu	51,08%	56,9%
Santa Isabel do Oeste	48,63%	55,5%
São João	51,65%	58,5%
São Jorge do Oeste	48,47%	53,7%
Verê	34,73%	40,1%

Fonte: IPARDES, 2009; Brasil, 2009b.

Estes indicadores são apresentados para melhor visualização, no Gráfico 14:

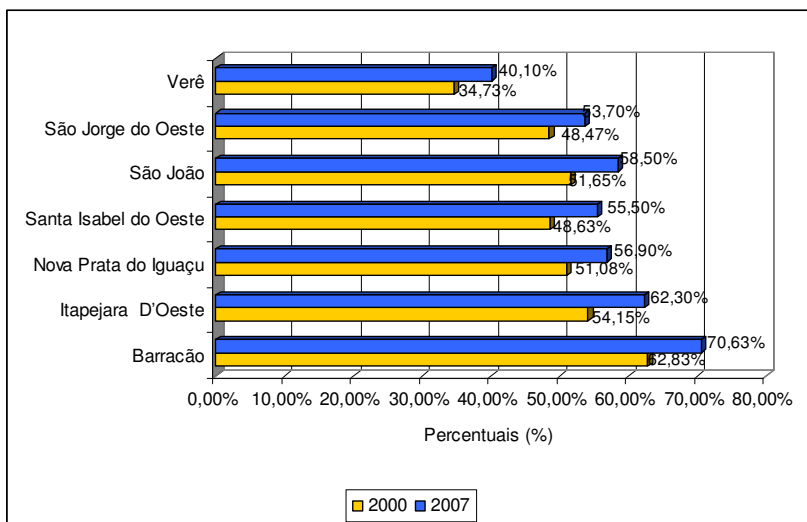


Gráfico 14 Grau de urbanização dos municípios da região do estudo no ano de 2000 e de 2007

Fonte: IPARDES, 2009.

Observando os índices de urbanização do Gráfico 14, verifica-se que o município de Barracão apresenta um índice de 62,83%, acima do índice de 54,15% apresentado pelo município de Itapejara D'Oeste e do índice de 51,65% apresentado pelo município de São João, para o ano de 2000.

Em 2007 verifica-se elevação na urbanização de todos os municípios, com ênfase para o município de Barracão que, juntamente com Itapejara D'Oeste obteve um aumento percentual de cerca de 8 pontos percentuais.

O município de Verê se destaca pela produção agrícola fato que confirma os índices mais baixos de urbanização, saindo de 34,73% em 2000 para 40,10% em 2007, aumento de 5,37%.

O município de Barracão se localiza em região de fronteira internacional, Argentina, com ênfase nas atividades de comércio, o que explica o maior número de moradores na região urbana.

Com relação à condição social, foram investigados os números da taxa de pobreza da população desses mesmos municípios, como mostra a Tabela 18, disponibilizados os dados dos anos de 2000 e de 2003.

Tabela 18 Demonstrativo da taxa de pobreza dos municípios da região do estudo referente aos anos de 2000 e de 2003

<i>Municípios - Ano de 2000</i>	<i>% 2000</i>	<i>% 2003</i>
Barracão	27,69	38.81
Itapejara D'Oeste	25,62	36.33
Nova Prata do Iguazu	28,97	35.15
Santa Isabel do Oeste	30,48	36.99
São João	28,39	33.53
São Jorge do Oeste	28,16	35.99
Verê	27,31	34.12
Fonte:	IBGE/IPARDES, 2008	IBGE/Cidades, 2003

Estes indicadores da taxa de pobreza são apresentados no Gráfico 15.

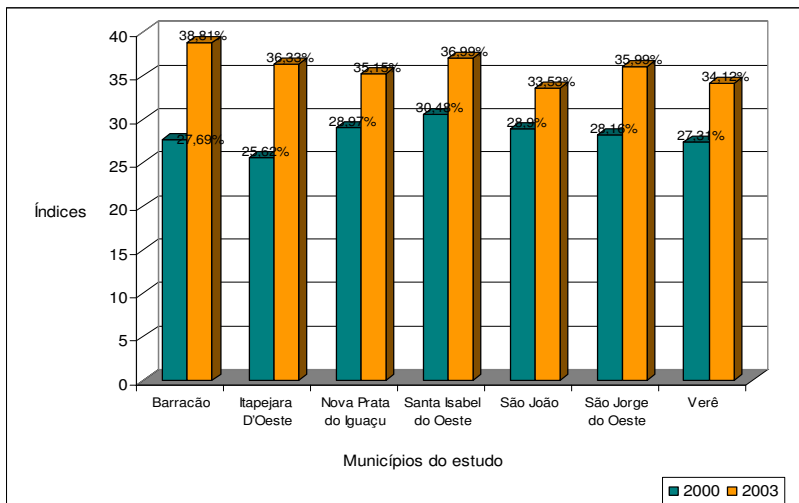


Gráfico 15 Índices da taxa de pobreza considerando os anos de 2000 e de 2003 nos municípios do estado

Fonte: IBGE/IPARDES, 2008.

Considerando os resultados, verifica-se que o município de Itapejara D'Oeste apresentou um dos menores índices de pessoas em situação de pobreza, com 25,62% no ano de 2000.

São João apresentou em 2003 um índice de 33,53%, o menor dentre os demais municípios. Santa Isabel do Oeste apresentou um índice de 30,48% em 2000 e de 36,33% em 2003, o que significa que esta parcela da população pode possuir uma renda familiar *per capita* de até 1/2 salário mínimo mensais. O maior índice de pobreza observado em 2003 é no município de Barracão, com 38,81%.

Alguns indicadores dos municípios da região do estudo são mostrados no Quadro 15.

Na seqüência, outros dados são apresentados em quadros, destacando-se o município de Itapejara D'Oeste para evidenciar a comparação, tendo o ano de 2003 como interstício em razão da evolução ocorrida no Frigorífico Anhambí, conforme já mencionado.

Dados do estudo de caso revelaram que no ano de 2002 o abate diário somava 2.000 frangos; no início de 2003 este número se elevou para 15.000 frangos/dia. No ano de 2005 foi construído o refeitório da empresa e, no ano de 2006 foi construída a fábrica de embutidos (mortadela, salsicha, lingüiça, espetinhos, peito e coxa).

Muni cípios	Densi dade Demo gráfica	IDH-M	PIB Per Capita	Gini		Grau de Urbani zação	Taxa de Cresc. Geomé trico	Taxa de Pobreza	
Barracão	55,45	0,764	6.718	0,57	0,41	62,83	-0,70	27,69	39
Itapejara do Oeste	41,45	0,786	11.152	0,54	0,38	54,15	0,14	25,62	36
Nova Prata do Iguaçu	29,77	0,754	7.207	0,54	0,38	51,08	-1,23	28,97	35
Santa Isabel do Oeste	35,49	0,767	7.286	0,57	0,37	48,63	-0,74	30,48	37
São João	28,02	0,774	11.175	0,6	0,38	51,65	-2,20	28,39	34
São Jorge do Oeste	23,68	0,754	6.792	0,56	0,38	48,47	-1,15	28,16	36
Verê	25,61	0,774	6.882	0,53	0,36	34,73	-1,75	27,31	34
Fontes	IPARDES 2007	PNUDIPE A/FJP 2000	IBGE/ IPARDES 2005	IBGE 2000	IBGE 2003	IBGE 2000	IBGE 2000	IBGE/ IPARDES 2000	IBGE/ Cida des 2003

Quadro 15 Indicadores dos municípios de estudo

Apresentam-se os dados dos municípios de Barracão, Nova Prata do Iguaçu, Santa Isabel do Oeste, São João, São Jorge do Oeste e Verê em comparação com o município de Itapejara D'Oeste com relação a ligações de água no período de 2000 a 2008, mostrado no Quadro 16.

Municípios/Períodos	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Barracão								1.901 <sup>a</sup>	2.150 <sup>a</sup>
Itapejara D'Oeste	1.584	1.652	1.717	1.830	1.929	2.020	2.149	2.286	2.420
Nova Prata do Iguaçu	1.587	1.631	1.633	1.713	1.758	1.822	1.906	2.000	2.062
Santa Isabel do Oeste	1.677	1.676	1.738	1.755	1.825	1.899	1.993	2.125	2.207
São João	1.466	1.440	1.503	1.543	1.596	1.627	1.696	1.803	1.894
São Jorge do Oeste	-	-	-	-	1.220	1.283	1.354	1.399	1.502
Verê	-	-	-	-	922	938	1.005	1.037	1.081

Quadro 16 Indicadores das ligações de água (economias) nos municípios em análise em comparação com o município de Itapejara D'Oeste

Fonte: Sanepar, 2009. <sup>a</sup>Casan, 2009.



Verifica-se que, a partir do ano de 2000 a evolução nas ligações de água do município de Itapejara D'Oeste manteve-se constante, mostrando maior incidência a partir do ano de 2003. Comparativamente ao ano de 2000, o número de ligações de água apresenta um aumento de 52,78% no ano de 2008.

Com relação à Nova Prata do Iguaçu, o aumento proporcional de 2000 a 2008 foi correspondente a 29,93%; demais aumentos, considerados os dados do Quadro 15, apresentam percentuais de 29,19% e 31,60% para São João e Santa Isabel do Oeste, respectivamente.

Os municípios de São Jorge do Oeste e Verê são analisados em seus dados a partir do ano de 2004, com aumento percentual em relação ao ano de 2008, de 23,12% e de 17,25%, respectivamente.

Quanto ao município de Barracão, por estar localizado na divisa do Estado do Paraná com o Estado de Santa Catarina, recebe a prestação de serviços de água e saneamento da Casan, empresa do Estado vizinho, que não forneceu os dados solicitados para este estudo.

No que se refere às ligações de energia, o Quadro 17 a seguir apresenta o comparativo dos municípios de Barracão, Nova Prata do Iguaçu, Santa Isabel do Oeste, São João, São Jorge do Oeste e Verê com relação ao município de Itapejara D'Oeste, no período de 2000 a 2008.

<b>Municípios/Períodos</b>	<b>2000</b>	<b>2001</b>	<b>2002</b>	<b>2003</b>	<b>2004</b>	<b>2005</b>	<b>2006</b>	<b>2007</b>	<b>2008</b>
Barracão	2.635	2.786	2.869	2.918	2.964	3.029	3.137	3.201	3.304
Itapejara D'Oeste	2.450	2.551	2.626	2.731	2.850	2.953	3.045	3.227	3.399
Nova Prata do Iguaçu	2.995	2.988	3.045	3.128	3.218	3.270	3.275	3.319	3.377
Santa Isabel do Oeste	3.037	3.058	3.086	3.123	3.166	3.239	3.287	3.423	3.539
São João	3.133	3.180	3.193	3.229	3.271	3.288	3.344	3.405	3.486
São Jorge do Oeste	2.841	2.889	2.944	3.042	3.076	3.176	3.214	3.263	3.380
Verê	2.245	2.299	2.359	2.400	2.438	2.459	2.481	2.575	2.623

Quadro 17 Indicadores das ligações de energia nos municípios em análise em comparação com o município de Itapejara D'Oeste

Fonte: Copel, 2009.

As ligações de energia no período considerado apresentam maiores índices de evolução no município de Itapejara D'Oeste, com aumento de 38,73% no ano de 2008 em comparação com o total de 2000.

Segue-se, em proporção, o município de Barracão, com elevação de 25,38% considerando os mesmos períodos de análise. Santa Isabel do Oeste teve elevação nos índices de ligações de energia elétrica de 2000 a 2008, de 16,53%; Nova Prata do Iguaçu teve aumento de 12,75%.

O município de Verê registrou aumento de 16,84% e São Jorge do Oeste apresentou elevação de 18,97% nas ligações de energia elétrica, no período. A menor evolução dos municípios em estudo, pertence ao município de São João, com 11,27%.

A frota de veículos dos municípios de Barracão, Nova Prata do Iguaçu, Santa Isabel do Oeste, São João, São Jorge do Oeste e Verê com relação ao município de Itapejara do Oeste, no período de 2000 a 2008 também foram comparados quanto ao acréscimo no número de veículos e apresentam-se no Quadro 18 a seguir.

Municípios/Períodos	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Barracão	2.761	2.972	3.112	3.279	3.543	3.749	3.939	4.259	4.605
Itapejara D'Oeste	1.611	1.825	2.094	2.450	2.746	3.089	3.248	3.593	3.932
Nova Prata do Iguaçu	1.843	1.913	2.049	2.311	2.646	2.869	2.995	3.255	3.582
Santa Isabel do Oeste	1.671	1.841	2.021	2.286	2.520	2.681	2.904	3.272	3.652
São João	2.233	2.384	2.588	2.914	3.147	3.208	3.325	3.563	6.841
São Jorge do Oeste	1.502	1.595	1.815	2.046	2.288	2.492	2.667	2.892	3.166
Verê	1.261	1.363	1.562	1.802	1.978	2.146	2.265	2.545	2.795

Quadro 18 Indicadores da frota de veículos nos municípios em análise em comparação com o município de Itapejara D'Oeste

Fonte: DETRAN PR, 2009.

Comparativamente ao ano de 2000, observa-se uma elevação significativa no aumento do número de veículos no município de Itapejara D'Oeste em 2008, representando um acréscimo de 2.321 veículos. Desde o ano de 2003 até o ano de 2008 o aumento é de 1.482 veículos. Aproximam-se desses índices de crescimento, os municípios de Verê, com aumento de 1.284 veículos; de São Jorge do Oeste, com 1.664 veículos; e de Santa Isabel do Oeste, com 1.981 veículos na frota.

Interessante destacar o crescimento de 4.608 veículos na frota do município, no período analisado de 2000 a 2008, para o município de São João, passando de 2.233 para 6.841 veículos. O município de Nova Prata do Iguaçu, que recebe *royalties* da Usina de Salto Caxias desde 1999 observa um aumento no número de veículos de 1.739 veículos no

período. Para o município de Barracão o aumento na frota de veículos foi correspondente a 1.844 veículos incorporados.

Acredita-se que o crescimento na frota de veículos decorre das ofertas de financiamento a longo prazo pelas revendas de veículos e instituições financeiras, bem como de resultados de geração de renda com a contratação de pessoas pelo Frigorífico Anhambi.

Considerando a flutuação no emprego, dados da CAGED revelam a condição de admitidos e desligados no período de análise de 2000 a 2008 no Quadro 19.

Municípios	Admissões	Desligamentos	Variação	Empregos formais Jan 09	Estabelecimentos Jan.09	Empregos por estabelecimento	Variação média por estabelecimento
Barracão	2.985	2.900	85	1.160	637	1,821	0,133
<b>Itapejara D'Oeste</b>	<b>4.652</b>	<b>3.669</b>	<b>983</b>	<b>1.595</b>	<b>588</b>	<b>2,713</b>	<b>1,672</b>
Nova Prata do Iguaçu	2.716	2.191	525	911	572	1,592	0,918
Santa Isabel do Oeste	3.392	2.661	731	1.123	477	2,354	1,532
São João	3.769	3.097	672	1.066	541	1,970	1,242
São Jorge do Oeste	3.112	2.631	481	1.031	513	2,009	0,938
Verê	1.522	1.207	315	610	440	1,386	0,716

Quadro 19 Demonstrativo de empregos nos municípios da região do estudo no período de 2000 a 2008

Fonte: CAGED, 2009.

Analisando-se os resultados do Quadro 19 verifica-se que as admissões no município de Itapejara D'Oeste representam o maior número com relação aos demais municípios, ainda que considerando um número de estabelecimentos menor do que no município de Barracão.

Verifica-se que o município de Itapejara D'Oeste apresentou uma variação média de contratação de 1,672 empregados para cada estabelecimento no período considerado. Quanto aos dados de desligamentos o número é igualmente relevante, parecendo supor que haja uma transição de trabalhadores de uma para outra empresa, porque os empregos formais em janeiro de 2009 apresentam 1.595 empregos.

Também no município de São João foi observada uma variação positiva na taxa de contratações, considerando os dados de empregos formais em janeiro de 2009, apresentando uma média de 1,532 admissões por estabelecimento.

O município de Barracão, Paraná, apresentou uma variação positiva com relação às admissões e desligamentos, de 85 contratações; o número de empregos formais em janeiro de 2009 apresenta uma média de 1,82 admissões por estabelecimentos.

Situação similar é verificada em outros municípios de análise: em Verê, os desligamentos somam 1.207 com uma variação positiva de admissões de 315, ou seja, em torno de 26,10% de empregados.

A variação média de contratações por estabelecimentos é mostrada no Gráfico 16.

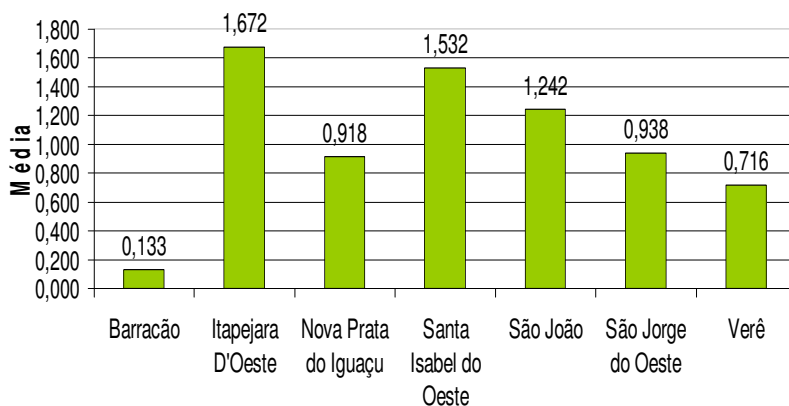


Gráfico 16 Variação média de contratações por estabelecimento nos municípios da região do estudo no período de 2000 a 2008

Fonte: CAGED, 2009.

Com os dados referentes à admissão, elaborou-se o Gráfico 17.

Segundo os resultados do Gráfico 17, o município de Itapejara D'Oeste apresentou uma variação no número de empregos de cerca de 983 no período de 2000 a 2008.

Segue-lhe o município de Santa Isabel do Oeste com variação de 731 empregos e de São João, com 672 empregos criados. Este município possui a Cooperativa Agropecuária Sudoeste (Coasul), fonte empregadora de mão-de-obra.

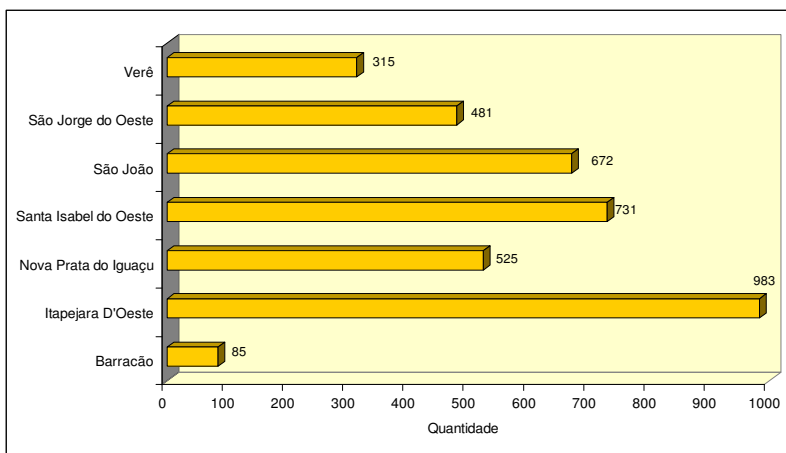


Gráfico 17 Demonstrativo de admissões nos municípios da região do estado de 2000 a 2008

Fonte: CAGED, 2009

No que se refere às receitas líquidas atuais dos municípios de Barracão, Nova Prata do Iguaçu, Santa Isabel do Oeste, São João, São Jorge do Oeste e Verê também foi realizada a comparação com o município de Itapejara D'Oeste, no período de 2000 a 2008. O Quadro 20 contém a comparação destes municípios.

Observa-se que as receitas líquidas anuais dos municípios evoluem gradativamente ao longo do período de 2000 a 2008, porém, no município de Itapejara D'Oeste esta evolução é significativa, especialmente nos anos de 2005 em diante, ainda que o ano de análise seja de 2003. De 2004 a 2005, as receitas líquidas passam de R\$ 5.799.789,63 para R\$ 7.803.358,96, representando um aumento de R\$ 2.003.569,33, ou seja, 34,55%. No ano de 2004 o Frigorífico Anhambi sai do período de carência de três anos concedido pelo governo municipal, para o pagamento de impostos municipais. De 2005 a 2006 o aumento é de R\$ 2.080.887,74, representando 26,67%.

Ainda, com relação ao aumento das receitas líquidas de 2007, em comparação a 2006, os dados registram o total de R\$ 1.393.870,69, ou cerca de 14,10% de aumento.

Municípios/ Períodos	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Barraão	4.357.348,91	4.946.016,37	6.077.348,23	5.890.670,10	5.997.000,00	6.705.529,37	6.896.030,22	7.305.339,70	8.717.185,05
Itapejara do Oeste	4.039.594,42	4.718.360,36	5.425.984,22	5.750.643,73	5.799.789,63	7.803.358,96	9.884.246,70	11.278.117,39	13.627.001,63
Nova Prata do Iguaçu	4.565.129,06	5.812.784,13	6.728.000,00	8.101.000,00	9.643.000,00	10.184.000,00	10.259.642,33	9.059.173,98 <sup>C</sup>	13.568.536,66 <sup>C</sup>
Santa Isabel do Oeste	5.661.580,06	6.134.438,90	7.836.401,36	7.042.984,38	8.615.804,03	10.133.319,73	10.803.841,08	12.416.824,09	16.099.988,30 <sup>D</sup>
São João	6.485.120,35	5.879.794,06	7.270.850,86	7.637.203,22	8.988.210,92	9.434.036,28	8.943.880,01	9.581.277,06	12.587.150,95
São Jorge do Oeste	7.041.370,77	7.476.317,04	9.394.658,78	9.848.001,65	10.184.000,00	10.519.000,00	10.484.273,94	11.638.011,03	13.502.357,94
Verê	4.235.985,83	4.330.152,10	5.387.668,54	5.621.635,38	6.277.317,09	6.550.571,91	7.104.423,32	7.354.848,53	8.745.254,72

Quadro 20 Receitas líquidas anuais correntes dos municípios em análise, em reais

Fonte: Prefeituras Municipais, 2008.

<sup>A</sup> Recebe *royalties* da Usina de Salto Caxias desde 1999.

<sup>B</sup> Recebe *royalties* da Usina Salto Osório desde 1976.

<sup>C</sup> Devido estiagem 2007 e 2008 aumento de Unidade Fiscal Padrão do Município (UFPM) devido Censo\*

<sup>D</sup> Devido convênio com PAC

Por fim, o ano de 2008 contemplou um aumento nas receitas líquidas anuais correntes de R\$ 2.348.884,24, de cerca de 20,83%. Analisando os resultados de 2008 com relação ao ano base de 2000, o município de Itapejara D'Oeste obteve uma evolução de 237,34%.

A arrecadação de Itapejara D'Oeste, pode ser comparada ao município de Santa Isabel do Oeste, que possui cerca de 70 a 80% de terras cultiváveis, conforme referido anteriormente, com área de 322.217km<sup>2</sup>, maior que o município de Itapejara D'Oeste, que se apresenta com 254,20km<sup>2</sup>. Santa Isabel do Oeste apresentou, considerando as mesmas variáveis, uma evolução de 184,37% em suas receitas líquidas anuais, tendo por base os anos de 2000 e 2008, sendo o índice que mais se aproxima do município do estudo.

No município de Nova Prata do Iguaçu verifica-se um decréscimo na arrecadação no ano de 2007 com relação ao ano de 2006, de cerca de 1,2 milhões de reais, cerca de 13,25%; entretanto, há um aumento considerável de R\$ 4.567.827,65 no ano de 2008 em relação ao ano de 2007. Essas variações ocorrem em virtude do comportamento e ação do clima na produção agrícola, fator econômico muito forte no município. No ano de 2007 a produção agrícola foi afetada por significativa estiagem.

Pequeno decréscimo também é observado no município de São João, do ano de 2005 para 2006, de 490 mil reais; mesmo em 2007, o total das receitas líquidas anuais não repõe essa perda de 2006, pois avança cerca de 147 mil reais além do total de 2005. O crescimento da arrecadação de 2008 comparativamente a 2000 é de 197,22%.

No Gráfico 18, a seguir, é mostrada a evolução das receitas líquidas anuais de todos os municípios do estudo, no período de 2000 a 2008, em reais.

A evolução da receita líquida anual no município de Itapejara D'Oeste é apresentada nos Gráficos 19 e 20, a seguir, correspondendo, respectivamente, à análise percentual e valores em reais, no período considerado de 2000 a 2008.

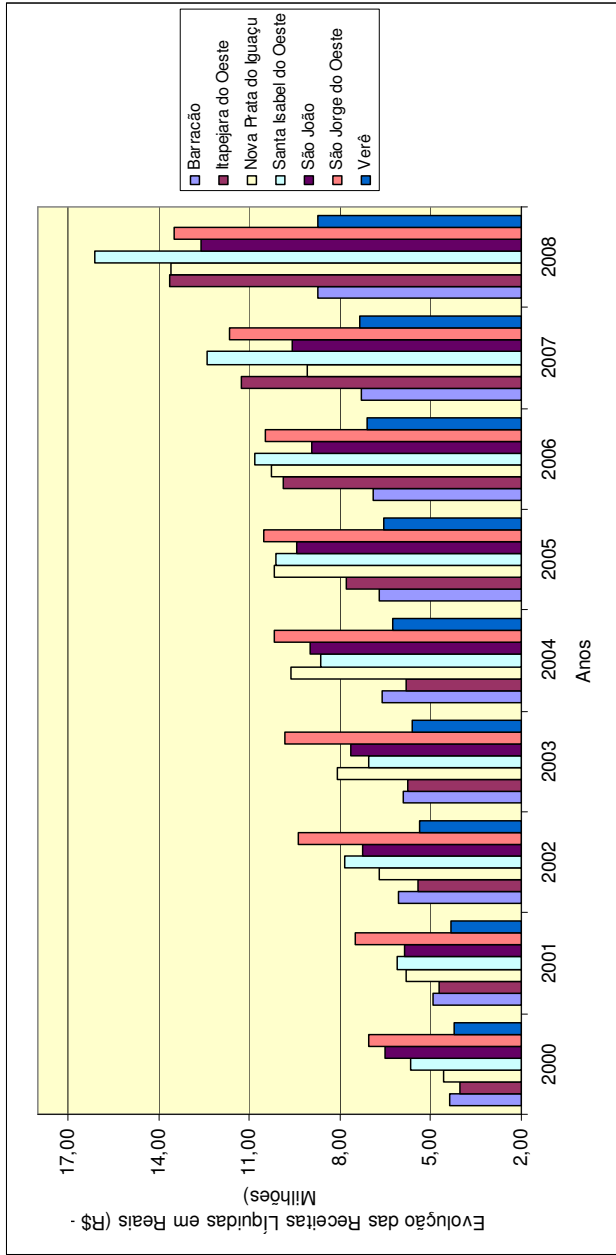


Gráfico 18 Evolução da receitas líquidas anuais dos municípios do estudo no período de 2000 a 2008, em reais  
 Fonte: Prefeitura Municipal de Itapejara D'Oeste, 2009.



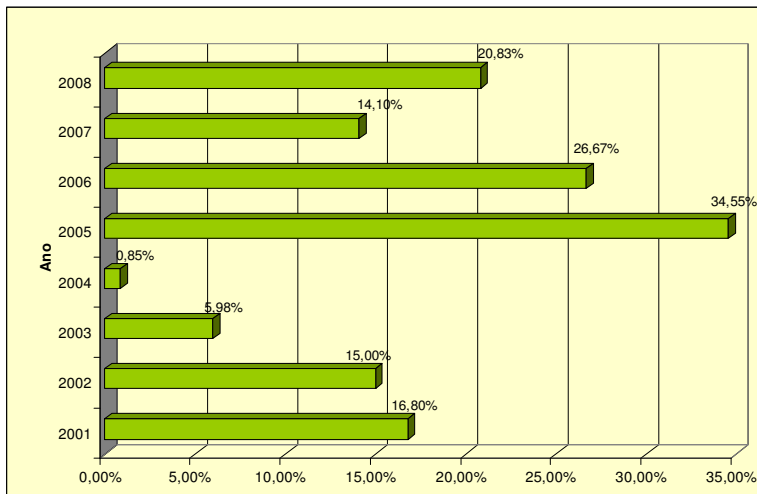


Gráfico 19 Análise percentual evolução da receita líquida anual no município de Itapejara D'Oeste de 2000 a 2008 (base: ano anterior)

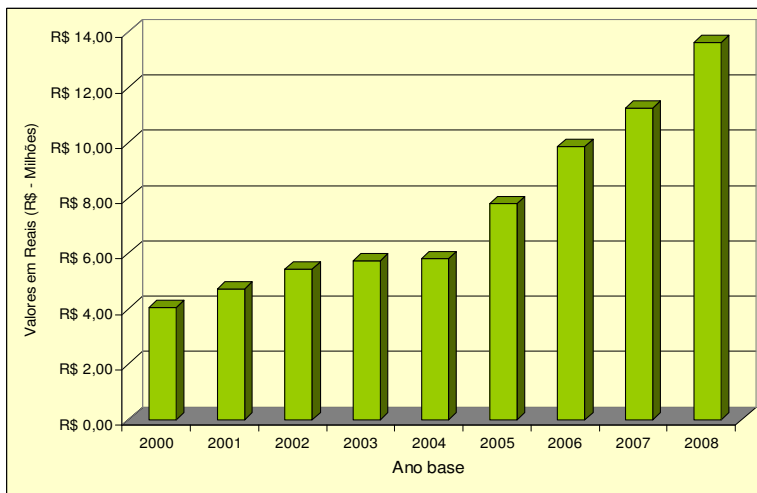


Gráfico 20 Evolução da receita líquida anual no município de Itapejara D'Oeste de 2000 a 2008, valores em reais

No Quadro 21, a seguir, é apresentada a receita líquida anual dos municípios da região do estudo, com os respectivos índices correspondentes à evolução no período considerado de 2000 a 2008.

Município \ Ano	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Barracão	4.357.348,91	4.946.016,37	6.077.348,23	5.890.670,10	6.6624.000,00	6.705.529,37	6.896.030,22	7.305.339,70	8.717.185,05
Variação % anual		13,51%	22,87%	-3,07%	12,45%	1,23%	2,84%	5,94%	19,33%
Itapejara do Oeste	4.039.594,42	4.718.360,36	5.425.984,22	5.750.643,73	5.799.789,63	7.803.358,96	9.884.246,70	11.278.117,39	13.627.001,63
Variação % anual		16,80%	15,00%	5,98%	0,85%	34,55%	26,67%	14,10%	20,83%
Nova Prata do Iguaçu	4.565.129,06	5.817.784,13	6.728.000,00	8.101.000,00	9.643.000,00	10.184.000,00	10.259.642,33	9.059.173,98	13.568.536,66
Variação % anual		27,44%	15,65%	20,41%	19,03%	5,61%	0,74%	-11,70%	49,78%
Santa Isabel do Oeste	5.661.585,06	6.134.438,90	7.836.401,36	7.042.984,38	8.615.804,03	10.133.319,73	10.803.841,08	12.416.824,09	16.099.988,30
Variação % anual		8,35%	27,74%	-10,12%	22,33%	17,61%	6,62%	14,93%	29,66%
São João	6.405.120,35	5.879.794,06	7.270.850,86	7.637.203,22	8.988.210,92	9.434.036,28	8.943.880,01	9.581.277,06	12.587.150,95
Variação % anual		-8,20%	23,66%	5,04%	17,69%	4,96%	-5,20%	7,13%	31,37%
São Jorge do Oeste	7.041.370,77	7.476.317,04	9.394.658,78	9.848.001,65	10.184.000,00	10.519.000,00	10.484.273,94	11.638.011,03	13.502.357,94
Variação % anual		6,18%	25,66%	4,83%	3,41%	3,29%	-0,33%	11,00%	16,02%
Verê	4.235.985,83	4.330.152,10	5.387.668,54	5.621.635,38	6.277.317,09	6.550.571,91	7.104.423,32	7.354.848,53	8.745.254,72
Variação % anual		2,22%	24,42%	4,34%	11,66%	4,35%	8,46%	3,52%	18,90%

Quadro 21 Receita líquida anual dos municípios em análise em valores monetários (R\$) e em percentual  
Fonte: Prefeituras Municipais, 2008.

Os dados do Quadro 21 já foram comentados quanto à evolução das receitas líquidas anuais em valores. Com relação a essas receitas, o Quadro 22 mostra os percentuais que correspondem à sua evolução nos municípios da região em estudo:

Município \ Ano	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	Evolução 2000 a 2008
Barracão		13,51%	22,87%	-3,07%	12,45%	1,23%	2,84%	5,94%	19,33%	200,05%
Itapejara do Oeste		16,80%	15,00%	5,98%	0,85%	34,55%	26,67%	14,10%	20,83%	337,33%
Nova Prata do Iguaçu		27,44%	15,65%	20,41%	19,03%	5,61%	0,74%	-11,70%	49,78%	297,22%
Santa Isabel do Oeste		8,35%	27,74%	-10,12%	22,33%	17,61%	6,62%	14,93%	29,66%	284,37%
São João		-8,20%	23,66%	5,04%	17,69%	4,96%	-5,20%	7,13%	31,37%	196,51%
São Jorge do Oeste		6,18%	25,66%	4,83%	3,41%	3,29%	0,33%	11,00%	16,02%	191,75%
Verê		2,22%	24,42%	4,34%	11,66%	4,35%	8,46%	3,52%	18,90%	206,45%

Quadro 22 Receita Líquida Anual dos municípios em análise em comparação com o município de Itapejara D'Oeste em percentual (base: ano anterior)  
 Fonte: Prefeituras Municipais, 2009.

Observa-se que os percentuais relativos à evolução de receitas líquidas anuais dos municípios do estudo confirmam alguns decréscimos, como verificado no município de Barracão, em 2003 (-3,07%), em Nova Prata do Iguçu (-11,70%), no ano de 2007, em Santa Isabel do Oeste (-10,12%) no ano de 2003, e de -8,20% e de -5,20% para o município de São João, em 2001 e em 2006, respectivamente. Entretanto, verifica-se evolução positiva para todos os municípios no ano de 2008.

A variação percentual das receitas líquidas anuais de todos os municípios em estudo é apresentada no Gráfico 21.

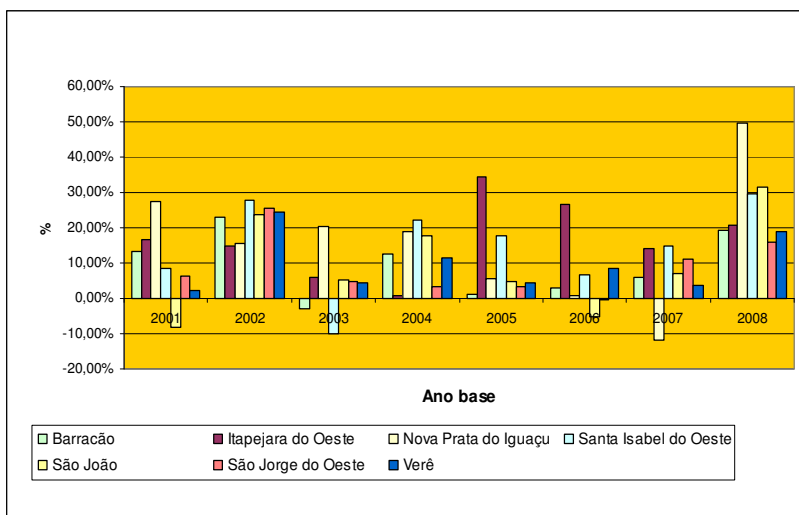


Gráfico 21 Variação das receitas líquidas anuais de todos os municípios do estudo no período de 2000 a 2008

Fonte: Prefeituras Municipais, 2008.

Analisando os resultados do Gráfico 21, verifica-se que as receitas líquidas anuais de alguns municípios apresentaram decréscimos; entretanto, os acréscimos em geral, no período considerado são relevantes, especialmente no ano de 2008 para os municípios de Nova Prata do Iguçu, São João e Santa Isabel do Oeste. Itapejara D'Oeste apresenta maior evolução nas receitas líquidas anuais nos anos de 2005 e 2006.

#### 4.4 Discussão dos resultados

Analisando os resultados obtidos na pesquisa bibliográfica sobre os dados do Frigorífico Anhambi e do município de Itapejara D'Oeste, estudo de caso e pesquisa de observação, apresenta-se neste subitem uma relação das mudanças identificadas e reconhecidas no período de análise, ainda que alguns dados sejam apresentados para apenas um dos anos.

O Quadro 23 mostra uma síntese dos dados coletados:

Dado \ Ano	2000	2006	2007	%	2008	%
IDH (Graf 7 e Tab.13)	0,786 (à frente dos 6 mun.de estudo)			Clas.em 905 de 5507 munic.		
População (hab) (Qd.13)	9.162	-	10.537	15,01	-	-
Número domicílios (Tab.16)	2.541	-	3.184	25,30	-	-
Ligações de Energia Elétrica (Qd. 16)	2.450	-	3.304	34,86	-	-
Ligações de Água (Qd.15)	1.584	-	2.420	52,78	-	-
Grau de Urbanização (Tab.17)	54,15	-	62,30	15,05	-	-
Remuneração Média Empregos Formais (Qd.7)	R\$ 425,16	R\$ 768,65	-	80,79	R\$ 827,79	7,69%
IDEB (Tab.15)	Em 2005: 5,0		5,1	2,00	-	-
PIB Percapita (Tab.14)	R\$ 6.846,00	R\$ 11.401,00	-	66,54	-	-
Frota Veículos (Qd.17)	1.610	-	3.931	144,16	-	-
Imóveis Res.2002-2007 (Qd.8)	Variação nominal mín.: 100%			Variação nominal máx.: 400%		
Lotes Urb. 2002-2007 (Qd.10)	Variação nominal mín.: 83%			Variação nominal máx.: 180%		
Alvarás Construção (Tab.9)	Período 2000 a 2008					433,61%
Lotes vagos e ocup.(Tab.11)	1.933	-	-	-	2139	10,66%
Admissões Empregos	Período 2000 a 2008: 4652 - Variação estab. : 1,652					
Empresas (Qd. 22)	Increm.5,67 emp.e 6,45 func.		Cons.37% Ru-63%Urb		Faturamento 38,40%	
Legenda Áreas	Econômica	Social	Cultural e Política	Econômica e Social		

Quadro 23 Síntese dos dados coletados

Analisando os resultados do Quadro 23, verifica-se que em quase todos os ramos de atividade do município de Itapejara D'Oeste houve crescimento, seja na quantidade de estabelecimentos abertos, na contratação de trabalhadores e nos índices de faturamento.

Alguns ramos de atividade se destacam mais, como no caso do comércio de eletrodomésticos, que atingiu um nível de faturamento de 100% superior com relação ao faturamento inicial.

Outros fatores se destacam nestes resultados, sendo importante observar o aumento no número de estabelecimentos como, por exemplo, de restaurantes e lanchonetes, que passou de 3 para 10, ressaltando que alguns estabelecimentos deste gênero atuavam no comércio do município desde o ano de 1992, ou seja, antes da implantação do

Frigorífico Anhambi e que se mantiveram ativos após 2000 continuando em atividade até o ano de 2008, quando se realizou esta análise.

Lojas de calçados e de confecções também apresentam crescimento na abertura de estabelecimentos, passando de 1 a 10, e de 12 a 20 estabelecimentos, respectivamente.

Quanto ao número de funcionários, passou de 101 contratados para 137, com aumento mais expressivo nos ramos de atividade de comércio de eletrodomésticos e de material de construção.

#### 4.4.1 Análises na área econômica

Confirma-se um crescimento significativo na frota de veículos do município de Itapejara D'Oeste, com aumentos mais relevantes a partir do ano de 2003, de acordo com dados do Quadro 4.

No Quadro 5 fica confirmada uma evolução de 144,07% na frota do município de Itapejara D'Oeste no período de análise, em comparação com os demais municípios. Discutindo os resultados do Quadro 18, em número de veículos incorporados no período de 2000 a 2008, o município de Itapejara D'Oeste se destaca no crescimento da frota; São João, porém, supera esses números.

Os resultados do estudo de caso confirmam a evolução no valor dos imóveis do município, sejam eles residenciais ou lotes urbanos, tendo como parâmetro a data de implantação do Frigorífico Anhambi, confirmando-se índices elevados de valorização destes bens.

Na Tabela 9 é mostrada a concessão de alvarás para construção (área/m<sup>2</sup>) confirmando a elevação de obras construídas, e da Tabela 10, que apresenta o número de alvarás concedidos até 2008. Em 2006, foram construídos 10.124,13m<sup>2</sup>, com 57 unidades residenciais da COHAPAR, barracão de leite e sede dos bombeiros. Em 2008 o enfoque é para a construção de Posto de Saúde, quadra de esportes, reservatório e biblioteca.

Com relação aos resultados sobre as receitas líquidas anuais, os Quadros 20 e 21 confirmam que o município de Itapejara D'Oeste apresenta evolução significativa ao longo do período analisado, de 2000 a 2008.

Comparativamente ao ano de 2000, a arrecadação anual do município de Itapejara D'oeste apresenta uma evolução de 237,3% até o ano de 2008.

Ao discutir os resultados sobre a evolução das empresas prestadoras de serviço do município de Itapejara D'Oeste, constata-se

que em todos os setores de atividades ocorreram melhoria, excetuando-se o setor da veterinária, que confirmou decréscimo de 35% na atividade. Uma possível explicação para essa queda é o fato de que muitas pessoas deixaram as atividades da zona rural passando a ser funcionários do Frigorífico Anhambí, o que pressupõe que pode ter havido redução na produção de animais e, conseqüentemente, da utilização de serviços veterinários.

Essa suposição leva em conta o fato de que a mais antiga loja veterinária entrevistada para o estudo teve reduzido o seu faturamento em razão do fornecimento de pintainhos, rações e assistência técnica a cargo do Frigorífico Anhambí, bem como ingresso de quatro lojas novas neste ramo, estas, destinadas ao mesmo tipo de atividade no fornecimento medicamentos e de atender novas atividades oriundas, após a implantação do frigorífico como à abertura de *pet shop*, fornecimento de animais de estimação e serviços personalizados, que anteriormente não existiam.

Verificam-se acréscimos médios (com arredondamento) de 6 (seis) empresas por atividades que envolvam investimento baixo, e aumento de 6 (seis) funcionários por empresas. O consumidor passa a ser 37% rural e 64% urbano e o faturamento aumenta em média 38%, conforme dados mostrados no Quadro 12.

Continuando, o PIB *per capita* do ano de 2005 do município de Itapejara D'Oeste, de R\$ 11.286,00 equipara-se ao PIB *per capita* do município de São João, com, R\$ 11.339,00. Dados anteriores ao ano de 2005 indicam que o PIB *per capita* de Itapejara D'Oeste já vinha se destacando desde o ano de 1999. Para o ano de 2006 o PIB *per capita* de Itapejara D'Oeste é de R\$ 10.401,00 em segunda colocação comparativamente ao índice mais próximo, do município de São João, de R\$ 11.549, 00, no mesmo ano.

Portanto, no ano de 2006 verificou-se evolução nos índices de PIB *per capita* de todos os municípios do estudo, com relação ao ano base 2000, conforme consta na Tabela 14, com menor proporção para os municípios de Santa Isabel do Oeste, Nova Prata do Iguauçu e Verê.

Observa-se que esta comparação de dados do PIB *per capita* do município de Itapejara D'Oeste com os dados do PIB *per capita* de São João é justificada no sentido de que o último município possui uma Cooperativa instalada, a Coasul Cooperativa Agroindustrial, com 39 anos de existência, composta atualmente por 3.500 cooperados e 21 entrepostos (COASUL, 2009).

#### 4.4.2 Análises na área social

Verifica-se evolução na demografia no município de Itapejara D'Oeste, bem como nas ligações de água e de energia e assim também na frota de veículos. Os dados do Quadro 14 revelam um decréscimo na demografia dos demais municípios da região do estudo, de até -8,24% no município de Verê.

Os resultados sobre as ligações de água e de energia, mostrados nos Quadros 16 e 17, respectivamente, confirmam que a maior evolução destas ligações pertence ao município de Itapejara D'Oeste. A partir do ano de 2003, que serve como interstício para a análise dos resultados, constata-se que há aumentos uniformes e constantes, em ambos os serviços.

Com relação ao ano de 2000, o número de ligações de água em Itapejara D'Oeste apresentou aumento de 52,78% no ano de 2008; Nova Prata do Iguaçu observou aumento correspondente a 29,93%; São João, 29,19%; Santa Isabel do Oeste, de 31,60%.

Para análise dos resultados sobre as ligações de água nos municípios de São Jorge do Oeste e Verê, define-se o ano de 2004, com aumento percentual em relação ao ano de 2008, de 23,12% e de 17,25%, respectivamente.

Para as ligações de energia elétrica o município de Itapejara D'Oeste apresenta índice de evolução de 38,73% no ano de 2008 em comparação com o total de 2000. O município de Barracão tem elevação de 25,38%; Santa Isabel do Oeste teve elevação de 16,53%; Nova Prata do Iguaçu, de 12,75%. No município de Verê o aumento foi de 16,84%; São Jorge do Oeste, de 18,97%, e São João, com 11,27%.

Observa-se, quanto ao número de empregos, a incidência de ocupações a cargo do gênero masculino em quase o dobro das ocupações a cargo de mulheres.

No Quadro 19 as variações quanto às condições de emprego confirmam a admissão de trabalhadores por empresas do município de Itapejara D'Oeste, com um aumento médio de 1,672 empregados por estabelecimento.

Com relação à remuneração média de empregos formais no município de Itapejara D'Oeste, de R\$ 768,55, referente a 31 de dezembro de 2006, os resultados confirmam que há diferenças a menor no caso de trabalhadores do gênero feminino, conforme mostrado na Tabela 5.

Os dados do Quadro 6 mostram que a renda média dos trabalhadores do município de Itapejara D'Oeste, segundo o Censo de



2000, representava a quinta colocação no *ranking* dos municípios do estudo, com R\$ 425,16.

Considerando o valor médio de renda nacional, no ano subsequente, de 2001, de R\$ 985,00, conforme a Figura 15, verifica-se que a média da renda no município do estudo é relativamente menor.

Continuando, os dados da remuneração média de empregos formais, mostrado no Quadro 7, indicam uma evolução percentual de 18,17% nos anos de 2007 e 2008 para o município de Itapejara D'Oeste. O município de São João apresenta aumento dessa média com relação à Itapejara D'Oeste, em torno de 23,42%.

Relacionando a flutuação de empregos formais no município de Itapejara D'Oeste observam-se saldos positivos com relação ao setor da indústria de transformação e do comércio; as demais atividades mensuradas pelo CAGED/MTE, em 2007, apresentaram saldos negativos, conforme Tabela 7.

Na variável ocupação com maiores saldos, título referido pelo CAGED/MTE para informar ocupações de motorista, servente de obras, calceteiro, costureiro e faxineiro quanto à flutuação de empregos formais, todas apresentaram saldo negativo para as admissões no período analisado pelo CAGED/MTE, de janeiro a dezembro de 2007, ou seja, houve significativamente mais demissões que admissões nessas ocupações.

O IDH do município de Itapejara D'Oeste, restringido ao ano de 2000, é maior do que nos demais municípios da região do estudo, qual seja, de 0,786; naquele mesmo ano, o IDH médio do Estado do Paraná era de 0,747.

Os demais municípios do estudo apresentam índices aproximados: de Verê e de São João, com 0,774; São Jorge do Oeste e Nova Prata do Iguaçu, índices de IDH de 0,754; Santa Isabel do Oeste, índice de 0,767, e Barracão, de 0,764.

Na classificação nacional de IDH, o município de Itapejara D'Oeste está colocado em número 915, distanciando-se em cerca de 311 classificações do próximo colocado dentre os municípios deste estudo, Verê, na 1.226<sup>a</sup> posição, conforme a Tabela 13.

No caso do índice de Gini, verifica-se que o município de Itapejara D'Oeste apresenta um dos menores índices dentre os municípios da região em estudo, de 0,540, juntamente com o município de Nova Prata do Iguaçu, superado apenas pelo município de Verê, com 0,530, conforme o Gráfico 9. Isto significa que o município de Verê apresenta melhor distribuição da riqueza diminuindo a desigualdade social.

O município de São Jorge do Oeste apresentou índice Gini de 0,560; São João, com índice de 0,600; Santa Isabel do Oeste e Barracão apresentam índices Gini de 0,570.

#### 4.4.3 Análise na área cultural e política

O município em análise apresentou queda no IDEB no ano de 2007, com índice de 4,7, se considerada a base do ano de 2005, quando apresentou índice de 5,00 e estimativa de 5,1 para 2007 e de 5,4 para 2009.

Fazendo um paralelo entre o IDEB deste município com os demais, verifica-se na Tabela 15 que municípios como Barracão, São João, São Jorge do Oeste, Nova Prata do Iguaçu e Verê superaram as estimativas para o IDEB de 2007.

Com o aumento da população em geral e da própria população urbana, especificamente, quando muitos filhos de agricultores estão sendo admitidos como trabalhadores da indústria, modifica-se o contexto do município para um perfil mais acelerado de urbanização.

Talvez em função desta perspectiva de trabalhar na indústria, os níveis de pobreza venham sofrendo redução, representado em 25,62% no Gráfico 15, um dos menores índices relativos aos demais municípios da região do estudo, tendo como parâmetro o ano de 2000.

Na Figura 16 apresenta-se um diagrama sobre os resultados do estudo de caso que resume a extensão da influência verificada na implantação do Frigorífico Anhambí no município de Itapejara D'Oeste, no período analisado de 2000 a 2008.

No diagrama é mostrada a rede percorrida pelas ações iniciais do empreendimento, influenciando e recebendo influência de todos os elementos que constituem o ambiente social, político, cultural e econômico do município em estudo.

Confirma que a interligação que se estabelece no meio local com o ingresso de uma indústria forma uma rede da qual todos os setores e todos os indivíduos passam a ser agentes e receptores de uma mesma ação.

Discutidos os resultados do trabalho passa-se à conclusão do estudo.

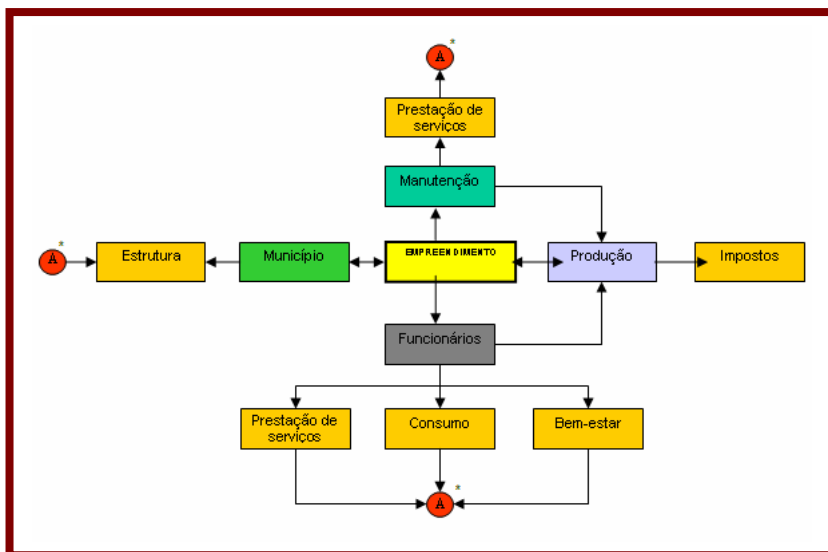


Figura 16 Diagrama da influência da implantação do Frigorífico Anhambi

\* Retorno a estrutura do município.



## CAPÍTULO 5 – CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

---

### 5.1 Conclusões

É possível considerar que as cidades evoluem porque a cada dia mais pessoas buscam oportunidade de emprego e melhores condições de vida, elevando o grau de urbanização.

Há a troca de atividades de produção agrícola e pecuária por atividades industriais e de serviços, compreendendo-se quão importante se torna quando um município de pequeno porte é escolhido para a implantação de um empreendimento de grande porte.

Com o estudo foi possível identificar que a influência do empreendimento extravasou a dimensão da valorização imobiliária, promovendo mudanças evidentes e significativas em diferentes estratos da população com referência às perspectivas de vida e de qualidade.

Assim, concomitante à busca de informações sobre os aspectos da valorização ou desvalorização imobiliária ocorrida no município do estudo no período considerado de análise, surgiram variáveis que exigiram agregação ao objeto do estudo por sua importância e presença na região do estudo. Estas variáveis são relativas aos indicadores de crescimento, sociais e econômicos. Estudou-se estes indicadores também em municípios próximos e na mesma região, que apresentassem características similares, para possibilitar uma análise comparativa entre o município que sofreu os impactos da implantação do empreendimento com outros que não tiveram nenhum empreendimento de grande porte implantado.

Realizado o estudo de caso e a pesquisa de observação, verificou-se que a valorização dos imóveis no entorno do empreendimento teve variação máxima de até 400% nos imóveis residenciais e de até 180% nos lotes vagos e ocupados, conforme constante no Quadro 23. Esta evolução nos valores dos bens imóveis residenciais e lotes urbanos foi confirmada por diferentes fontes de informações em toda a área urbana em razão do empreendimento.

Verificou-se que, para uma cidade de pequeno porte, como é o caso do município de Itapejara D'Oeste, a abrangência de um grande empreendimento pode envolver todo o contexto urbano e rural, nos vários segmentos do ambiente e desenvolvimento abrangendo o

mercado imobiliário, o comércio, a prestação de serviços, a qualidade de vida da população, com reflexos diretos no modo de vida individual e coletivo.

Desta forma, ao propor objetivos específicos como a busca de valores de imóveis antes da construção do empreendimento e a comparação desses com os valores após a implantação do empreendimento, o estudo de caso revelou que a influência do empreendimento alcançou de modo particular este setor de atividade, confirmado pela alavancagem no valor dos imóveis avaliados neste município. Os resultados apontados nos Quadros 8, 9 e 10 comprovam as evoluções havidas no período de análise, verificando-se acréscimos percentuais que indicam a variação real desde 10% a 206% nos valores dos imóveis.

Considerando que os dados do Quadro 6 indicaram a média de renda do trabalhador do município de Itapejara D'Oeste, no ano de 2000 e, observando a evolução na renda média nacional, a partir de então, entende-se que a oportunidade de empregos dada pelo Frigorífico Anhambí promoveu aumento da renda dos trabalhadores e, conseqüente retorno aos cofres públicos e ao comércio em geral, fato constatado com a abertura de novas empresas e quanto ao aumento do faturamento das empresas em atividade.

Analisando os resultados dos mesmos quadros referidos para o objetivo específico comentado, verifica-se que a valorização dos imóveis expandiu-se para além dos terrenos urbanos centralizados, alcançando bairros como o Guarani, mais próximo do empreendimento, Industrial, Bem Viver, Água Verde e Clisa, sendo que alguns desses bairros comportam conjuntos habitacionais, valorizando, por extensão, as residências. Também este objetivo específico foi atendido em sua proposta. Os lotes próximos ao empreendimento foram todos ocupados, razão da expansão da ocupação de imóveis nos bairros.

Na continuação, foram descritos os diversos tipos de prestação de serviços e de comércio no município, oriundos após atividade do empreendimento, constantes e analisados no Quadro 12.

Por conta desses dados, confirma-se a evolução na abertura de estabelecimentos dos diversos ramos de atividade, assim como aceleração da contratação de trabalhadores, fato que repercutiu na elevação dos índices de faturamento, em termos gerais.

Confirmam-se acréscimos médios (com arredondamento) de 6 (seis) empresas por atividades que envolvam investimento baixo; há o aumento de 6 (seis) funcionários por empresas; além disso, o

consumidor passa a ser 37% rural e 64% urbano, com consequente aumento do faturamento.

Verificou-se a concessão de alvarás de construção em todos os segmentos, como o setor público; o setor comercial, com construção de imóveis comerciais privados; os imóveis residenciais, nas modalidades privados unifamiliar, e os conjuntos habitacionais, estes últimos construídos com financiamento da Caixa Econômica Federal e Cohapar.

Também tiveram evolução os imóveis industriais do Frigorífico Anhambi, em barracões, incubatório, refeitórios, embutidos, ampliação de caldeiras, ampliação de fábrica de rações, dentre outras obras.

Investimentos por parte do governo também foram observados, com a realização de obras públicas, como construção e reforma de salas de aula, ampliação de laboratório, quadra de esportes, sede de bombeiros e biblioteca, resultados descritos na Tabela 9, e assim se confirma o atendimento ao objetivo que buscou caracterizar os aspectos de crescimento populacional e implantação de outros empreendimentos no município no período analisado.

Os resultados do estudo de caso confirmam que o IDH do município de Itapejara D'Oeste é expressivo com relação aos demais municípios analisados, assim como do PIB *per capita*, taxa de crescimento geométrico positiva, apresentando a menor taxa de pobreza com relação aos demais municípios da região de estudo.

Considerando-se a evolução nas ligações de água e de energia elétrica, bem como o aumento na frota de veículos, constata-se que os acréscimos registrados no período de análise no município de Itapejara D'Oeste indicam que a influência do empreendimento foi positiva.

Dos resultados mostrados na Figura 16, entende-se que o município deve ter, após o funcionamento de um empreendimento de grande porte, estrutura para apoiar todos os setores de desenvolvimento com projetos que atendam os mais diversos segmentos da sociedade, realizando estudos e pesquisas junto à população para proporcionar à sociedade crescimento junto com o empreendimento.

É possível concluir que um empreendimento de grande porte torna-se, para o município e sua população, fonte importante de renda; devido a esta grande importância o município não deve estagnar-se, mas sim, de acordo com sua estrutura, buscar outras alternativas empresariais visando agregar diferentes segmentos na geração de emprego e renda.

A implantação de outros empreendimentos, de menor porte ficou confirmada com a abertura de estabelecimentos comerciais, industriais e de serviços, conforme registrado no Quadro 12.

Entende-se que os trabalhadores possam ter maior facilidade de acesso à renda em razão da oportunidade de emprego e não, essencialmente, porque o empreendimento possibilite a evolução da renda. Com isso, pressupõe-se que há limitações na ação de um empreendimento de grande porte implantado em um município, ou seja, a empresa obtém crescimento significativo, assim como os serviços públicos, mas não atinge necessariamente o trabalhador, senão pela maior oportunidade de empregos.

Considerados atendidos os objetivos propostos para o estudo de caso, a resposta ao questionamento indica que a influência identificada no contexto do município de Itapejara D'Oeste decorrente da implantação do Frigorífico Anhambi, no período considerado de 2000 a 2008 ultrapassa o âmbito econômico, alcançando diferentes parâmetros de análise, tais como os indicadores sociais, culturais e econômicos, que foram confirmados nos resultados.

Tanto é assim, que a influência no contexto social pode ser constatada na consolidação da própria empresa analisada, o Frigorífico Anhambi, considerando que a sua evolução econômica esteve ligada intrinsecamente ao contexto da mão-de-obra local.

Isto significa que as mudanças sociais atingiram também os trabalhadores: de fato, muitos foram os filhos de agricultores que deixaram as atividades agrícolas para trabalhar no Frigorífico Anhambi com o propósito de auxiliar a renda familiar.

Entretanto, mesmo com a saída de alguns jovens da família rural para o exercício de atividades urbanas, os pais permaneceram na zona rural, sem se desfazer da propriedade.

Outras influências foram identificadas e já relacionadas em todos os objetivos específicos atendidos, porém, cabe enfatizar mostras reais de influência presentes na evolução de arrecadação das receitas líquidas anuais do município.

Com isto confirma-se que o resultado da implantação de empreendimentos de grande porte não passa despercebido, mas influencia diretamente em âmbito local e reflete-se nas modificações da região que sofre a influência do processo de crescimento da nova empresa.

O empreendimento foi originado pela demanda empresarial existente no município e toda a economia deste está voltada ao empreendimento. Contudo, não há uma preparação municipal de estratégias futuras em caso de falência, considerando que um grande empreendimento em cidade de pequeno porte pode ocasionar grandes riscos.



Segundo Edmiston (2004), *a priori*, não é possível supor que a escolha do local para implantação ou expansão de uma grande empresa tenha reflexos diretos no crescimento econômico local na mesma proporção. Nem se pode atribuir ao município escolhido para o empreendimento e que registre maiores ganhos nas condições de emprego e renda pessoal, a responsabilidade por ter sido escolhido ou não para a implantação ou a expansão do empreendimento.

Na verdade, Morgan e Lambe (2009, p.9) interpretam que: “Cidades pequenas que abraçam mudança e assumem riscos são mais flexíveis e ágeis ajustando-se a uma economia dinâmica”.

Ao término deste estudo de caso ressalta-se que não se teve a pretensão de esgotar o assunto, até porque os procedimentos metodológicos afirmam-no como sendo um estudo de caso único e delimitado ao município de Itapejara D'Oeste com relação à implantação do Frigorífico Anhambi.

O que se deseja é que os resultados contribuam para estimular a realização de novos estudos com enfoque na influência decorrente deste ou de outros empreendimentos, de modo que o conhecimento sobre a influência dos grandes investimentos em municípios de pequeno porte possa fornecer subsídios quando da realização de estudos para a implantação.

## **5.2 Recomendações para futuras pesquisas**

Trabalhos futuros deverão ser norteados por um levantamento de dados estatístico com relação ao período pré e pós-implantação de empreendimentos de grande porte em pequenos municípios.

Um grande empreendimento implantado em um município de pequeno porte torna dependente dela parte significativa da população gerando, conseqüentemente, um risco para todos, indistintamente.

Nos municípios, o crescimento econômico decorrente de investimentos em indústrias tem merecido estudos prévios de planejamento acerca dos impactos de vizinhança, previstos na Lei nº 10.257/2001. Com base nessa disposição, recomenda-se o estudo em cidades de pequeno porte ou que atenda população semelhante ou superior, utilizando as mesmas variáveis ou incluindo novas, antes da implantação de um empreendimento de grande porte e após seu funcionamento.

Para a análise, deve ser levada em conta a carência de isenção de impostos geralmente aprovada em Lei na Câmara de Vereadores e,

como pode ser verificado no estudo de caso, no Protocolo de Intenções assinado entre município e empresa.

Estudar cidades, em que haja um empreendimento de grande porte, há mais tempo em atividade, para verificar se ainda há influência nos diversos segmentos de desenvolvimento do comércio e do mercado imobiliário.

Estudar cidades nas quais um grande empreendimento, após anos de trabalho, encerrou suas atividades, para avaliar o risco para toda a população envolvida em termos sociais, econômicos, políticos e culturais.

Há que se formar parcerias entre o governo local e as instituições de ensino superior para que se consolidem engajamentos de colaboradores para a realização de investigação e para o fornecimento de dados ou informações que atendem às expectativas do estudo proposto.

Para o município estudado fica ainda a recomendação de trabalhos futuros que contemplem a continuação desta mensuração nas diferentes variáveis de análise, partindo desse primeiro relatório de resultados e incluindo novas variáveis que forem surgindo.

## REFERÊNCIAS

---

ALVES, P. et al. **O planejamento urbano e sua aplicabilidade em pequenas cidades**: o estudo de caso do município de Santa Vitória – MG. Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, 4º Semana do Servidor 5º Semana Acadêmica, 2008.

ANHAMBI ALIMENTOS LTDA. **A empresa**. Disponível em: <<http://www.anhambi.com.br/empresa/home.asp>> Acesso em: abr. 2008.

ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL. **Índice de Desenvolvimento Humano - Municipal, 1991 e 2000**. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/atlas/tabelas/index.php>>. Acesso em: 17 de nov. 2008.

BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL – BNDES. **Carta-Circular Nº 64/2002**. Rio de Janeiro, 14 de outubro de 2002.

BARZOTTO, R. **Frigorífico gera especulação imobiliária**. Pato Branco: Jornal Diário do Sudoeste, 28 de maio de 2009, p.A 4.

BRAGA, R. Sobre o conceito de cidade média. **Território & Cidadania**, Ano IV, n. 2, jul./dez. 2004.

BRASIL. Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001. **Estatuto das Cidades**. Brasília, DF: Presidência da República, Casa Civil - Subchefia para Assuntos Jurídicos, 2001. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências.

BRASIL. **Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006**. Brasília, DF: Presidência da República, Casa Civil - Subchefia para Assuntos Jurídicos, 2006. Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte; altera dispositivos das Leis nºs 8.212 e

8.213, ambas de 24 de julho de 1991, da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, da Lei nº 10.189, de 14 de fevereiro de 2001, da Lei Complementar nº 63, de 11 de janeiro de 1990; e revoga as Leis nºs 9.317, de 5 de dezembro de 1996, e 9.841, de 5 de outubro de 1999.

BRASIL. **RAIS 2008**: mapa do emprego formal. Brasília, DF: Ministério do Trabalho e Emprego, 2008. Disponível em: <<http://www.mte.gov.br/#>> Acesso em: set. 2008.

BRASIL. **O que é o IDEB**. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2009a. Disponível em: <[http://portalideb.inep.gov.br/index.php?option=com\\_content&task=view&id=10&Itemid=13](http://portalideb.inep.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=10&Itemid=13)>. Acesso em 14 jul. 2009.

BRASIL. **Cidades.gov.br**. Brasília, DF: Ministério das Cidades, 2009b. Disponível em: <<http://www2.cidades.gov.br/geosnic/src/php/app.php>>. Acesso em: 05 ago. 2009.

CADERNOS MUNICIPAIS IPARDES. **Caderno Estatístico**: Município de Itapejara D'Oeste. Disponível em: <[www.ipardes.gov.br](http://www.ipardes.gov.br)>, mar 2008. Acesso em: 14 abr. 2008.

CARNEIRO, L. Pnad 2008: Renda média do trabalhador sobe desde 2005, mas ainda está abaixo de 1998. **O Globo – Economia**, 18 set. 2009. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/economia/mat/2009/09/18/pnad-2008-renda-media-do-trabalhador-sobe-desde-2005-mas-ainda-esta-abaixo-de-1998-767671073.asp>>. Acesso em: 30 set. 2009.

CASTELO, A. M.; GARCIA, F. Crescimento movido a crédito. **Conjuntura da construção – Sondagem**, Ano V, n. 2, p.17-19, jun. 2007.

CBIC - Câmara Brasileira da Indústria da Construção, Comissão de Economia e estatística, CEE/CBIC. **Relatório 2002/2003**. Banco de Dados. Belo Horizonte, 2003. 132p.

CERVO, A. L. **Metodologia científica**: para uso dos estudantes universitários. 3. ed. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1983.

COASUL COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL. **Nossa história**. Disponível em: <<http://www.coasul.com.br/historia.php>>. Acesso em: 28 maio 2009.

COPEL - COMPANHIA PARANAENSE DE ENERGIA. **SMR-C/035/2008**. Curitiba, 07 mar. 2008.

COPEL – COMPANHIA PARANAENSE DE ENERGIA. **Solicitação de informações sobre municípios do Sudoeste do Paraná**. Curitiba: Copel, 2009.

CETIL - Cetil Sistemas de Informática S/A, **Solicitação de dados territoriais sobre o município de Itapejara do Oeste**. Pato Branco: Cetil, 2009.

**COMPANHIA CATARINENSE DE ÁGUAS E SANEAMENTO – CASAN**. 2009.

CORDEIRO, A. S.; SZÜCS, C. P. Avaliação funcional de habitações autoconstruídas – um estudo de caso em Maceió – AL. **Cadernos de Arquitetura e Urbanismo**, Belo Horizonte, v. 10, n. 11, p. 57-78, dez. 2003.

CORRÊA, R. L. **O espaço urbano**. 4. ed. São Paulo: Ática, 2005.

CRESPO, S. G. Renda do brasileiro sobe, mas expansão é a menor em quatro anos. **UOL Economia**, 19 set. 2009. Disponível em: <<http://economia.uol.com.br/ultnot/2009/09/18/ult4294u2958.jhtm>>. Acesso em: 30 set. 2009.

CUNHA, R. A complexa medida da qualidade da habitação. **ComCiência – Revista Eletrônica de Jornalismo Científico**, n.88, 10 jun. 2007. Disponível em: <<http://www.comciencia.br/comciencia/handler.php?section=8&edicao=25&id=282>>. Acesso em: 20 de jun. 2007.

DEMARTINI, J.; SZÜCS, A. P. Análise tipológica das habitações de interesse social do Programa de Arrendamento Residencial (PAR) em Florianópolis. Seminário Mato-Grossense de Habitação de Interesse Social, 2005, Cuiabá. **Anais...** Cuiabá: CEFETMT, EdUFMT, 2005, p. 181-192.

DORIGON, S. R. **Entrevista**, publicada em 01 maio 2000 Disponível em: <http://kplus.cosmo.com.br/materia.asp?co=17&rv=Vivencia>. Acesso: 14 de fev.2007.

DETRAN – DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO PARANÁ. **Evolução da frota de veículos por tipo de veículos**. Pato Branco: Detran - Coordenadoria de veículos, 2009.

DRUCKER, P. **Inovação e Espírito empreendedor - *Entrepreneurship***. São Paulo: Pioneira, 1987.

EDMISTON, K. D. The net effects of large plant locations and expansions on county employment. **Journal of Regional Science**, v. 44, n. 2, pp. 289–319, 2004.

FRIGORÍFICO B. B. **Empresa**. Disponível em: <http://www.frigorificobb.com.br/>. Acesso em: 04 dez. 2009.

GIL, A. C. **Métodos e técnica de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1999.

GLOBO ON LINE. **IDH: Brasil entra para o grupo de 'alto desenvolvimento humano'**. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/economia/mat/2007/11/27/327330997.asp>, publicada em 27 nov. 2007 22h11m. Acesso em: 01 de jul. 2008.

GUILLÉN SALAS, J. C. **Sistemas de indicadores de qualidade de vida: análise das experiências de Belo Horizonte, Ontário, Porto e Chillán e Ovalle**. (Dissertação). Mestrado em Engenharia Urbana. São Carlos: UFSCar, 2005.

GUIMARÃES, M.; GUIMARÃES, R. B. Uma contribuição para metodologia de avaliação da qualidade ambiental urbana com ênfase na dimensão cultural. **I Conferência Latino-Americana de Construção Sustentável - X Encontro Nacional de Tecnologia do Ambiente Construído**, São Paulo, 18-21 jul. 2004.

HOCHHEIM, N. Análise da Paisagem Urbana como Complemento ao Cadastro Técnico Multifinalitário na Gestão Ambiental. In: **Cobrac - Congresso Brasileiro de Cadastro Técnico Multifinalitário**. Florianópolis, SC, 1996.

HOCHHEIM, N.; DANTAS, M. L. C. Produto e preço: uma análise de desempenho em empreendimentos imobiliários. In: Encontro Nacional de Engenharia de Produção - ENEGEP 2001. Salvador (BA). **Anais...** v. 1, p. 1-10, 2001.

HOCHHEIM, N. Cadastro Técnico Urbano. **Apostila Didática**. Florianópolis, Universidade Federal de Santa Catarina: GEAP, 2003.

IAPAR – INSTITUTO AGRONOMO DO PARANÁ. **Mapa do Paraná**. Disponível em: <[www.iapar.br](http://www.iapar.br)>. Acesso em: mar. 2008.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Contagem da População 2007**: população recenseada e estimada, segundo os municípios – Paraná. Brasília, DF: IBGE, 2007.

\_\_\_\_\_. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. Síntese de Indicadores 2007**. Disponível em: <[http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2007/sintese/tab7\\_2\\_7.pdf](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2007/sintese/tab7_2_7.pdf)>, 2007. Acesso em: 15 de nov. 2008.

\_\_\_\_\_. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad 2008)**: síntese dos indicadores. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2008/sintese/pnad2008.pdf>>. Acesso em: 30 set. 2009.

IPARDES – INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E SOCIAL. **Perfil Municipal de Itapejara D'Oeste**. Disponível em: <[http://www.ipardes.gov.br/index\\_cadernos.php](http://www.ipardes.gov.br/index_cadernos.php)>, 2007. Acesso em: 07 de abr. 2008.

\_\_\_\_\_. **Cadernos municipais**. Disponível em: <<http://www.ipardes.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=5>> Acesso em: set. 2009.

\_\_\_\_\_. **Perfil Municipal de São Jorge D'Oeste**. Disponível em: <[http://www.ipardes.gov.br/perfil\\_municipal/MontaPerfil.php?Municipio=85575&btOk=ok](http://www.ipardes.gov.br/perfil_municipal/MontaPerfil.php?Municipio=85575&btOk=ok)> Acesso em: 03 jul. 2008.

\_\_\_\_\_. **Perfil Municipal de Nova Prata do Iguçu**. Disponível em: <[http://www.ipardes.gov.br/perfil\\_municipal/MontaPerfil.php?Municipio=85685&btOk=ok](http://www.ipardes.gov.br/perfil_municipal/MontaPerfil.php?Municipio=85685&btOk=ok)> Acesso em: 03 jul. 2008.

\_\_\_\_\_. **Perfil Municipal de Barracão.** Disponível em: <[http://www.ipardes.gov.br/perfil\\_municipal/MontaPerfil.php?Municipio=85700&btOk=ok](http://www.ipardes.gov.br/perfil_municipal/MontaPerfil.php?Municipio=85700&btOk=ok)> Acesso em: 03 jul. 2008.

\_\_\_\_\_. **Perfil Municipal de Verê.** Disponível em: <[http://www.ipardes.gov.br/perfil\\_municipal/MontaPerfil.php?Municipio=85585&btOk=ok](http://www.ipardes.gov.br/perfil_municipal/MontaPerfil.php?Municipio=85585&btOk=ok)> Acesso em: 03 jul. 2008.

\_\_\_\_\_. **Perfil Municipal de Nova Prata do Iguaçú.** Disponível em: <[http://www.ipardes.gov.br/perfil\\_municipal/MontaPerfil.php?Municipio=85685&btOk=ok](http://www.ipardes.gov.br/perfil_municipal/MontaPerfil.php?Municipio=85685&btOk=ok)> Acesso em: 03 jul. 2008.

\_\_\_\_\_. **Ranking do IDH mostra que Paraná teve o maior avanço entre os seis primeiros colocados.** Disponível em: <<http://www.ipardes.gov.br/modules/noticias/article.php?storyid=64>> 08 out. 2008. Acesso em: 15 nov. 2008.

JORNAL DIÁRIO DO SUDOESTE. **Mais três cooperativas paranaenses apostam no frango.** Pato Branco, 21 de outubro de 2008, p.A3.

LOPEZ, J. M. A. Perspectivas para o mercado imobiliário. **Conjuntura da construção – Opinião**, Ano V, n. 2, p.9-10, jun. 2007.

MAYCOT, E. **Caminhos da história itapejarense.** Pato Branco: Logoart, 2001.

MARIUZZO, P. Mercado imobiliário vive bom momento. **ComCiência – Revista Eletrônica de Jornalismo Científico**, n.88, 10 jun. 2007. Disponível em: <<http://www.comciencia.br/comciencia/handler.php?section=8&edicao=25&id=288>>. Acesso em: 20 de jul. 2007.

MEDEIROS, D. A.; CARVALHO, A. A. T. **A propósito da “revanche” das cidades de pequeno porte na geografia urbana brasileira – notas preliminares.** Disponível em: <[http://www.dge.uem.br/semana/eixo1/trabalho\\_51.pdf](http://www.dge.uem.br/semana/eixo1/trabalho_51.pdf)>. Acesso em: 04 dez. 2009.

MELO, N. A. de. et al. Dinâmica populacional dos municípios e cidades de pequeno porte da microrregião de Catalão: as adversidades da



segunda metade do século XX. **Caminhos de Geografia**, Uberlândia, v. 8, n. 23, Edição Especial, p. 51-64, 2007.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO - MTE. **Informações para o Sistema Público de Emprego e Renda - Dados por Município**. Disponível em: <<http://www.mte.gov.br/geral/estatisticas.asp#caged>>, 2006. Acesso em: 15 de out. 2008.

\_\_\_\_\_. **Informações para o Sistema Público de Emprego e Renda - Dados por Município**. Disponível em: <<http://perfildomunicipio.caged.gov.br/brasil.asp?entrada=SPER>>, 2009. Acesso em: 08 out. 2009.

MORGAN, J. Q.; LAMBE, W. Find a way or make one. **Economic Development Journal**. v.8, n.3, p.5-13, 2009.

ORTH, D. **Qualidade do ambiente urbano**. Apostila Didática. Programa de Pós-Graduação em Engenharia Civil – PPGEC, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura – Pós-Arq. Florianópolis, Universidade Federal de Santa Catarina - Centro Tecnológico – CTC, set 2006.

PALERMO, C. et al. Habitação social: uma visão projetual. **IV Colóquio de Pesquisas em Habitação “Coordenação Modular e Mutabilidade”**. 14 e 15 de agosto de 2007, na Escola de Arquitetura da UFMG.

PAZINI, Edilaine. Frigoríficos demitem 3 mil em Goiás. In: **Diário da Manhã**, edição 8.062, 4 abr. 2009. Disponível em: <[http://www.dm.com.br/materias/show/t/frigorificos\\_demitem\\_3\\_mil\\_em\\_gois](http://www.dm.com.br/materias/show/t/frigorificos_demitem_3_mil_em_gois)> Acesso em: 04 dez. 2009.

PORTAL DO AGRONEGÓCIO. **Crise financeira faz mais 1,1 mil vítimas no Estado**. Disponível em: <[http://www.agronegocio.goias.gov.br/index.php?pg=noticias\\_acervo\\_1&id\\_acervo=10581&pagina=96](http://www.agronegocio.goias.gov.br/index.php?pg=noticias_acervo_1&id_acervo=10581&pagina=96)>, 25 mar. 2009. Acesso em: 04 dez. 2009.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEJARA D'OESTE**. 2007-2009.

**PROVA BRASIL E CENSO ESCOLAR.** Brasília, DF: Ministério da Educação. Disponível em: <<http://www.inep.gov.br/basica/censo/default.asp>> Acesso em: abr. 2008.

RIBEIRO, G. A.; MENDES, J.; SALANEK FILHO, P. A questão espacial do desenvolvimento sustentável: características e delimitações. *In*: SILVA, C. L. da. (org.) **Desenvolvimento sustentável: um modelo analítico integrado e adaptativo.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social: métodos e técnicas.** 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

RURAL NOTÍCIAS. **Independência adquire o Goiás Carne S.A.** Disponível em: <<http://www.ruralnoticias.com.br/independencia-adquire-o-goias-carne-sa/>>, 31 maio 2007. Acesso em: 04 dez. 2009.

SANEPAR - COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANÁ. **Quantitativo – ligações/economias.** Pato Branco: Sanepar, 2008.

SANTOS, M. **A urbanização brasileira.** 5. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

SCHICKLER, S. A teoria da base econômica regional: aspectos conceituais e testes empíricos. *In*: HADDAD, P. R. **Planejamento regional: métodos e aplicação ao caso brasileiro.** 2. ed. Rio de Janeiro: IPEA, 1974.

SEBRAE/SP. **Imobiliária.** São Paulo: Sebrae/SP, 1996. 36p. Disponível em: <[http://www.sebrae.com.br/br/parasuaempresa/ideiasdenegocios\\_1149.asp](http://www.sebrae.com.br/br/parasuaempresa/ideiasdenegocios_1149.asp)>. Acesso em: 17 de abr. 2007.

SEBRAE/SC. **Legislação: Critérios de Classificação de Empresas - ME – EPP.** Disponível em: <<http://www.sebrae-sc.com.br/leis/default.asp?vcduto=4154&%5E%5E>>. Acesso em: 26 maio 2009.

SOUZA, M. L. de. **Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos.** 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

**UNIÃO NACIONAL DA CONSTRUÇÃO.** A construção do desenvolvimento sustentado: a importância da construção na vida

econômica e social do país. São Paulo: Fundação Getulio Vargas – FGV Projetos, ago. 2006.

VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1998.

WESTPHAL, M. F. O Movimento Cidades/Municípios Saudáveis: um compromisso com a qualidade de vida. **Ciência & Saúde Coletiva**, v.5, n.1, p.39-51, 2000.

WIKYMAPIA. **Frigorífico Independência (Antigo Goiás Carne)**. Disponível em: <<http://wikimapia.org/5217594/pt/Frigor%C3%ADfico-Independ%C3%Aancia-antigo-Goi%C3%A1s-Carne>>. Acesso em: 04 dez. 2009.



## APÊNDICES

---

### Apêndice A - Questionários



## Apêndice A - Questionários

### Frigorífico Anhambi

Endereço: \_\_\_\_\_

**Cidade:** \_\_\_\_\_ **CEP:** \_\_\_\_\_ **Tel** \_\_\_\_\_ **Fax** \_\_\_\_\_

**Diretor:** \_\_\_\_\_

Trabalhava com esta atividade anteriormente \_\_\_\_\_

Tempo atividade: \_\_\_\_\_ Fundação \_\_\_\_\_ Instalação \_\_\_\_\_

Atividade: \_\_\_\_\_ Qtde abatida \_\_\_\_\_

Exportação: ( ) sim ( ) Não Países \_\_\_\_\_

Motivos da escolha do local (houve estudos ou auxílio empresarial):  
\_\_\_\_\_

Dificuldades de implantação: \_\_\_\_\_

Financiamentos p/ construção \_\_\_\_\_

Valor total de investimento até o momento: \_\_\_\_\_

Maquinário importado-nacional \_\_\_\_\_

Modelo de funcionamento (italiano, alemão etc) \_\_\_\_\_

Dificuldades na mão-de-obra \_\_\_\_\_

Problemas Ambientais: \_\_\_\_\_

Pontos Positivos: \_\_\_\_\_

Pontos negativos \_\_\_\_\_

Área de terras: ( ) Adquirida ( ) Doação do município ( ) Comodato

Área total (há – m<sup>2</sup>) : \_\_\_\_\_ R\$ \_\_\_\_\_

Área Construída Inicial \_\_\_\_\_ Área atual \_\_\_\_\_

Valor total do empreendimento atual \_\_\_\_\_

Perspectivas p/ ampliações: ( ) Sim ( ) Não Área \_\_\_\_\_

Perspectiva para outra atividade: \_\_\_\_\_

Ano para implantação da atividade: \_\_\_\_\_

Nº funcionários: \_\_\_\_\_ Administrativos \_\_\_\_\_ Operários \_\_\_\_\_ Fluxograma

Nº de empregos indiretos: \_\_\_\_\_

Empresa possui veículos (caminhões, automóveis) \_\_\_\_\_

Número de integrados \_\_\_\_\_

Para integrar-se (família-casado) \_\_\_\_\_

Cidades dos integrados \_\_\_\_\_

Distância máxima possível do integrado a empresa (raio ou Km) \_\_\_\_\_ e de outro integrado \_\_\_\_\_

Turno de trabalho: \_\_\_\_\_

Obras para o município: \_\_\_\_\_

No momento o local está atendendo as expectativas \_\_\_\_\_

Receitas? \_\_\_\_\_ Despesas? \_\_\_\_\_

Outras informações pertinentes \_\_\_\_\_





## Empresas

EMPRESA \_\_\_\_\_  
 Proprietário \_\_\_\_\_ Fundação \_\_\_\_\_  
 Endereço \_\_\_\_\_ Fone/Fax \_\_\_\_\_  
 Profissão antes de montar a loja \_\_\_\_\_  
 Carro chefe de vendas \_\_\_\_\_  
 Produtos mais vendidos \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_

	Antes	Depois	%
Faturamento			
<i>Atendimento pop. Rural</i>			
<i>Atendimento pop. Urbana</i>			
Construções - Área m <sup>2</sup>			
Prédio próprio			
Aluguel			
Funcionários			
Inadimplência			
Lojas Semelhantes			

Positivos \_\_\_\_\_

Negativos \_\_\_\_\_

Outros comentários \_\_\_\_\_

Necessidades para melhorar \_\_\_\_\_



## ANEXOS

---

Anexo A – Localização dos municípios de estudo na região Sudoeste do Estado do Paraná

Anexo B – Mapa da cidade de Itapejara D'Oeste

Anexo C - Mapa do limite dos bairros

Anexo D - Mapa de cidade e Itapejara D'Oeste após loteamento Bem Viver

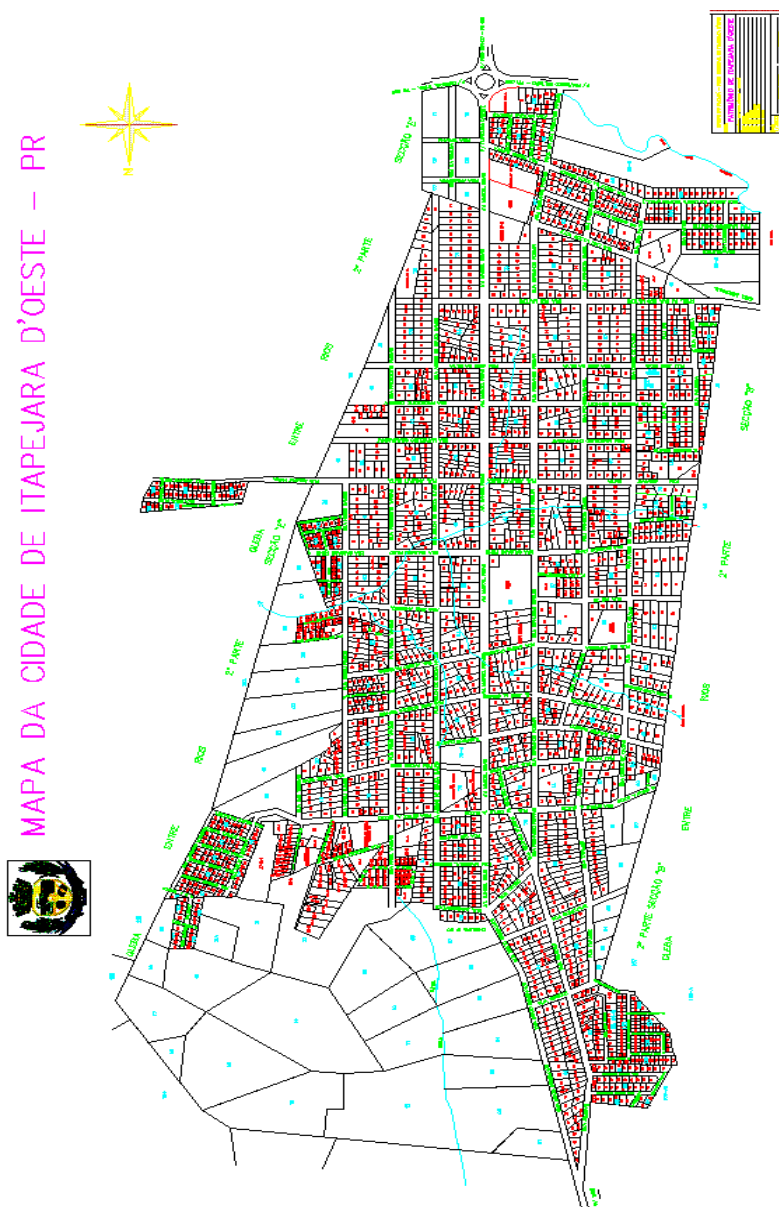
Anexo E - Mapa das amostras referentes aos Quadros 8, 9 e 10 e dos Loteamentos do Quadro 11







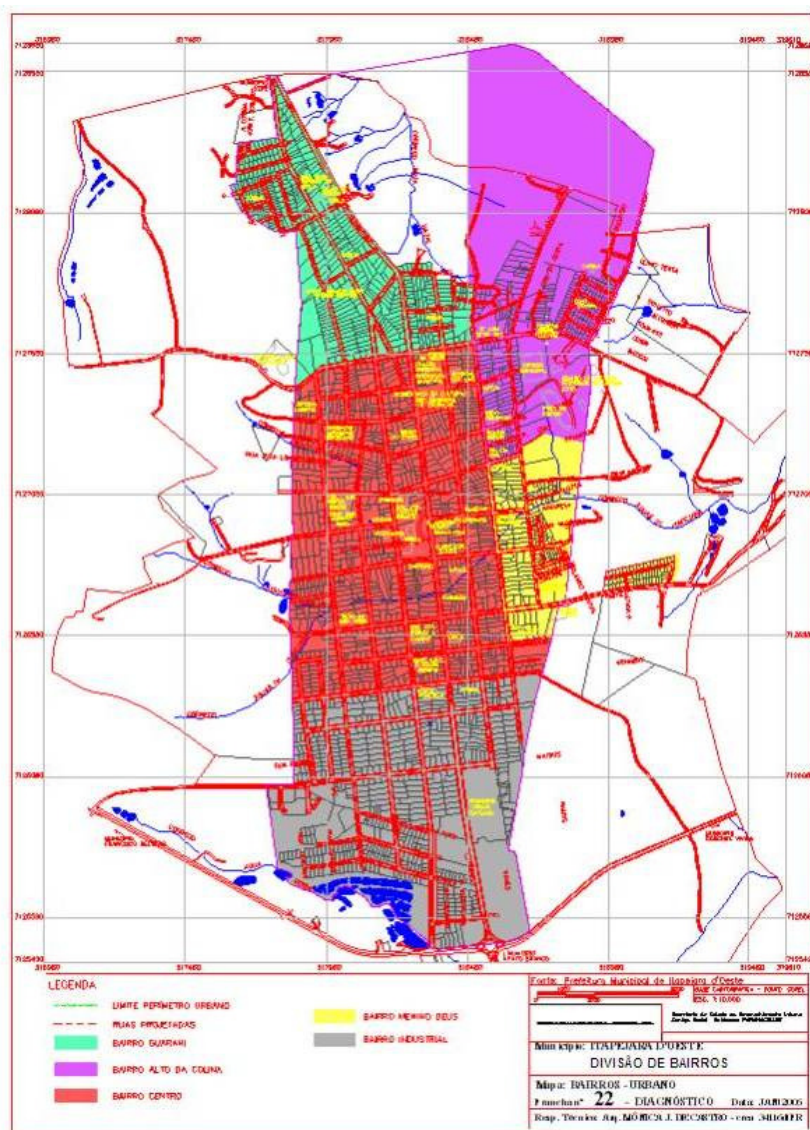
## Anexo B - Mapa da cidade de Itapejara D'Oeste





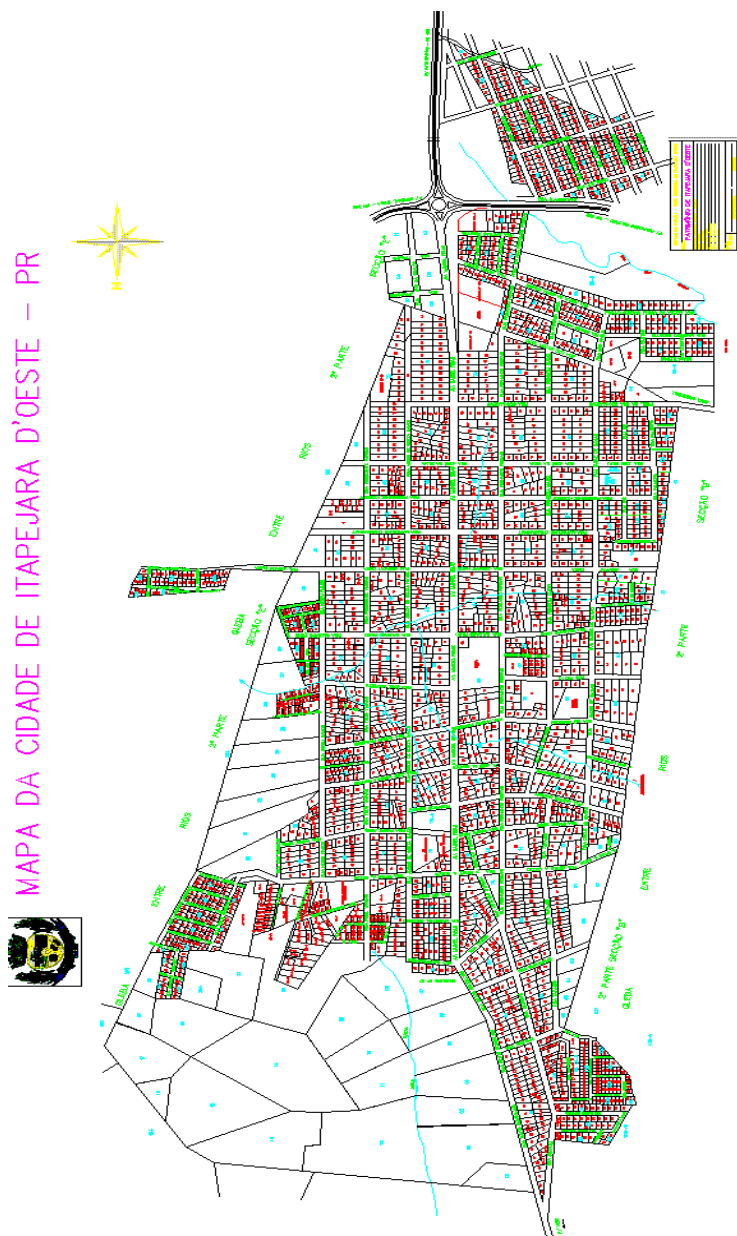


## Anexo C - Mapa do limite dos bairros





# Anexo D - Mapa da cidade de Itapejara D'Oeste após loteamento Bem Viver





Anexo E - Mapa das amostras referentes aos Quadros 8, 9 e 10 e dos Loteamentos do Quadro 11

